



Universidade Católica do Salvador

Pró-Reitoria de Pesquisa e Pós-Graduação

Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social

Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social

LUIS HENRIQUE COUTO PAIXÃO

**A ESTRATÉGIA DE SER E DE VIVER: CONFLITUALIDADE E
TENSIONAMENTOS ENTRE PESCADOR ARTESANAL E PLANO DE
DESENVOLVIMENTO**

**Salvador
2020**

LUIS HENRIQUE COUTO PAIXÃO

**A ESTRATÉGIA DE SER E DE VIVER: CONFLITUALIDADE E
TENSIONAMENTOS ENTRE PESCADOR ARTESANAL E PLANO DE
DESENVOLVIMENTO**

Tese apresentada ao Doutorado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social da Universidade Católica do Salvador como requisito parcial para a obtenção do Grau de Doutor.

Orientadora: Prof.^a Dra. Cristina Maria Macêdo de Alencar

Salvador
2020

Ficha Catalográfica. UCSAL. Sistema de Bibliotecas

P149 Paixão, Luis Henrique Couto
A estratégia de ser e de viver: conflitualidade e tensionamentos entre
pescador artesanal e plano de desenvolvimento / Luis Henrique Couto
Paixão. – Salvador, 2020.
164 f.

Tese (Doutorado) - Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria
de Pesquisa e Pós-Graduação. Doutorado em Planejamento Territorial
e Desenvolvimento Social.

Orientadora: Profa. Dra. Cristina Maria Macêdo de Alencar.

1. Pesca Artesanal 2. Rural Costeiro 3. Desenvolvimento 4. Planejamento
Estratégico I. Universidade Católica do Salvador. Pró-Reitoria de Pesquisa e
Pós-Graduação II. Alencar, Cristina Maria Macêdo de – Orientadora
III. Título.

CDU 639.2.05(813.8)

TERMO DE APROVAÇÃO

LUIS HENRIQUE COUTO PAIXÃO

A ESTRATÉGIA DE SER COMO É: CONFLITUALIDADE E TENSIONAMENTOS
ENTRE PESCADOR ARTESANAL E PLANO DE DESENVOLVIMENTO

Tese aprovada como requisito para obtenção do grau de Doutor
em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social.

Salvador, 26 de março de 2020.

Banca Examinadora:



Cristina Maria Macêdo de Alencar
(Orientadora – UCSal)



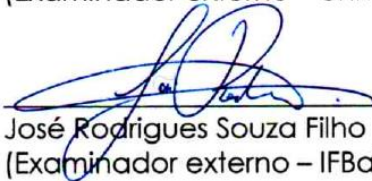
Laila Nazem Mourad
(Examinador interno – UCSal)



Maya Constance Manzi Delaporte
(Examinadora interna - UCSal)



Manuel Vitor Portugal Gonçalves
(Examinador externo – Universidade Federal da Bahia)



José Rodrigues Souza Filho
(Examinador externo – IFBaiano)

AGRADECIMENTOS

O processo de produção de uma tese não se resume à escrita de um texto de forma solitária, mas envolve um conjunto de pessoas e instituições que colaboram de diversas formas para a produção. É a esse conjunto de colaboradores que destino este espaço, onde externo a minha gratidão por terem contribuído para essa importante etapa da minha vida.

Agradeço a Deus e à espiritualidade por terem permitido diversos encontros e oportunidades que foram valiosos nessa caminhada.

À Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado da Bahia (FAPESB), pelo financiamento dado à pesquisa.

Ao meu querido pai, Luiz, que nos deixou na fase final de produção deste trabalho, mas que certamente está orgulhoso e feliz por eu ter alcançado um sonho que era dele também. A minha, Vera, pela parceria, compreensão e apoio dado em todo o período. A minha irmã, Liliane, pelo apoio e escuta.

Agradeço também à minha outra mãe, Tia Cecé, que também nos deixou no início do doutorado, mas deu apoio e se fez presente desde o dia da escolha pelo curso.

À professora Cristina Alencar, minha orientadora, pelo suporte e orientação com amorosidade e paciência durante todo esse período.

Aos queridos colegas do Grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza, pelos momentos de troca.

À minha madrinha, Ana Carla, pelo apoio dado e acolhimento em sua casa para meus momentos de escrita.

Às amigas Michele Paiva e Vanuza Conceição, companheiras de luta, aulas, desabafos, discussões e escrita. Ao amigo Paulo Torres, pelos momentos de partilha e acolhimento em sua casa de descanso para que pudéssemos escrever e partilhar conhecimentos.

Agradecimento especial à Professora Silvana Sá de carvalho, peça fundamental no período doutoral, por oportunizar momentos valiosos para minha carreira profissional e acadêmica.

Aos meus parentes da Comunidade de São Sebastião, por me acolherem, acompanharem e ajudarem nos momentos de pesquisa de campo, em especial ao primo Ângelo, vó Amália, tio Mam e avodraço Cosme.

Aos queridos professores e avaliadores que fizeram parte da banca de avaliação deste trabalho. Grato pela compreensão e delicadeza nesse longo processo.

Aos professores e funcionários UCSAL, pelo aprendizado, atenção e gentileza nos momentos de interação.

A Tiago Sousa, pelos momentos de parceria e aconselhamento.

Ao meu Tio Mário Lázaro, pelo apoio e oportunidades dadas ao longo desse processo.

Por fim, e um dos mais importantes agradecimentos: aos pescadores e moradores das comunidades estudadas, pelo apoio, acolhimento e receptividade nos momentos de pesquisa de campo. Agradecimento especial às amigas e amigos da família Amaral, de São Sebastião, pelos momentos de partilha e aprendizado.

Enfim, gratidão a todos citados e os não citados, que por falha da memória, não foram citados neste pequeno texto, mas fizeram parte desse processo.

RESUMO

O planejamento estratégico passou a ser a solução encontrada por muitas cidades para superação de crise financeira, de modo a atrair investimentos para dinamizar a economia e trazer benefícios à população e empresas, sobretudo as que ali atuam. Não diferente, Cairu, município situado no litoral leste da Bahia, adotou o Plano de Desenvolvimento Estratégico (Cairu 2030) como instrumento para alcançar um modelo de município sustentável em 30 anos. Porém, tal modelo adotado vem contribuindo para a produção de um espaço tensionado e conflitado, gerando desdobramentos nos modos de vida dos pescadores artesanais do município, indivíduos que qualificam o espaço municipal como rural costeiro. O presente trabalho objetiva demonstrar a existência de tensionamentos e/ou conflitualidades entre os modos de vida pesqueiro e o modelo de desenvolvimento imposto, decorrente da incapacidade da perspectiva de planejamento estratégico que estrutura o município como empresa. A metodologia centrou em pesquisa documental e de campo, priorizando entrevistas e visitas de observação nos últimos 4 anos. Concluiu-se que as comunidades pesqueiras, sobretudo as situadas no município de Cairu, são submetidos um constante processo de resiliência, mas perverso, no qual os indivíduos que ali vivem têm seus direitos violados em função de um modelo de desenvolvimento que não os inclui.

Palavras-chave: Pesca Artesanal. Rural costeiro. Desenvolvimento. Planejamento Estratégico.

ABSTRACT

The strategic planning has been the solution many cities have found to overcome financial crises in order to attract investments to stimulate the economy and bring benefits to the population and the companies. In this way, Cairu, in the east coast of Bahia, has adopted the Development Plan (Cairu 2030) as a way to reach a model of sustainable city in 30 years. However, this model has contributed to the production of tensions and disputes, influencing the life of artisanal fishermen, individuals who set the urban space into a coastal rural territory. This paper aims to demonstrate the tensions and/or conflicts between the fishing lifestyles and the imposed development model which arises from the inability of the strategic planning perspective that configure the city as a company. The methodology applied was based on field and documentary research, prioritizing interviews and observation visits during the last 4 years. It was concluded that the fishing communities, especially the ones located in Cairu, are submitted to a constant and perverse process of resilience, in which the individuals who live there have their rights infringed due to a development model that does not include them.

Keywords: Artisanal Fishing. Coastal Rural. Development. Strategic Planning.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Uso da mata	51
Figura 2: Pesca no mangue em Garapúá	51
Figura 3: Uso das lagoas:	52
Figura 4: Uso das praias	54
Figura 5: A pesca no cotidiano	58
Figura 6: Saber fazer do pescador	59
Figura 7: Inserção da família e parcerias na pesca	60
Figura 8: Algumas modalidades de pesca desenvolvidas em Cairu	61
Figura 9: Camboa encontrada em Gamboa	61
Figura 10: Composição básica de um plano estratégico	88
Figura 11: Histórico econômico do Município de Cairu	94
Figura 12: Metodologia Geral de elaboração do Plano Cairu 2030	101
Figura 13: Zonas prioritárias para urbanização, segundo Plano Cairu 2030	126
Figura 14: Mapa de grandes zoneamentos estruturais, segundo o Plano Cairu 2030	127
Figura 15: Relação entre a pesca e turismo em Morro de São Paulo – Cairu/BA	128
Figura 16: Relação entre a pesca e turismo em Moreré – Cairu/BA	129
Figura 17: Relação entre a pesca e turismo em Gamboa – Cairu/BA	130
Figura 18: Relação entre a pesca e turismo em São Sebastião – Cairu/BA	131
Figura 19: Barracas situadas em Ponta dos Castelhanos – Cairu/BA	131
Figura 20: Relação entre a pesca e turismo em Garapúá – Cairu/BA	132
Figura 21: Conflitos em comunidades tradicionais de pescadores (as) artesanais na Bahia - 2016	134
Figura 22: Entrada do condomínio em construção na localidade de Morro de São Paulo – Cairu/BA	138

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1: Número RGP por Municípios do Baixo Sul - 2014	55
Gráfico 2: Gráfico do índice de Gini do município de Cairu/BA – 1920 - 2006	118

LISTA DE QUADROS

Quadro 1: Respostas de entrevistados quanto o local onde pesca	56
Quadro 2: Respostas de entrevistados quanto o local onde pesca	62
Quadro 3: Comparativo entre paradigmas de desenvolvimento	73
Quadro 4: Processo histórico da mudança do enfoque do planejamento no Brasil	90
Quadro 5: Vetores de desenvolvimento municipal	99
Quadro 6: Organização do Plano Estratégico de Cairu - BA	100
Quadro 7: Pontos fracos e fortes do município de Cairu /BA	102
Quadro 8: Pontos ameaças e oportunidades do município de Cairu /BA	103
Quadro 9: Matriz de cruzamento de fatores de transformação do município Cairu	104
Quadro 10: Projetos direcionadores de plano de ação	106
Quadro 11: Pontos fracos e fortes do setor pesqueiro do município de Cairu /BA	113
Quadro 12: Oportunidade e ameaça do setor pesqueiro do município de Cairu /BA	115
Quadro 13: Ações para o projeto de desenvolvimento da pesca	116

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização do Município de Cairu - BA	18
Mapa 2: Localidades do Município de Cairu - BA	19
Mapa 3: Localidades visitadas nos últimos anos	35
Mapa 4: Vegetação original do município de Cairu/BA	50
Mapa 5: Hidrografia do município de Cairu/BA	53
Mapa 6: Inserção da exploração petrolífera no litoral oceânico do município de Cairu/BA e raio de distância das localidades	96
Mapa 7: setores de planejamento do município de Cairu/BA	112
Mapa 8: Mapa de densidade demográfica do município de Cairu/BA – 2010	120
Mapa 9: Distribuição de renda no município de Cairu/BA – 2010	121
Mapa 10 Distribuição de renda no município de Cairu/BA – 2010	122

LISTAS DE TABELAS

Tabela 1: PIB a preços correntes dos municípios do Baixo Sul da Bahia / 1999-2005	95
Tabela 2: PIB a preços correntes dos municípios do Baixo Sul da Bahia / 2006-2010	97
Tabela 3: Comparativo da quantidade de área dos estabelecimentos agropecuários em Cairu – 2006 e 2017	119
Tabela 4: Índice de Gini per capita do município de Cairu/BA – 1991 a 2010	122
Tabela 5: Porcentagem população com renda menor que $\frac{1}{2}$ salário mínimo no município de Cairu/BA – 1991 a 2010	123
Tabela 6: Pessoas ocupadas na semana de referência que exerciam o trabalho principal no município de Cairu/BA - 2011	123
Tabela 7: Número de pessoas ocupando mercado de trabalho formal em Cairu/BA – 2006-2011	124

LISTA DE SIGLAS

BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
MPP	Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais
PE	Plano Estratégico
PDDU	Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano
PIB	Produto Interno Bruto
RGP	Registro Geral de Atividade Pesqueira
UMA	Universidade Livre da Mata Atlântica

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	17
1.1 Abordagem teórica.....	26
1.2 Metodologia	33
2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE DO PESCADOR ARTESANAL EM CAIRU	38
2.1 Território e Territorialidade das comunidades tradicionais pesqueiras	39
2.2 Modo de vida, território e territorialidade do pescador artesanal de Cairu .	46
3 PLANEJAMENTO MUNICIPAL NO CONTEXTO DA IDEIA DE DESENVOLVIMENTO NO MUNDO GLOBALIZADO: O PLANO ESTRATÉGICO COMO FERRAMENTA DE INDUÇÃO DE DESENVOLVIMENTO EM ESCALA LOCAL.....	65
3.1 Evolução da ideia de desenvolvimento à de alternativas ao desenvolvimento	65
3.2 O Plano Estratégico como ferramenta para planejamento e gestão municipal.....	81
4 O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE CAIRU E SEU PLANO ESTRATÉGICO	94
4.1 Antecedentes ao Plano Estratégico de Cairu	94
4.2 O Plano de Desenvolvimento Estratégico Cairu 2030.....	97
4.3 Inserção da pesca artesanal no Plano de Desenvolvimento Estratégico de Cairu	113
5 TENSIONAMENTOS, CONFLITOS E AMEAÇAS AO MODO DE VIDA PESQUEIRO: RESULTADO DE UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL INSUSTENTÁVEL.....	118
5.1 Expressões da desigualdade e vulnerabilidade da população de Cairu	118
5.2 Dinâmica indutora de desenvolvimento e relação com o modo de vida pesqueiro	125
5.3 O modo de vida pesqueiro tensionado	133
6 CONSIDERAÇÕES FINAIS	143
REFERÊNCIAS.....	147
APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA: PESCADOR	157
APÊNDICE B - COLETA DE DADOS DOS DOMICÍLIOS.....	164

1 INTRODUÇÃO

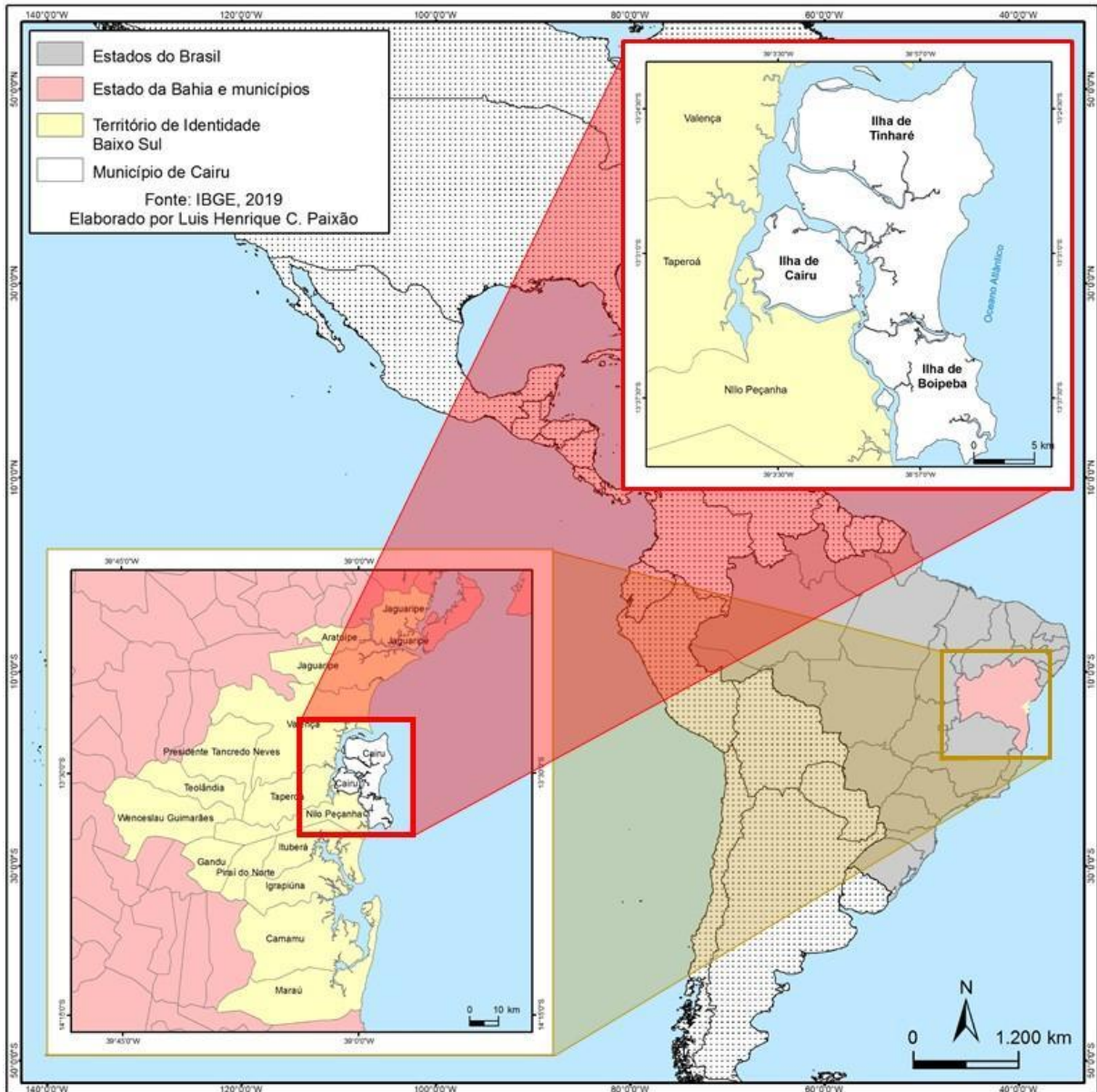
A introdução de um trabalho científico serve para posicionar o leitor quanto ao tema, problematização, marco teórico e metodologia, mas também serve para entender as justificativas científicas e/ou pessoais para realização do trabalho. Sendo assim, peço licença para me posicionar em primeira pessoa, inicialmente, e externar minhas escolhas e caminho trilhado até chegar à tese defendida neste trabalho, assumindo para isso permanente vigilância devido à interação epistemológica entre sujeito e objeto (BACHELARD, 1996).

Neto de marisqueira e pescador, com familiares e amigos de infância que vivem direta e indiretamente inseridos no modo de vida pesqueiro, convivi com esse modo de vida desde a infância, sobretudo em meus verões e invernos de férias escolares. Tal convivência era apenas de um indivíduo da cidade, que se permitia viver com intensidade o rural costeiro por algumas semanas e que via com encantamento, e muitas vezes estranhamento, muitos elementos que eram cotidianos na vida do povoado. O povoado em questão é São Sebastião, localizado na porção sul do Município de Cairu, e apelidada pelos moradores como Cova da Onça, devido a uma gruta onde, segundo relatos locais, vivia uma onça no período colonial.

Vale ressaltar que Cairu é um município baiano situado no litoral sul do Estado, fazendo limite territorial com os municípios de Nilo Peçanha, Taperoá e Valença (Mapa 1). O único município arquipélago do Brasil, com 26 ilhas, possui uma área total de 460,980 km² com estimativa populacional, segundo o IBGE, de 18.176 pessoas em 2019. Além disso, está inserido no Território de Identidade Baixo Sul¹, juntamente com os municípios de Aratuípe, Camamu, Gandu, Ibirapitanga, Igrapiúna, Ituberá, Jaguaripe, Nilo Peçanha, Piraí do Norte, Presidente Tancredo Neves, Taperoá, Teolândia, Valença e Wenceslau Guimarães (SEI, 2016).

¹ Os Territórios de Identidade são regionalizações criadas pelo Estado da Bahia com base no sentimento de pertencimento das comunidades representadas. Tal divisão teve o objetivo de “[...] identificar prioridades temáticas definidas a partir da realidade local, possibilitando o desenvolvimento equilibrado e sustentável entre as regiões [...]” (SEPLAN, 2020, n.p.).

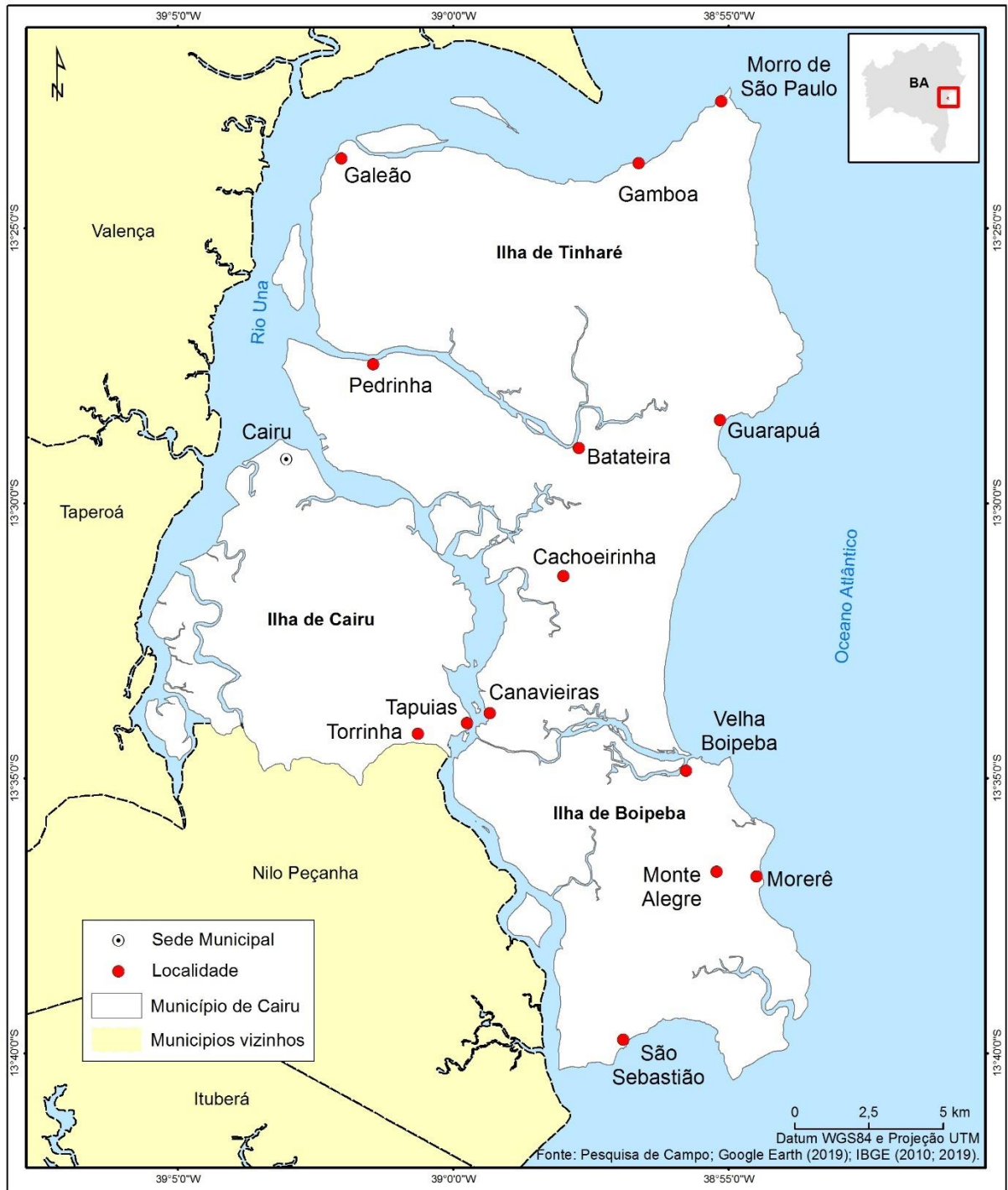
Mapa 1: Localização do Município de Cairu - BA



Fonte: Plano de Manejo da APA das Ilhas de Tinharé e Boipeba (1998), IBGE (2015).
 Elaboração própria.

A população municipal está distribuída por diversas localidades, espalhadas pelas 3 ilhas principais (Mapa 2): Cairu, Tinharé e Boipeba. Na ilha de Cairu, além da sede municipal, conectada ao continente através de uma estrada com ponte, situam-se as localidades de Tapuia e Torrinhas. Nas ilhas de Tinharé (porção norte) e Boipeba (porção sul) são encontradas as demais localidades, algumas delas tendo destaque nacional para destino turístico, como Morro de São Paulo, Velha Boipeba, Moreré e Garapuá. Boa parte da população dessas localidades possui a atividade pesqueira como fonte de renda e modo de vida.

Mapa 2: Localidades do Município de Cairu - BA



Fonte: Plano de Manejo da APA das Ilhas de Tinharé e Boipeba (1998), IBGE (2015).
Elaboração própria.

Logo, pude acompanhar e observar as diversas transformações ocorridas em São Sebastião, bem como nos povoados vizinhos que compõem o Município de Cairu, que de alguma forma influenciaram o modo de vida desses indivíduos. Esse acompanhamento, que era apenas de um menino que frequentava o lugar e vivia aquela temporalidade por um período, passou a se modificar após a entrada na

graduação em Geografia, cujas teorias davam sustentação teórico-metodológica à compressão das dinâmicas encontradas naquele local, ainda que incipiente.

Essa afetividade com Cairu e o processo de formação como cientista permitiu a construção, inicialmente, da monografia para a obtenção do grau de Bacharel em Geografia, no ano de 2012, tendo como centralidade a discussão sobre as transformações no Povoado de São Sebastião (PAIXÃO, 2012). Mais tarde, enquanto mestrando no Programa de Pós-Graduação em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social, pude mergulhar no mundo das comunidades tradicionais pesqueiras e sua inserção no mundo rural contemporâneo, tendo como produto a dissertação intitulada de “Atividade pesqueira no mundo rural contemporâneo de Cairu-BA”². Ambos os trabalhos transitam na discussão sobre o pescador artesanal e as transformações no espaço, atualmente, altamente conflitado.

Tais produções acadêmicas contribuíram para o entendimento de que o estudo do modo de vida desses pescadores e as transformações ocorridas nos últimos anos iam além de simples transformações da sociedade. Estavam alinhados com o modelo de desenvolvimento do Estado Brasileiro, e mais recente, o municipal, o qual influenciava diretamente esses modos de vida e tornando imperativo um estudo nessa perspectiva.

No ano de 2010, ao entrar no Grupo de Pesquisa Desenvolvimento, Sociedade e Natureza (Grupo DSN), passei a estudar interdisciplinarmente e a perceber como é pensar a promoção de um desenvolvimento que dê conta também do respeito à sociedade e à natureza. Incluindo esses elementos de fato, se instaura um desafio: entender a contradição em um modelo de desenvolvimento justo, onde fosse possível atingir metas de acumulação de capital, respeitando e dando dignidade aos mais diversos grupos sociais e também à natureza, que não se deve restringir apenas a um recurso que servirá como elemento de apropriação para crescimento econômico.

Sendo o direito à vida³ algo fundamental ao ser humano, explicitamos desde já aquilo que dá essência e motivação à construção deste trabalho: o respeito à vida e o

² Paixão (2015).

³ O direito à vida está presente em um dos artigos principais da Declaração Universal dos Direitos Humanos, demonstrando assim a importância do respeito às diferentes formas de viver do homem, que pela mesma lei “[...] nascem livres e iguais em dignidade e em direitos.” (ONU, 1948). Já em nossa carta Magna, Constituição Federal de 1988, o direito à vida está presente no artigo 5º, no capítulo dos direitos e garantias fundamentais.

direito de desenvolvê-la de modo que cada um se reconheça como sujeito sem invadir o direito do outro. Mas para que isso ocorra é necessário que não haja um cenário em que ações, tanto de natureza privada quanto pública, venham dificultar, desvalorizar ou negar o simples modo de viver, por opção pessoal, biológica, política ou econômica, baseadas em ideologias ou em construções sociais colonizadoras.

Mas, infelizmente, observa-se que tal direito fundamental não é levado em consideração em muitos projetos de sociedade, baseados em ideologias e paradigmas, os quais não têm o respeito à vida como princípio, fazendo com que a todo momento possamos presenciar casos em que as escolhas econômicas sobrepõem as escolhas por vidas, sejam elas humanas ou ecossistêmicas naturais. Historicamente o projeto de desenvolvimento do Estado brasileiro, assim como outras nações, está centrado na apropriação e exploração dos recursos naturais dos mais diversos espaços nacionais, produzindo as mais diversas situações conflitivas.

Na grande diversidade de tamanhos e configurações dos municípios, os gestores buscam as mais diferentes estratégias para gerir a sociedade e o espaço que o compõem. Tais estratégias, muitas vezes, concentram quantidade de atividades econômicas cujos impactos locais estão legitimados pelo poder público local, respaldado pelo modelo de Estado e seu conjunto de objetivos demonstrados através de suas políticas públicas. Nesse panorama se tem os Municípios⁴.

O município é o nível de planejamento menor quando comparada aos âmbitos estaduais e federal, proporcionando uma maior visibilidade à dinâmica da vida a ser incorporada às ações de planejamento e gestão. Porém, devido à tentativa de enquadramento nesse modelo de desenvolvimento que está posto e foi construído ao longo do tempo, utilizam de estratégias e modelos de planejamento que são, muitas vezes, claramente inadequados à realidade a ser planejada, sobretudo no ponto de vista socioambiental. Totalmente desconectada com os modos de vida existentes e demandas internas, deixando clara a existência de um planejamento voltado para a realidade externa ao município e com modelos importados de outros lugares e com dinâmicas diferentes. Nesse sentido, fica descumprida a condição constitucional de

⁴ Município é uma das unidades administrativas do Brasil. Tal delimitação espacial ganhou notoriedade e autonomia a partir da constituição de 1988, que através do novo pacto federativo deu autonomia política, tributária e administrativa aos municípios brasileiros tornando-os entes federativos (TOMIO, 2012).

novo pacto federativo para o planejamento diretamente comprometido com o ente federativo em suas peculiaridades.

A busca pelo crescimento econômico se tornou uma tarefa árdua no campo da gestão dos municípios, sobretudo os de pequeno porte, adotando instrumentos que muitas vezes são altamente danosos aos locais. Um desses exemplos de tomadas de decisão é o Planejamento Estratégico, que emerge como solução para alinhamento com o poder hegemônico.

Vale ressaltar que o Plano Estratégico é um modelo de planejamento governamental de cidades exportado mundialmente e replicado em diversas cidades no mundo. Tal modelo tem sua essência na administração e tem sido usado no Brasil nas últimas décadas em Estados como São Paulo, Rio de Janeiro e também na Bahia. Nesse último, um dos municípios que adotaram essa ferramenta de planejamento foi Cairu.

O plano estratégico do município, intitulado Cairu 2030, foi adotado como ferramenta da diretriz de gestão municipal no ano de 2008 através de leis municipais. A partir desse modelo de planejamento, Cairu se reconfigurou como um município empresa, agregando características de empresa em sua forma de planejar e gerir o território municipal, deixando claro o modelo de desenvolvimento.

Observa-se que essa reconfiguração surge como alternativa para que haja aumento na arrecadação, e, por consequência, vença o estado de inércia econômica capitalista do município de Cairu, atribuído ao seu pequeno porte (área municipal, população e arrecadação⁵). Com isso as escolhas de curto prazo, geralmente associadas ao ganho de capital mais rápido, têm se demonstrado danosas a longo prazo a esse espaço.

A visão corporativa e estratégica é sobreposta à visão da valorização das sociabilidades desses espaços, como ocorre no caso de Cairu, além de se alinhar com o padrão nacional de planejamento voltado para os espaços costeiros. Vale ressaltar que esse padrão de desenvolvimento é resultado de processo de valorização capitalista desse espaço (DANTAS, 2010; CORBIN, 1989).

⁵ Esta é uma compreensão generalizada para municípios do mesmo porte (WANDERLEY, 2009).

O espaço costeiro, desde o início da formação da sociedade, sempre foi espaço de crescimento e expansão da ocupação humana com múltiplos usos econômicos e não econômicos. Devido às características únicas e posição estratégica, o ambiente costeiro passou a ser incorporado ao processo de crescimento econômico do país através da apropriação para utilização do meio ambiente como fator de geração de riqueza. Essa apropriação é expressa de várias maneiras, e no caso do Brasil, tornou-se o principal vetor de desenvolvimento (crescimento econômico), através das atividades ligadas à industrialização (petróleo, gás, complexos industriais e portuários), exploração turística e imobiliária (implantação de loteamentos, condomínios verticais e horizontais para fins de segunda residência, grandes empreendimentos turísticos) e maricultura (em especial a carcinicultura) (FREIRE, 2004).

Ao mesmo tempo, existem as mais diversas dinâmicas sociais e ambientais nesse espaço, coexistindo com diferentes atividades e sob ameaça de muitas delas. Como dimensão social, a zona costeira abriga grupamentos sociais abarcando uma grande diversidade de população, em que muitas vivem do que esses espaços podem oferecer, como as comunidades tradicionais de pescadores artesanais.

Os vetores de desenvolvimento como expressão de modelo de desenvolvimento capitalista do país, demonstram claramente que a dinâmica costeira é vista como espaço de exploração econômica e não como espaço de vida e trabalho. Logo, esse *lócus* de multiplicidades de ações, tendo o projeto de desenvolvimento como direcionador das ações do capital (público ou privado) passou a ser ameaçado através dos riscos e eventos socioambientais negativos que criam condições para a existência de conflitualidade⁶ sem criar condições para alternativas ao desenvolvimento em escala local e de forma sustentável.

Então, seria a desqualificação desse espaço enquanto espaço de vida e os consequentes impactos nas dinâmicas locais quando os interesses do capital e do Estado são interesses em produções em massa ou em escala, que impedem a reprodução da vida em escala local. Essa conjuntura compõe o pensamento de

⁶ É entendido que esse espaço de conflitualidade é criado a partir do momento em que essas ações do capital modificam a estrutura local sem que haja uma substituição por uma estrutura melhor, gerando perdas nas condições de vida e ecossistêmicas.

modernidade no qual temos os poderes hegemônicos em ação e promovendo a existência de um espaço em disputa.

Mas o espaço em disputa não é dado apenas pelo fato dos múltiplos usos e sim a negação de certos usos e existências, geralmente de relação com a natureza, invisíveis no aparelho do Estado Moderno, como a pesca artesanal enquanto modo de vida. Em contraponto a essas relações existe a dimensão da vida (homem, sociedade e ecossistema), que em suas relações diretas e inserção com a natureza produzem espaços de vida e trabalho, base da reprodução material e social da vida da população territorializada.

Sendo assim, no caso de Cairu, o planejamento a longo prazo na figura do Plano Estratégico mostra claramente quais são os objetivos enquanto projeto de sociedade para aquele espaço territorializado por diversos modos de vida e diversas atividades econômicas, característico de como o espaço costeiro se caracteriza. Tal realidade expressa distanciamento do planejamento à vida das populações desses espaços, sobretudo as pesqueiras.

É nesse modelo de planejamento onde os interesses empresariais irão comandar a forma de pensar e gerir aquele espaço, que é aqui problematizado a partir do modo de vida pesqueiro e sua inserção no costeiro rural contemporâneo, vulnerável, nessa configuração de um município empresa. Neste contexto, questiona-se se a configuração municipal como empresa, através da utilização do plano estratégico como instrumento indutor de desenvolvimento em escala municipal pela gestão pública é capaz de promover um desenvolvimento na perspectiva territorial e ambiental, abarcando o modo de vida pesqueiro artesanal.

A hipótese a ser defendida está baseada na configuração e utilização de instrumentos de gestão, os quais não são capazes de dar conta da realidade. Sendo assim, tem-se a tese básica de que a adoção do planejamento estratégico como técnica de gestão pública municipal produziu, administrativamente, a reconfiguração do município numa visão empresarial, alinhado com o padrão de desenvolvimento gerador de desigualdades e com ampliação da assimetria social nos espaços costeiros. Este padrão está calcado na apropriação da natureza como objeto de acumulação de capital que resulta em processo homogeneizante daquilo que era diversidade na configuração sociohistórica referida. Isso significa que a gestão municipal lidera a produção de distanciamento entre o planejamento municipal e a

dinâmica da vida da população pesqueira artesanal daquele município, evidenciando claramente sua inadequação ao planejamento territorial e promoção de uma dinâmica socioambiental justa.

Isto posto, o presente trabalho doutoral tem como objetivo principal demonstrar a existência de tensionamentos e/ou conflitualidades entre o modo de vida pesqueiro e o modelo de desenvolvimento imposto, decorrente da incapacidade da perspectiva de planejamento estratégico, estruturando o município como empresa, pensar o rural costeiro também como espaço de vida. Para tal discussão, temos como objeto empírico o Município de Cairu e seu Plano Estratégico (Plano Cairu 2030), implantado pela administração municipal através da Lei Municipal de número 241 no ano de 2008.

Para alcançar o objetivo geral estabeleceu-se como objetivos específicos:

- Demonstrar a hegemonia teórica das ideias de desenvolvimento no planejamento municipal e sua relação com a disseminação do plano estratégico como ferramenta indutora de desenvolvimento;
- Visibilizar o modo de vida do pescador artesanal como parte constitutiva do rural costeiro;
- Deslindar a inserção e função da pesca no Plano de Desenvolvimento de Cairu;
- Apontar os tensionamentos e conflitualidades que decorrem da relação antagônica entre o modo de vida pesqueiro e o modelo de desenvolvimento imposto;

Assim, a discussão aqui proposta se torna pertinente por entender que a ferramenta de gestão municipal Plano Estratégico tem se tornado comum em diferentes locais. Mas será que essa ferramenta se adequa em um contexto de promoção de um desenvolvimento territorial e ambiental em uma dinâmica configurada por temporalidade diferente da pensada e planejada no próprio plano? Ou seja, discute-se a invisibilidade da realidade local, rural costeira, detentora de espaço de vida e trabalho, que é mascarada pelos mais diversos mecanismos no plano estratégico.

Justificar é falar de produzir uma ciência calcada no respeito à diferença, aos direitos humanos e à constituição. É vincular-se à dignidade humana. É demonstrar que o modelo de civilização ainda permite a reprodução de injustiças e infringindo princípios básicos dos direitos humanos e dignidade humana, que é o direito à vida, à

simples escolha de onde e como viver de modo a não ser fator impeditivo ao bem-estar do outro.

Esta tese fundamenta-se teoricamente no imperativo de discutir e apontar olhares para pensar possibilidades de uma alternativa ao desenvolvimento. Trata-se de pensar alternativas capazes de abarcar as heterogeneidades dos espaços em coexistência sem conflitos geradores de injustiças, ameaças e/ou eventos negativos às dinâmicas socioambientais.

1.1 Abordagem teórica

A abordagem aqui proposta busca suporte no entendimento da pesca no espaço complexo de interesses antagônicos que é o espaço rural costeiro. Nesse caso, busca-se compreender dentro da temática do novo mundo rural direcionando o pensar para o delineamento de um modelo de desenvolvimento territorial e ambiental que abarque o espaço rural costeiro e o compreenda como espaço de vida e trabalho.

O litoral é o espaço que vive sob influência do mar e do continente. Essa zona de interação (PROST, 2010) abriga uma infinidade de ambientes, ecossistemas e grupamentos humanos, compondo um dos espaços mais diversos do planeta, considerada por Moraes (2007) uma zona de usos múltiplos. No Brasil concentrou-se o surgimento dos primeiros núcleos de povoamento (DANTAS, 2010; HENRIQUE, 2009; MOREIRA, 2011; MORAES, 2007; CORNNEL, 1998). Esse espaço passa a ser extremamente atrativo, bem como específico devido a:

[...] presença de recursos pesqueiros, de ecossistemas particulares de alta riqueza ecológica (restingas, manguezais etc.), importantes em várias escalas, do local onde se situam até a vida marinha em geral, mas também como plataforma para a descoberta do mar e das terras além-mar. (PROST, 2010, p. 48)

Moraes (2007) aponta que o espaço costeiro “[...] trata-se de um universo marcado pela diversidade e convivência de padrões díspares. Isto redundando em uma alta conflituosidade potencial no uso do solo, onde o papel do planejamento adquire maior relevo” (MORAES, 2007, p. 31). A zona costeira pode estar espacialmente inserida tanto no contexto do espaço urbano quanto do espaço rural, este último nos dará a noção do espaço rural costeiro.

Diferente de outros espaços, o rural costeiro é influenciado pelo mar, o qual é o elemento fundamental caracterizador desse espaço. Tal espaço, dentre outros modos de vida, como o agricultor, tem o modo de vida do pescador artesanal como figura emblemática em muitas localidades costeiras, que além do mar possuem a terra como complementaridade de seu território (DIEGUES, 2001). Mas, além das atividades agrícolas e pesqueiras, esse espaço abriga outras atividades econômicas que compõem o rural contemporâneo.

Diferentemente de alguns autores, que não veem o costeiro como parte constitutiva do urbano e do rural, o contextualizamos aqui a partir da sua inserção em um desses espaços, de modo a entender o lugar dos sujeitos tradicionais nesse espaço complexo: rural e costeiro ao mesmo tempo.

Essa diferenciação de contexto está no entendimento de que o rural costeiro é diferente do urbano, por ter expressões de modo de vida e interação com o meio natural diferente do urbano. Além disso, as formas e os impactos gerados pelos usos do rural costeiro são diferentes do espaço urbano, tornando um espaço de conflitualidade maior, já que essas apropriações se dão, em sua maioria, nas características que fundam os modos de vida dessas populações rurais costeiras. O que se quer salientar é que rural e urbano são produções sociais e relacionais para além da delimitação de zonas. O pescador que habita zona urbana estabelece dimensões de interação constitutivas do seu modo de vida que se distinguem daquele que é o pescador do rural costeiro; mar fechado, mar aberto ou rio, assim como área urbana de pequena, média ou grande cidade condicionam elementos distintivos da identidade do pescador artesanal (exclui-se desta reflexão os pescadores de pesca industrial).

Logo, contextualizar o costeiro ao espaço rural é compreender que a dinâmica desse espaço tem suas peculiaridades em relação às existentes no costeiro situado no meio urbano.

No caso do meio rural, que precisamente se define como uma pequena aglomeração, poucos são os serviços, bem como as ofertas de trabalho, disponíveis no próprio lugar de residência. A consequência é a impossibilidade de acesso, o que gera a precariedade registrada em grande parte das áreas rurais brasileiras, ou a necessidade do deslocamento da população local, numa área de circulação que frequentemente ultrapassa os limites do próprio mundo rural e às quais a população do campo, não raro, chega fragilizada. (WANDERLEY, 2009, p. 18)

Define-se aqui meio rural como “[...] um espaço de suporte de relações sociais específicas, que se constroem, se reproduz ou se redefine sobre este mesmo espaço e que, portanto, o conformam como um espaço singular de vida.” (WANDERLEY, 2009, p. 297). Tendo a natureza como alicerce para desenvolvimento de atividades produtivas e modos de vida (CARNEIRO, 2012), o meio rural também pode ser entendido como mundo rural, devido à existência de uma complexidade de conteúdo, que o caracterizam como “[...] um lugar de vida, que se define enquanto um espaço singular e um ator coletivo” (WANDERLEY, 2009, p.18). Logo, o mundo rural passa a ser, sobretudo a partir da relação de interdependência do sujeito rural com a natureza, morada da vida (HERÉDIA, 1979), deixando de lado a visão única desse espaço enquanto *lócus* de atividade produtiva.

A discussão sobre promoção do desenvolvimento no espaço rural é antiga, envolve pesquisadores de diversas áreas. Tais discussões tentam apontar não só caminhos para aumentar a produtividade das atividades econômicas, mas também pensar alternativas de melhoria de condições de vida para os sujeitos que vivem nesses espaços.

Mas, assim como a própria dinâmica e configuração dos espaços rurais, as ideias sobre esses espaços passaram por diversas transformações desde os períodos iniciais da civilização, que antes era visto como espaço oposto ao urbano, compondo uma visão advinda da antiguidade clássica (WILLIAMS, 1989; CORNELL, 1998). O rural e o urbano, numa visão de configuração espacial (SANTOS, 2001; 2008), passaram a ganhar novos significados, funções e necessidades, sobretudo pela penetração de relações e sistemas capitalistas de produção no campo.

Sendo assim, o espaço rural passou por processos de revalorização a partir de uma resignificação, deixando de ser visto como fornecedor primário, através de produção alimentar e de matérias prima (SANTOS, 2008; CARNEIRO, 2012), e passando a ser visto também como lugar de residência (WANDERLEY, 2009) e contemplação (CARNEIRO, 1998), tornando-se refúgio da vida urbana (HENRIQUE, 2009). Essa nova visão tem como marco a década de 90, a partir do pensamento ecológico (CARNEIRO, 1998). Logo, além de lugar do primeiro setor da economia, o rural passa a ganhar mais dois diferentes usos, como destaca Wanderley:

[...] os espaços rurais deixariam de ser propriamente produtivos para se tornarem um espaço de consumo, voltados, sobretudo, para as atividades

relacionadas às funções de residência e de lazer, que vão desde as diversas formas de turismo rural até a ocupação do campo, para se tornarem um 'patrimônio' da sociedade, acessível a todos. Finalmente, uma terceira percepção, também situa os espaços rurais como um bem coletivo, visto agora, não apenas como um lugar de moradia de boa qualidade, mas como parte integrante do patrimônio ambiental a ser preservado, contra todos os usos considerados predatórios, produtivos ou não. (WANDERLEY, 2009, p. 215-216)

Assim, com base em (WANDERLEY, 2009), como resultado de mudança identitária, os sujeitos que ali vivem passam a se identificar menos como espaço de trabalho, que seria o “[...] domínio da necessidade [...]” (p. 244-245), para se identificar como lugar de residência, configurando como o “[...] domínio da liberdade [...]” (p. 244-245). No campo das produções econômicas, o novo rural é configurado por abrigar novas atividades econômicas, sobretudo as não agrícolas (CARNEIRO, 2012; GRAMMONT, 2008) como:

[...] a. La agroindustria; b. Actividades no agrícolas ligadas a la residencia (fabricacion de conservas, muebles, flores); c. Servicios relacionados con el entretenimiento (turismo rural, agro turismo, aportes al mantenimiento y desarrollo de la cultura, etc.) y espacios para el descanso; d. Actividades de pequeñas y medianas empresas manufactureras; e. 'Nuevas' actividades agropecuarias localizadas en nichos especiales de mercado; f. Extracción, oferta y cuidado de recursos naturales (minería, entre otras); g. Artesanía; h. Ganadería, i. Caza y pesca (en algunos lugares relacionadas también con el turismo rural); j. Comercio; k. Pequeñas y medianas industrias manufactureras. (GRAJALES et al., 2006, p. 38)

Associa-se a isso, a própria ruralidade⁷, contemporaneamente, que também é adjetivada de nova, por conter outras características, demonstrando a diversidade produtiva e identitária do espaço rural nos dias atuais, e estaria vinculada:

[...] al surgimiento de nuevas actividades, nuevos agentes sociales y también nuevos entes regulatorios de los espacios que anteriormente estaban dedicados casi exclusivamente a las prácticas agropecuarias o a la acción política gubernamental. Paradójicamente, tenemos un medio rural más diferenciado y no más homogéneo como hubiera supuesto la versión predominante del enfoque globalizador; donde conviven y se enfrentan espacios productivos ligados a los grandes complejos agroindustriales o a los megaproyectos turísticos con espacios de reproducción social y espacios excluidos, sin un uso económico o de mercado (CONCHEIRO, 2006, p.22).

O reconhecimento do espaço rural como lugar de atividades diversificadas configura-o, na perspectiva de Maria José Carneiro (1999), como espaço de pluriatividade do sujeito rural, mecanismo de manutenção de sua permanência nesse espaço que consiste na prática de uma segunda atividade econômica (CARNEIRO,

⁷ A ruralidade é a dimensão representativa do conteúdo do rural, formado pelas “[...] heranças, origens, hábitos, relações, conjuntos de ações [...]” (BIAZZO, 2008, p.145).

1998). Essa característica do povo rural passa a ser marcado por “[...] um processo dinâmico de constante reestruturação dos elementos da cultura local com base na incorporação de novos valores, hábitos e técnicas [...]” (CARNEIRO, 2008, p.1). Assim, os sujeitos rurais passam a desenvolver uma segunda atividade ligada às novas atividades que compõem esse espaço, nas áreas de educação, transporte, cargos públicos locais, saúde e comércio (GÓMEZ, 2008).

Esse rural diverso, heterogêneo e fortemente propenso a gerar alternativas para desenvolver-se é invisibilizado de várias formas, demonstrando claramente a sua não valorização para a concepção de indução ao desenvolvimento apropriado em suas territorialidades. Ou seja, entendemos aqui que o rural é o resultado dos sujeitos que vivem ali e “[...] que expressam visões de mundo e valores distintos de acordo com o universo simbólico ao qual estão referidas, estando, portanto, sujeitas a reelaborações e a apropriações diversas [...]” (CARNEIRO, 1998, p. 1), assim tornam-se de extrema importância a compor um projeto de desenvolvimento.

A compreensão do rural contemporâneo em sua complexidade, sobretudo com o entendimento das novas ruralidades, torna-se uma abordagem de extrema importância por contribuir para a visibilização desse espaço. Tal visibilização se dá não somente através das atividades econômicas, mas também dos sujeitos através da especificação dos seus modos de vida, a dinâmica ambiental e a relação entre eles (CONCHEIRO, 2006; PEREZ CORREA, 2006), ajudando a pensar num modelo de desenvolvimento adequado, como destaca Concheiro (2006):

La ‘nueva ruralidad’ es también una propuesta para mirar el desarrollo desde una perspectiva diferente a la que predominó en las estrategias políticas dominante de los gobiernos de cada país. En este sentido, los estudios sobre la ‘nueva ruralidad’ han pretendido avanzar en la integración de los desarrollos conceptuales y de intervención o participación social, a partir de las llamadas políticas públicas, así como en la búsqueda de posibilidades de instrumentación. “La ‘nueva ruralidad’ se contempla así, como una herramienta para potenciar la gestión de instituciones y gobiernos, y permitir – en el marco de los nuevos debates y paradigmas – plantear la inclusión frente a la exclusión; la equidad frente a las desigualdades sociales, étnicas y de género; y la revalorización de los espacios rurales. (CONCHEIRO, 2006, p.21)

Sendo assim, cabe pensar mecanismos de um modelo de planejamento para indução do desenvolvimento que dê conta da complexidade existente no mundo rural contemporâneo. Maria Nazaré Wanderley (2009), na discussão sobre o mundo rural na contemporaneidade, aponta a nova abordagem para se pensar em um desenvolvimento territorial, como destaca:

A nova abordagem do desenvolvimento territorial tem como pressuposto o reconhecimento político da necessidade de integração aos processos gerais do desenvolvimento nacional e macrorregional, dos espaços e das populações, marginalizadas ou excluídos, através da valorização dos recursos naturais, sociais, culturais de cada território, sejam eles ou não associados às atividades agrícolas. Seus objetivos são definidos em torno de três princípios 'aproveitar as oportunidades econômicas, assegurar o bem estar das populações rurais e salvaguardar o patrimônio sociocultural das regiões rurais' (OCDE, 1999b). (WANDERLEY, 2009, p.231)

Pisani (1994 apud WANDERLEY, 2009) aponta que esse modo de ver o desenvolvimento põe o respeito à vida como prioridade ao destacar que: “[...] ‘a prioridade não é mais no desenvolvimento da produção, na intensificação, mas em um território e uma sociedade que devem imperiosamente viver tanto quanto produzir [...]’” (PISANI, 1994 apud WANDERLEY, 2009, p. 231). Nessa perspectiva de desenvolvimento, a sua importante dimensão está na:

[...] valorização do patrimônio natural e cultural de cada localidade. Mesmos nas ‘zonas desfavorecidas’, economicamente ‘marginais’ ou ‘marginalizadas’ e alvo prioritário dos programas de desenvolvimento territorial, é possível identificar e valorizar ‘os sistemas de exploração de grande valor natural’. (WANDERLEY, 2009, p. 232-233)

Essa abordagem se destaca e difere das demais formas de ver o desenvolvimento, por enxergar natureza e os bens culturais locais como “[...] fatores que podem favorecer o desenvolvimento local, inclusive em sua dimensão econômica, ao se constituir como fonte de emprego e de renda para parte significativa da população” (MEYER, 1996; MUHEIN, 1997 apud WANDERLEY, 2009, p. 233).

Essa complexa e múltipla caracterização do rural contemporâneo faz direcionar para a necessidade de se pensar as relações produtiva e de modo de vida no rural de hoje, globalizado, de modo a contribuir não só para o espaço local, mas para outras escalas, como a nacional (GRAJALES et al., 2006). Assim, tal abordagem vem corroborar para o entendimento dos aspectos a serem levados em consideração ao se pensar em desenvolvimento e problematizá-lo: uma visão multiescalar.

O desenvolvimento é consequência das ações do homem ao longo do tempo. Tais ações devem ser feitas de modo planejado, pensando nos efeitos a longo prazo. Brandão (2007) afirma que o desenvolvimento não é um estado homogêneo ou fixo, ele continua em mudança transpondo barreiras que vão surgindo. Carlos Brandão (2007) aponta a abordagem multiescalar para compreender e promover o desenvolvimento, compreendido também como um processo heterogêneo, e demanda uma compreensão da influência de fatores não só internos, mas também

externos, compondo múltiplas escalas (local ao global), demandando a todo momento avaliações de planejamento.

Brandão, em outra obra, deixa claro que:

O desenvolvimento enquanto processo multifacetado de intensa transformação estrutural resulta de variadas e complexas interações sociais que buscam o alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade. Deve promover a ativação de recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos, buscando ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando sua autodeterminação e liberdade de decisão. Nesse sentido, o verdadeiro desenvolvimento exige envolvimento e legitimação de ações disruptivas, e, portanto, envolve tensão, eleição de alternativas e construção de trajetórias históricas, com horizontes temporais de curto, médio e longo prazos. Essa construção social e política de trajetórias sustentadas e duradouras deve ser dotada de durabilidade orgânica, sendo permanentemente inclusiva de parcelas crescentes das populações marginalizadas dos frutos do progresso técnico, endogeneizadora de centros de decisão e ter sustentabilidade ambiental. (BRANDÃO, 2009, p.154)

Mas para se pensar em desenvolvimento para áreas rurais contemporâneas, devemos colocar em discussão as contribuições de Maria Nazaré Wanderley, Júlio César Suzuki e José Eli da Veiga ao apontarem direcionamentos sobre um modelo de desenvolvimento para os sujeitos que vivem no espaço rural, e mais especificamente para povos tradicionais como, no nosso caso, são os pescadores artesanais.

Júlio César Suzuki (2017), ao tratar sobre as sociedades tradicionais do Estado de São Paulo (SUZUKI, 2017), aponta para a necessidade de se pensar em um outro modelo de desenvolvimento para essas sociedades, demandando uma mudança paradigmática para que se tenha um desenvolvimento territorial e ambiental:

[...] voltado para as sociedades tradicionais, no respeito à diversidade cultural, ambiental, econômica e social, o que permitirá que as políticas e ações públicas sejam originadas no seio dos anseios [...] com base em seus modos de vida e formações territoriais no movimento de construção e reelaboração de suas identidades. (SUZUKI, 2017, p. 14)

Suzuki também se apoia em Arturo Escobar (2007) que aponta a mudança paradigmática como uma tentativa da desvinculação do modelo civilizatório da busca pela modernização e da própria globalização:

Algunos movimientos y debates intelectuales da América Latina intuyen medidas posibles para alejarse del 'modelo civilizatorio' de la modernización y el desarrollo globalizado. Reunión tras reunión de pueblos indígenas, afrodescendientes, mujeres y campesinos, la crisis del modelo civilizatorio occidental es invocada como la causa más importante de la actual crisis global de energía/clima y pobreza. Um cambio um nuevo paradigma cultural y económico es reconocido tanto como necesario y como activamente em construcción. (ESCOBAR, 2007, p. 44-45)

Assim, nessa perspectiva, compreendemos que um modelo de desenvolvimento só será real e efetivo no ponto de vista territorial e socioambiental, sobretudo para o mundo rural, se enxergar, respeitar, valorizar e entender que além de espaço de produção, ele é espaço de vida e está acima das atividades produtivas. Desse modo, “[...] enfrentar tais interpretações envolve partir de uma produção sólida de produção social do espaço, historicamente determinado, resultante de conflitos e consensos que se estruturaram em torno de do ambiente construído” (BRANDÃO, 2007, p. 31).

1.2 Metodologia

Para falar de planejamento e suas implicações nas vidas das pessoas e o meio onde vivem é necessário conhecer esses espaços, as dinâmicas e indivíduos que os habitam, de modo a compreender e estabelecer conexão com o modelo de planejamento empregado. Revelar essa dinâmica inserida nesses espaços capazes de dar robustez ao trabalho e coerência não é uma tarefa fácil, sobretudo por entender a necessidade de se ouvir os mais ameaçados e os atingidos nessa dinâmica estudada: a população local, mas especificamente os pescadores artesanais. Para isso buscamos mecanismos metodológicos que nos possibilitasse apreender a realidade concreta enquanto fenômeno que servirá de base empírica ao trabalho.

Mas, antes do levantamento empírico, buscou-se fundamentar teoricamente a presente pesquisa a partir das discussões científicas sobre Desenvolvimento, mundo rural contemporâneo, planejamento estratégico, planejamento territorial e socioambiental, espaço costeiro, território e territorialidade, e pesca artesanal.

Após a delimitação dos marcos teóricos, a partir do levantamento e sistematização, foi dada a execução de atividades de levantamento de dados documentais cujas fontes são documentos oficiais e órgãos⁸ que disponibilizam dados estatísticos, além dos dados empíricos coletados em pesquisa de campo.

O levantamento dos dados documentais foi voltado para o Plano de Desenvolvimento Estratégico de Cairu. Foram levantados 12 documentos que compõem o plano e posteriormente sistematizados e analisados, a fim de identificar e

⁸ Órgãos como Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), extinto Ministério da Pesca e Aquicultura (MPA), Superintendência e Estudos Econômicos e Sociais (SEI).

demonstrar quais os reais objetivos para o referido Município e seus direcionamentos para a atividade pesqueira. Os dados estatísticos foram relativos às informações do Município de Cairu e suas dinâmicas e produções. Além disso, buscou-se dados estatísticos sobre a pesca municipal.

Para levantamento dos dados empíricos foram realizadas diversas pesquisas de campo entre os anos de 2016 e 2019. As pesquisas de campo tiveram o objetivo de observar a cotidianidade das localidades atualmente, compreendendo as dinâmicas existentes no rural costeiro. Buscou-se também verificar como se dá a inserção e importância da pesca nas localidades que compõem esse espaço, a relação dos moradores com os pescadores, e identificar quem são esses pescadores. Além disso, procurou-se identificar as expressões de ruralidade que qualificam o espaço costeiro das localidades como rural costeiro. Para isso, foram realizadas visitas em algumas localidades (Mapa 3), nos últimos 3 anos.

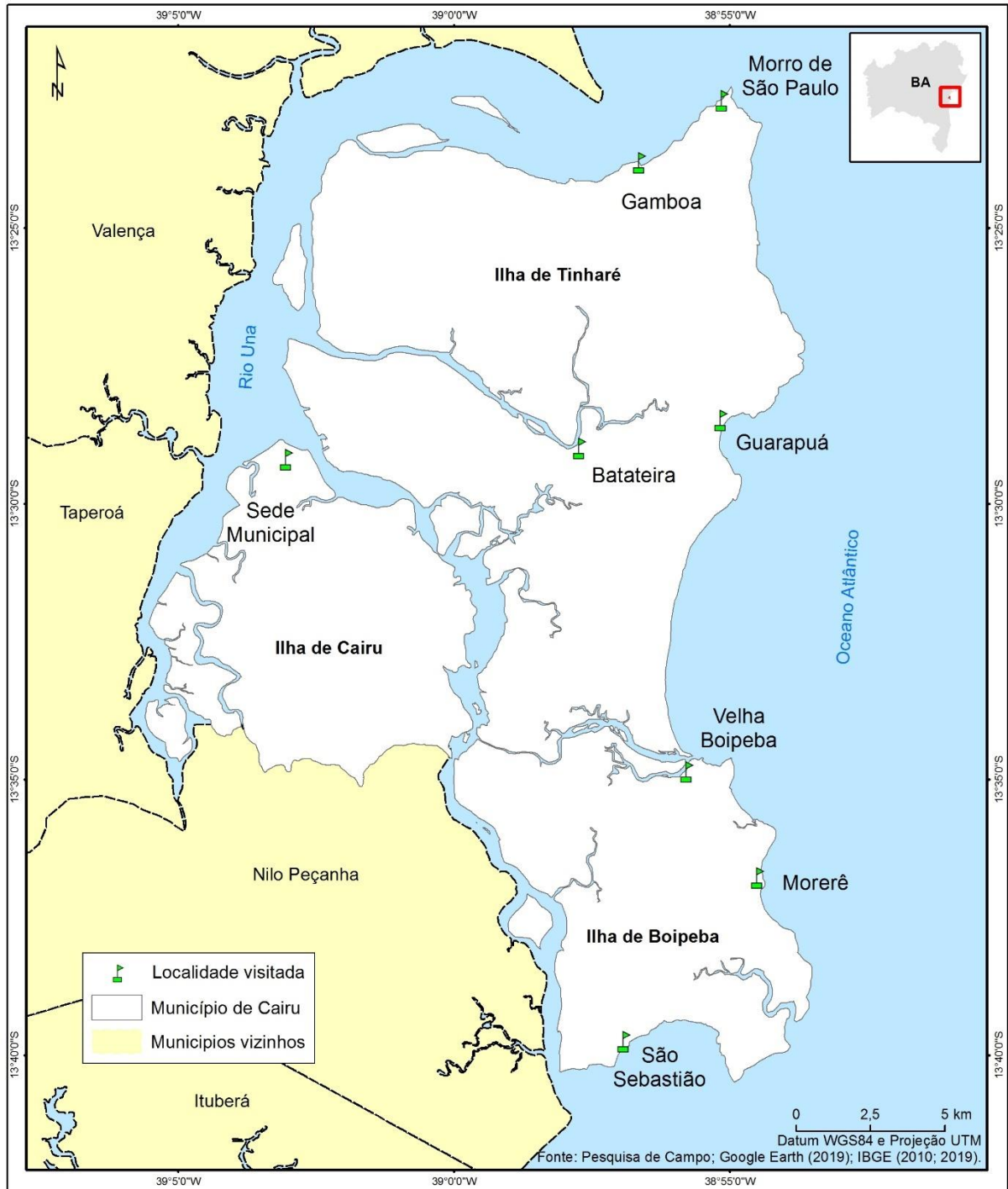
Vale ressaltar que optou-se por ter como recorte espacial as ilhas de Boipeba e Tinharé, por entender que nesses dois espaços as comunidades pesqueiras vivem uma ilheidade⁹, diferente da sede municipal. Para lastrear o levantamento empírico foram considerados os elementos derivados de observações realizadas em pesquisas anteriores e que compõem não só minha trajetória como pesquisador, como também a atuação em outros trabalhos técnicos (PAIXÃO, 2012; 2015).

Material de entrevistas é um desses elementos derivados. Tal material é resultado de entrevistas estruturadas realizadas a pescadores e moradores das localidades de Gamboa, Moreré, São Sebastião e Garapuí entre os anos de 2013 e 2014. Na ocasião foram entrevistados 60 pescadores artesanais ao total, utilizados aqui como parâmetros indicativos. Tal entrevista centrava informações sobre a dinâmica pesqueira nas localidades e entorno, e o modo de vida pesqueiro (APÊNDICE A). Tais entrevistas foram realizadas com auxílio de gravador, para transcrição *a posteriori*, e autorizadas pelos entrevistados de modo informal, porém, optamos por mantê-los em anonimato a pedido deles. Assim, as entrevistas serão identificadas pelo número da entrevista e o ano de realização. Além das entrevistas com os pescadores, se têm dados obtidos nas entrevistas realizadas a domicílios

⁹ “[...] as formas de representação simbólicas e imagens decorrentes da insularidade que se expressam por mitos fundadores da ilha e de sua sociedade. [...] diz respeito também ao vivido pelos ilhéus, aos comportamentos induzidos pela natureza particular do espaço insular” (DIEGUES, 1998, p. 89)

locais (473 entrevistas)¹⁰, que tinham como objetivo compreender a inserção da pesca nas localidades visitadas (APÊNDICE B).

Mapa 3: Localidades visitadas nos últimos anos



Fonte: Pesquisa de campo; Google Earth (2019); IBGE (2010, 2019)

Elaborado pelo autor.

¹⁰ Foram visitados 153 domicílios em Gamboa, 40 em Morerê, 121 em Garapuá e 159 em São Sebastião no ano de 2014, de caráter quantitativo.

A escolha dos entrevistados foi aleatória por oportunidade, dando um maior leque de possibilidades de entrevistados. Por tanto, buscou-se nas localidades moradores que habitassem em seu espaço de vida e trabalho, exercendo sua cotidianidade. Assim, os entrevistados foram encontrados em lugares diversos nas localidades, como praia, nos quintais de casa, bares, barcos e outros. As entrevistas darão base ao desvelamento de evidências empíricas dos sujeitos em suas trajetórias de vida que fazem daquele espaço lugar de vida e trabalho onde produzem e reproduzem suas sociabilidades.

Buscamos, nas conversas informais com os moradores, saber o que eles pensam sobre a vivência cotidiana de suas trajetórias de vida naquele espaço, de modo a associarmos suas perspectivas àquelas contidas no plano estratégico. Esse conteúdo, tratado como instrumento metodológico de visibilização do modo de vida, possibilitou entender como as pessoas que vivem naquela realidade estudada se encontram em relação ao que o poder público considera ser o desenvolvimento estratégico para a localidade.

Outras evidências da dinâmica local foram encontradas a partir do levantamento e leitura de trabalhos científicos. Foram identificados 53 trabalhos científicos (artigos, teses, dissertações, monografias) que tiveram o município de Cairu ou uma ou mais de suas localidades como objeto empírico, passando a compor uma hemeroteca com o tema: Cairu e suas localidades. Além disso, ainda como fonte de evidências empíricas, utilizou-se de reportagens ou depoimentos na internet em redes sociais, as quais revelavam situações vividas no espaço de Cairu.

Após os levantamentos de dados teóricos e empíricos, iniciou-se a etapa de sistematização, análise e representação das informações. O processo metodológico aqui escolhido tem base em Alencar (2003) e Alencar e Schiweizer (2008), que em suas publicações desenvolve metodologias onde as experiências pessoais e científicas são levadas em consideração para que se pense em planejamento que considere favoravelmente a vida dos segmentos populacionais subalternizados. Nesse sentido os dados empíricos levantados serão considerados como evidências empíricas de tensionamentos presentes no espaço rural costeiro, entre a execução de um modelo de desenvolvimento estabelecido no Plano Estratégico e o modo de vida que sociohistoricamente construiu aquele espaço rural sobre o qual é executado o referido modelo.

Assim, a presente tese estrutura-se em 4 capítulos principais, além da introdução e considerações finais. O primeiro é responsável por apontar inserção da pesca e sua territorialidade no município de Cairu, de modo a compreender sua importância socioambiental na dinâmica municipal. O segundo capítulo será responsável por demonstrar as diversas faces do entendimento de desenvolvimento e sua inserção e influência, através de ferramentas, na escala municipal. O Terceiro é responsável por caracterizar e apontar a inserção da pesca no Plano Estratégico de Cairu. O último mostrará os tensionamentos e conflitualidades que decorrem da relação antagônica entre o modo de vida pesqueiro e o modelo de desenvolvimento imposto.

2 TERRITÓRIO E TERRITORIALIDADE DO PESCADOR ARTESANAL EM CAIRU

O pescador é um dos indivíduos que têm o espaço costeiro como lugar de vida e trabalho, compondo mais um elemento que utiliza esse espaço e coexiste com diversas atividades econômicas. A pesca é uma atividade de caça que envolve a retirada do produto pesqueiro de um corpo d'água, reflexo do conhecimento que o homem tem acerca da natureza (DIEGUES, 1983; MADONADO, 1986). Tal grupamento de indivíduos, assim como outros que compõem o espaço rural, vão depender da relação direta com a natureza, seja ela simbólica ou concreta (MADONADO, 1986), constituindo a identidade do ser pescador.

A pesca possui diversas classificações, que variam de acordo com os autores e seus enfoques. Para Maldonado (1986), Ministério da Pesca (2014) e Diegues (1983), por exemplo, existem algumas classificações que diferem, porém, a pesca artesanal é comum a todos eles.

O pescador artesanal será aquele indivíduo que, em sua essência, desenvolve a pesca sem uso de maquinários, resultado de uma construção de saberes transmitidos de geração em geração. Possui uma relação de respeito com a natureza, bem como seus pares (DIEGUES, 1983; 2000; MALDONADO, 1986; RAMALHO, 2006). Diegues (1983, p. 18) aponta que essa categoria de pescadores em sua formação histórico cultural possui um vínculo maior com o mar, através da “[...] apropriação econômica e sociocultural do meio marinho, onde [...] passam uma parte considerável do seu tempo”. Mas também desenvolvem atividades na terra, que é o ponto de apoio a estes indivíduos, onde ficam as famílias e seus vínculos de comercialização do pescado (MALDONADO, 1986; DIEGUES, 1983, 1998, 2001, 2000). Assim, para Diegues (1983) a pesca:

Ao contrário de outros setores da produção, como a indústria metalúrgica, a pesca é, em nossos dias, a única e última atividade humana de caça realizada em grande escala. A mobilidade dos recursos pesqueiros no ecossistema marinho marcado pela complexidade dos fenômenos naturais é, em grande parte, responsável pela imprevisibilidade da captura com reflexos imediatos na própria organização da produção e do mercado. As modalidades de relações sociais entre os agentes da produção parecem ser influenciadas pelas condições naturais em que se realiza essa atividade. (DIEGUES, 1983, p. 6)

Os pescadores, enquanto comunidades tradicionais, possuem territorialidade específica, e em Cairu não é diferente. Os pescadores estão inseridos

em diversas dinâmicas municipais, convivem e expressam inter-relações com várias dinâmicas, tais como ambiental, social e cultural do município. O objetivo deste capítulo é interpretar a territorialidade dos pescadores artesanais de modo a demonstrar o modo de vida pesqueiro como elemento fundante da dinâmica municipal de Cairu, visto que o território, além de ser um importante elemento na relação destas populações com a natureza (DIEGUES, 2001a), é o lugar da dinâmica do dia a dia. Assim, é nele que acontecem as relações sociais, as reproduções econômicas, os conflitos, bem como as representações do imaginário de tais populações (DIEGUES, 2001b). Para os pescadores, o território, além de descontínuo, é vasto, composto da terra, onde ficam as casas e aparatos construídos, e o mar é onde estabelecem suas interações com a natureza e exercem sua atividade produtiva (DIEGUES, 2001b).

2.1 Território e Territorialidade das comunidades tradicionais pesqueiras

Essencialmente, a noção de território é associada à ideia do domínio do poder sobre determinado fragmento de espaço, sendo assim, torna-se objeto de estudos de diversas ciências, como a política e jurídica, bem como na Geografia, Biologia e Antropologia (HAESBAERT, 2007), demonstrando a importância do seu estudo e sua inserção nas dimensões política, econômica, social e cultural (ALBAGLI, 2004).

Raffestin (1993) em *Por uma Geografia do poder* aponta que o território é o reflexo de ações de poder sobre o espaço, em suas diversas dimensões, a partir de um ator e suas apropriações sobre ele, deixando clara a existência de “[...] um campo de forças, uma teia ou rede de relações sociais” (RAFFESTIN, 1993, p. 151). Em uma outra perspectiva, Milton Santos (2007, p. 96) afirma que o território “[...] é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence”. Nessa mesma linha, Godelier, em uma concepção materialista, tomando como base o uso e controle de recursos (apud HAESBAERT, 2007), definia território como:

[...] uma porção da natureza e espaço e, portanto, do espaço sobre o qual uma determinada sociedade reivindica e garante a todos ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, de controle e de uso com respeito à totalidade ou parte dos recursos que aí se encontram e que ela deseja e é capaz de utilizar. (GODELIER, 1984 apud HAESBAERT, 2007, p. 56)

Interpretando Godelier (1984), Haesbaert complementa que a concepção apontada por ele está mais alinhada com os modos de vida tradicionais “[...] que

economicamente dependem muito mais das condições físicas do seu entorno, ou que fazem uso de referentes espaciais da própria natureza na construção de suas identidades.” (HAESBAERT, 2007, p. 56). Nesse mesmo caminho, numa visão simbólica, Godelier aponta que:

[...] o que reivindica uma sociedade ao se apropriar de um território é o acesso, o controle e o uso, tanto das realidades visíveis quanto dos poderes invisíveis que as compõem, e que parecem partilhar do domínio das condições de reprodução da vida dos homens, tanto a deles própria quanto a dos recursos dos quais eles dependem. (GODELIER, 1984 apud HAESBAERT, 2007, p.69)

Para Tereza Emídio (2006), território é um conceito Político que reflete as ações da sociedade sob o espaço geográfico. Para Roberto Lobato Côrrea (1998), território não pode ser confundido com espaço, pois “[...] é o espaço revestido da dimensão política, afetiva ou ambas” (CORRÊA, 1998, p. 251). Advindo do Latim *terra* e *torium*, cujo significado associado ao pertencimento da terra a alguém, a definição de território não pode apenas estar resumida à propriedade da terra (CORRÊA, 1998) ou poder político (HAESBAERT, 2004b) e sim à apropriação dada ao fragmento do espaço (CORRÊA, 1998; HAESBAERT, 2004b). Tal apropriação pode ter um significado duplo, como destaca Roberto Corrêa (1998):

[...] De um lado associa-se ao controle de fato, efetivo, por vezes legitimado, por parte de instituições ou grupo sobre um dado segmento do espaço. [...] A apropriação, por outro lado, pode assumir uma dimensão afetiva, derivada das práticas especializadas por parte de grupos distintos [...]. (CORRÊA, 1998, p. 251)

Sendo assim, o território “[...] desdobra-se ao longo de um *continuum* que vai da dominação político-econômica mais ‘concreta’ e ‘funcional’ à apropriação mais subjetiva e/ou ‘cultural-simbólica” (HAESBAERT, 2004a, p. 95-96).

Rogério Haesbaert, ao discordar de Milton Santos (2000) sobre a distinção da definição de território como recurso (atores hegemônicos) e abrigo (atores hegemonizados), aponta que para os hegemonizados, o território, que por sua essência é, na maioria das vezes, garantia de sobrevivência, “[...] adquire muitas vezes tamanha força que combina com intensidades iguais funcionalidade (‘recurso’) e identidade (‘símbolo’)” (HAESBAERT, 2004b, p.4).

Para Haesbaert e Limonad (2007) existia uma diferença entre as sociedades tradicionais e as modernas nas formas de territorialização do espaço: enquanto as tradicionais estariam ligadas ao simbolismo e territórios baseados em áreas ou zonas, as modernas estariam ligadas a objetividade, baseadas a redes de conexões e vista

numa “[...] perspectiva utilitarista, como um instrumento de domínio, a fim de atender às necessidades humanas [...] (HAESBAERT; LIMONAD, 2007, p. 43). Assim, o território é construído a partir de duas dimensões principais: o material ou simbólico.

Haesbaert (2003) nos ajuda a concluir que:

[...] o território é, ao mesmo tempo, um recurso ou instrumento de poder e um valor (BONNEMAISON; CAMBREZY, 1996) – valor este que vai além do simples valor de uso ou de troca, estendendo-se pela valorização simbólica identitário-existencial. Rompe-se, assim, a divisão entre “território político” (de adjetivação redundante) e ‘território de identidade’, como alguns autores propõem, já que se confundem o território enquanto recurso político e enquanto estratégia identitária. (HAESBAERT; LIMONAD, 1999 apud HAESBAERT, 2003, p. 15)

Mas esse mesmo território também é recurso:

Portanto, todo território é, ao mesmo tempo e obrigatoriamente, em diferentes combinações, funcional e simbólico, pois exercemos domínio sobre o espaço tanto para realizar “funções” quanto para produzir “significados”. O território é funcional a começar pelo território como recurso, seja como proteção ou abrigo (“lar” para o nosso repouso), seja como fonte de “recursos naturais” – “matérias-primas” que variam em importância de acordo com o(s) modelo(s) de sociedade(s) vigente(s) (como é o caso do petróleo no atual modelo energético capitalista). (HAESBAERT, 2005, p. 6776)

Nesse mesmo sentido, tem-se a territorialidade, que se refere à relação entre os indivíduos e o espaço territorializado por eles. Assim:

[...] além de incorporar uma dimensão estritamente política, diz respeito também às relações econômicas e culturais, pois está “intimamente ligada ao modo como as pessoas utilizam a terra, como elas próprias se organizam no espaço e como elas dão significado ao lugar”. (SACK, 1986 apud HAESBAERT, 2005, p. 6776)

Para Santos (2001):

Por território entende-se geralmente a extensão apropriada e usada. Mas o sentido da palavra territorialidade como sinônimo de pertencer àquilo que nos pertence ... esse sentimento de exclusividade e limite ultrapassa a raça humana e prescinde da existência de Estado. Assim, essa ideia de territorialidade se estende aos próprios animais, como sinônimo de área de vivência e de reprodução. Mas a territorialidade humana pressupõe também a preocupação com o destino, a construção do futuro, o que, entre os seres vivos, é privilégio do homem. (SANTOS, 2001, p. 19)

Para Albagli (2004) a territorialidade refere-se:

[...] às relações entre um indivíduo ou grupo social e seu meio de referência, manifestando-se nas várias escalas geográficas – uma localidade, uma região ou um país – e expressando um sentimento de pertencimento e um modo de agir no âmbito de um dado espaço geográfico. No nível individual, territorialidade refere-se ao espaço pessoal imediato, que em muitos contextos culturais é considerado um espaço inviolável. Em nível coletivo, a territorialidade torna-se também um meio de regular as interações sociais e reforçar a identidade do grupo ou comunidade. (ALBAGLI, 2004, p. 28)

Tal comunidade, para Albagli (2004), “[...] refere-se a um grupo social unido por interesses da mesma natureza, algumas vezes com origens comuns e, frequentemente, um território comum. A noção de comunidade remete a laços mais fortes do que aos de sociedade ou de coletividade” (ALBAGLI, 2004, p. 29). Isto posto, a autora ressalta que “[...] eventualidade do nascimento, ou da residência, ou laços simplesmente jurídicos não são suficientes para definir o pertencimento a uma comunidade; esta supõe adesão voluntária ou consciência desse pertencimento (ALBAGLI, 2004, p. 29).

Albagli completa afirmando que a territorialidade “[...] reflete, então, o vivido territorial em toda sua abrangência e em suas múltiplas dimensões – cultural, política, econômica e social” (ALBAGLI, 2004, p. 29).

Para Corrêa (1998) territorialidade [...] refere-se ao conjunto de práticas e suas expressões materiais e simbólicas capazes de garantirem a apropriação e permanência de um dado território por um determinado agente social, o Estado, os diferentes grupos sociais e as empresas (CORRÊA, 1998, p. 251-252).

Mas esse mesmo território ligado à materialidade é campo do simbólico, do imaterial, que muitas vezes vai além de uma apropriação, atingindo uma identificação do indivíduo ou grupo social com o espaço em que habita:

Pertencemos a um território, não o possuímos, guardamo-lo, habitamo-lo, impregnamos-nos dele. Além disto, os vivos não são os únicos a ocupar o território, a presença dos mortos marca-o mais do que nunca com o signo do sagrado. Enfim, o território não diz respeito apenas à função ou ao ter, mas ao ser. Esquecer este princípio espiritual e não material é se sujeitar a não compreender a violência trágica de muitas lutas e conflitos que afetam o mundo de hoje: perder seu território é desaparecer. (BONNEMAISON; CAMBRÉZY, 1996, apud HAESBAERT, 2007, p. 73)

Mas para uma comunidade tradicional, o território vai além da demonstração do poder, é também área que reflete o espaço vivido (SANTOS, 2006). Tais conceitos de território e territorialidade se aplicam às comunidades tradicionais, sobretudo às pesqueiras. Pescador artesanal, enquanto categoria de comunidade tradicional, é definido como:

[...] grupos humanos culturalmente diferenciados que historicamente reproduzem seu modo de vida, de forma mais ou menos isolada, com base em modos de cooperação social e formas específicas de relações com a natureza, caracterizados tradicionalmente pelo manejo sustentado do meio ambiente. (DIEGUES, 2001b, p. 22)

Tal grupamento pode ser encontrado:

[...] pelo litoral, pelos rios e pelos lagos e tem um modo de vida baseado principalmente na pesca, ainda que exerça outras atividades econômicas complementares, como o extrativismo vegetal, o artesanato e a pequena agricultura. [...] apresentam um modo de vida peculiar, sobretudo aqueles que vivem das atividades pesqueiras marítimas. [...] praticam a pequena pesca, cuja produção em parte é consumida pela família e em parte é comercializada. A unidade de produção é, em geral, a familiar, incluindo na tripulação conhecidos e parentes mais longínquos. (DIEGUES, 2000, p. 58-59)

Essa população é caracterizada pela presença da cultura tradicional, definida por:

[...] padrões de comportamento transmitidos socialmente, modelos mentais usados para perceber, relatar e interpretar o mundo, símbolos e significados socialmente compartilhados, além de seus produtos materiais, próprios do modo de produção mercantil. (DIEGUES, 2001, p. 87)

Sendo assim, insere-se na definição de comunidades tradicionais:

Comunidades tradicionais estão relacionadas com um tipo de organização econômica e social com reduzida acumulação de capital, não usando força de trabalho assalariado. Nela produtores independentes estão envolvidos em atividades econômicas de pequena escala, como agricultura e pesca, coleta e artesanato. Economicamente, portanto, essas comunidades se baseiam no uso de recursos naturais renováveis. Uma característica importante desse modo de produção mercantil (*petty mode of production*) é o conhecimento que os produtores têm dos recursos naturais, seus ciclos biológicos, hábitos alimentares, etc. Esse 'know-how' tradicional, passado de geração em geração, é um instrumento importante para a conservação. Como essas populações em geral não têm outra fonte de renda, o uso sustentado de recursos naturais é de fundamental importância. Seus padrões de consumo, baixa densidade populacional e limitado desenvolvimento tecnológico fazem com que sua interferência no meio ambiente seja pequena. Outras características importantes de muitas sociedades tradicionais são: a combinação de várias atividades econômicas (dentro de um complexo calendário), a reutilização dos dejetos e o relativamente baixo nível de poluição. A conservação dos recursos naturais é parte integrante de sua cultura, uma idéia expressa no Brasil pela palavra 'respeito' que se aplica não somente à natureza como também aos outros membros da comunidade. (DIEGUES, 1992 apud DIEGUES, 2001, p. 87)

As comunidades tradicionais são caracterizadas:

a) pela dependência frequentemente, por uma relação de simbiose entre a natureza, os ciclos naturais e os recursos naturais renováveis com os quais se constrói um *modo de vida*; b) pelo conhecimento aprofundado da natureza e de seus ciclos que se reflete na elaboração de estratégias de uso e de manejo dos recursos naturais. Esse conhecimento é transferido por oralidade de geração em geração; c) pela noção de território ou espaço onde o grupo social se reproduz econômica e socialmente; d) pela moradia e ocupação desse território por várias gerações, ainda que alguns membros individuais possam ter se deslocado para os centros urbanos e voltado para a terra de seus antepassados; e) pela importância das atividades de subsistência, ainda que a produção de mercadorias possa estar mais ou menos desenvolvida, o que implica uma relação com o mercado; f) pela reduzida acumulação de capital; g) importância dada à unidade familiar, doméstica ou comunal e às relações de parentesco ou compadrio para o exercício das atividades econômicas, sociais e culturais; h) pela importância das simbologias, mitos e rituais associados à caça, à pesca e a atividades extrativistas; i) pela

tecnologia utilizada que é relativamente simples, de impacto limitado sobre o meio ambiente. Há uma reduzida divisão técnica e social do trabalho, sobressaindo o artesanal, cujo produtor (e sua família) domina o processo de trabalho até o produto final; j) pelo fraco poder político, que em geral reside com os grupos de poder dos centros urbanos; l) pela auto-identificação ou identificação pelos outros de se pertencer a uma cultura distinta das outras. (DIEGUES, 2000, p. 21-22)

Na concepção de Diegues, ao trabalhar com comunidades tradicionais, sobretudo as que vivem em relação com o mar, ele aponta as definições de Godelier (1984) como um direcionador de uma concepção de território¹¹ que chega mais próximo do que vem a ser para as comunidades tradicionais da pesca artesanal. Esse território terá a natureza como o principal elemento fornecedor ao indivíduo/grupo territorializado.

Mas além do espaço físico, o território é configurado também pelas relações sociais. E para os pescadores artesanais, além do espaço em terra, o mar faz parte do seu domínio, configurando um espaço vasto e fluído (DIEGUES, 2001). O território marítimo será configurado por:

[...] marcas de posse, geralmente pesqueiros de boa produtividade, descobertos e guardados cuidadosamente pelo pescador artesanal. Essas marcas podem ser físicas e visíveis, [...]. Elas podem também ser invisíveis, como os rasos, tassis, corubas, em geral lajes submersas onde há certa abundância de peixes de fundo. (DIEGUES, 2001, p. 83)

Além do espaço marítimo, as comunidades pesqueiras, assim como outras comunidades tradicionais, exploram outros meios em seus territórios, como destaca Diegues:

Algumas dessas sociedades se reproduzem, explorando uma multiplicidade de habitats: a floresta, os estuários, mangues e as áreas já transformadas para fins agrícolas. A exploração desses habitats diversos exige não só um conhecimento aprofundado dos recursos naturais, das épocas de reprodução das espécies, mas a utilização de um calendário complexo dentro do qual se ajustam, com maior ou menor integração, os diversos usos dos ecossistemas. (DIEGUES, 2001, p. 84)

Outro fato a destacar é que:

O território das sociedades tradicionais, distinto do das sociedades urbanas industriais, é *descontínuo*, marcado por vazios aparentes (terras em pousio, áreas de estuário que são usadas para a pesca somente em algumas estações do ano) e tem levado autoridades da conservação a declará-lo parte das 'unidades de conservação' porque 'não é usado por ninguém'. (DIEGUES, 2001, p. 84)

¹¹ “[...] uma porção da natureza e espaço sobre o qual uma sociedade determinada reivindica e garante a todos, ou a uma parte de seus membros, direitos estáveis de acesso, controle ou uso sobre a totalidade ou parte dos recursos naturais aí existentes que ela deseja ou é capaz de utilizar (GODELIER, 1984 apud DIEGUES, 2001, p. 83).

A territorialidade dos pescadores também é marcada pelas representações e imaginário mitológico, onde a natureza é base, através de explicações religiosas ou míticas, para compreensão dos ciclos de animais, por exemplo (DIEGUES, 2001, p. 85).

Para Little (2002, p. 3), tendo território como “[...] produto histórico de processos sociais e políticos”, o define como “[...] esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu ‘território’ [...]”.

O Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais (MPP) afirma que os pescadores artesanais:

[...] possuem tradicional modo de viver e de lidar com a natureza, têm história e cultura de raízes profundas que são passadas de geração para geração. A pesca é mais que uma profissão, é um modo de vida onde o trabalho é livre e tem um regime autônomo e coletivo. Possui relação direta com a natureza, com espiritualidade e mística que suscita respeito e cuidado. O conhecimento da natureza é a principal base de sustentação. (MPP, 2012, p. 4)

Sobre o território desses sujeitos tradicionais, o MPP afirma que:

[...] embora consideradas tradicionais, não detêm a propriedade do território, que é utilizado de forma coletiva, abrangendo os espaços de água e terra, como os rios, açudes, lagoas e o mar; terras de beira d’água, etc. Possuem um conjunto de regras e de condutas vivenciadas com a coletividade para o uso dos recursos naturais. (MPP, 2012, p. 4)

Assim a pesca artesanal:

[...] não é somente uma profissão. É um jeito de viver, de se relacionar com a natureza, é responsável também pela manutenção de diversos ecossistemas existentes no país, pois as comunidades pesqueiras extraem da natureza o que ela é capaz de repor, conseguem conciliar de forma harmoniosa a sua sustentabilidade e a sustentabilidade ambiental nos recursos utilizados. Essa relação é caracterizada principalmente pelo conhecimento que as comunidades têm da natureza e o respeito por ela. (MPP, 2012, p. 5)

O território e a territorialidade desse grupamento humano estão vinculados com a coletividade de autonomia, liberdade e relação harmoniosa com a natureza (MPP, 2012). O território é:

[...] coletivo, comum, que é de uma coletividade. Esse território é espaço de moradia, de trabalho e de vivência onde se reproduz social, cultural e economicamente. É o espaço apropriado e usado, onde se materializam os conhecimentos e as relações, a partir dos conhecimentos adquiridos e passados de geração a geração. (MPP, 2012, p. 6)

O uso coletivo desse território é marcado por “[...] um conjunto de regras e de condutas vivenciadas com a coletividade para o uso dos recursos naturais e abrangem os espaços terrestres, dos rios, lagos, lagoas e mar (MPP, 2012, p. 6). Vale destacar ainda que:

O pescador e a pescadora não vivem só na água, precisam da terra e da água, tendo nessa interface o mangue e as matas ciliares, a floresta, importantes para a garantia do trabalho tradicional, construção de instrumentos de trabalho, artesanato, espiritualidade, mística e mitos (histórias, crenças, lendas). (MPP, 2012, p. 6)

2.2 Modo de vida, território e territorialidade do pescador artesanal de Cairu

A pesca, enquanto atividade econômica e modo de vida, é encontrada em todas as localidades do Município de Cairu. Seu surgimento remonta ao processo de produção e formação do espaço de Cairu, onde a prática teve papel significativo após o processo de decadência da exploração de madeira na área que hoje é o município.

Mas entre os séculos XVI e XVII¹² a pesca já tinha sua importância para compor a influência política e econômica para a capitania da qual Cairu fazia parte: Capitania de Ilhéus¹³. Essa importância estava ligada ao fato de nesse período a produção pesqueira fazer parte da rota de abastecimento para a capital (SOUSA, 1971; OLIVEIRA, 2006). Essa produção se dava, sobretudo, pelas características naturais presentes naquele espaço, como destaca Risério (2003):

Existia no mundo natural, num espaço preciso, num certo segmento ambiental, costeiro, de nosso território, onde a Mata Atlântica se aproximava da orla marítima, estendendo as suas vistosas folhagens à brisa e ao sol do lugar, alegrando-se à luz das estrelas, quando a noite anoitecia. Segmento costeiro de restingas e manguezais ribeirinhos e praieiros, com as suas raízes e os seus arabescos de cipós emaranhando-se no ar, pontilhado de plantas que ainda hoje reconhecemos de imediato, como as samambaias, crustáceos movendo-se no escuro [...] e, em seu reverso, alegria colorida de aves rápidas, que pareciam ter fixado ali seu domicílio. Segmento costeiro de peixes e mais peixes – do beijupirá ao xexéu e ao vermelho –, de inumeráveis seres aquáticos, nos canais, nas lagoas, nas praias do continente, na orla das ilhas e das ilhotas. (RISÉRIO, 2003, p. 51)

A partir do século XVIII teve início a formação da estrutura fundiária, baseada na exploração de madeira e produção agrícola (DIAS, 2007; SANTOS; IVO, 2013)

¹² Séculos que, segundo Moreira (2011), iniciaram o processo de ocupação e exploração territorial, compondo o primeiro projeto político do Brasil.

¹³ A Capitania de Ilhéus compunha todo o litoral sul baiano, iniciando-se na parte Sul da atual Baía de Todos os Santos (SOUSA, 1971).

tanto em Cairu como nas áreas adjacentes, enquadrando-se ao novo objetivo político-econômico do Estado que era o Brasil se tornar um importante exportador agrícola (MOREIRA, 2011). Essa nova realidade influenciou também a construção de estradas e novas povoações (DIAS, 2007; SANTOS; IVO, 2013).

A exploração de madeira se instalou em Nossa Senhora do Rosário de Cairu e Espírito Santo de Boipeba, terras que formavam a feitoria de Cairu (DIAS, 2007, p. 87). Essa atividade direcionou o processo de expansão das povoações e também o surgimento de novas atividades econômicas, como destaca Dias:

[...] em 1715, expandiu a abertura de cortes de madeira ao longo do século, sendo responsável por promover a circulação de capital mercantil por uma grande área de floresta Atlântica e pela conseqüente formação de unidades extrativistas e agrícolas, estradas e povoações. (DIAS, 2007, p. 87)

Cairu ainda se destacava em algumas produções agrícolas, como arroz (exportado para Salvador), canela, cacau e café, de forma incipiente, e a mandioca, que passava a se expandir nas áreas devastadas pela exploração madeireira (FLEXOR, 2011). Tais produções davam suporte às novas povoações que ali estavam instalada e influenciavam as novas, sobretudo próximas aos corpos d'água (SANTOS; IVO, 2013).

É nesse período que começam a serem reveladas as populações marginalizadas, produtos de uma estrutura fundiária e modelo de desenvolvimento promotor de desigualdades. Tais populações eram as que não possuíam propriedade de terras, as quais eram pertencentes a militares que formavam a elite local. Com isso, desenvolviam outras atividades para garantir a sobrevivência (DIAS, 2007). Uma dessas atividades, a extração do zimbo, era realizada por uma parcela da população vulnerável (FLEXOR, 2011); concha marinha (encontrada apenas na China, Congo, Angola, Índia, Ilhas Malvinas e no Brasil) fora utilizada na África como moeda para compra de escravos (CRUZ, 2010). Cruz (2010) revela quem eram os extrativistas do zimbo:

A pesca do molusco devia ser feita por ribeirinhos pobres, incluindo aí crianças e mulheres de pescadores, que cuidavam da coleta e armazenamento do produto até a chegada de embarcações aos locais de extração das conchas para a comercialização das mesmas. (CRUZ, 2010, p. 5)

No trecho destacado revela-se a existência de populações vulneráveis dentro da configuração da sociedade, evidenciando a realidade relacionada à existência de atividades ligadas ao mar.

Já no século XX, houve intensificação da crise econômica do município de Cairu, aliada ao desmembrando das terras¹⁴ e a decadência de muitos lugares na Bahia, gerados pela construção da BA-002. A construção da referida estrada provocou mudanças na dinâmica econômica da região com o desvio do escoamento da produção regional, que era feita por via marítima, para a estrada (FLEXOR, 2004). Nessa realidade de decadência da economia local, as atividades ligadas ao mar e na terra, passam a gerar ganhos para o município, já que a localidade passou a estar em uma situação de isolamento espacial e econômico. As atividades do mar ganharam amplitude como alternativas de sobrevivência da população local que não tinha terras. Mas foi a ligação com o mar e com a mata, ou seja, com a natureza, que determinou o padrão identitário da população de Cairu e fez se construir a territorialidade da pesca no município.

Já em meados da década de 50, Cairu ainda se distanciava dos momentos áureos passados e também da realidade próspera de sua vizinha, Valença, revelando uma grande carência em sua dinâmica socioeconômica interna. O censo do IBGE de 1950 (FERREIRA, 1958a) revela a presença da pesca como atividade econômica, em Cairu. Tal atividade era desenvolvida, assim como a extração de piaçava, madeira e coco, além da agricultura, silvicultura e pecuária.

Mas, além de atividade econômica e prática cotidiana, a pesca era expressa também na produção de artigos de artesanatos: “[...] pelo fabrico de cestas, flôres, quebra-luz confeccionados com búzios e conchas, principalmente no povoado do Morro de São Paulo, no distrito de Gamboa” (FERREIRA, 1958a p. 116).

Observa-se que a pesca está presente na configuração de Cairu desde a produção do espaço, deixando de ser apenas uma produção econômica para compor um modo de vida específico que através de sua territorialidade produziu um espaço único. A partir do século XX, sobretudo após a década de 70, tal modo de vida passou a não só existir, mas coexistir com novas atividades econômicas como o turismo sem

¹⁴ Cairu era formado por grandes vastidões de terras, que hoje compõem não somente o que é o Município de Cairu, como também o de Taperoá, Nilo Peçanha e o município que passou a ganhar um destaque regional: Valença. Logo após esse desmembramento das terras, a partir das emancipações das terras para os referidos municípios anteriormente citados, meados do século XIX, Cairu, agora vivendo do que seu território poderia proporcionar, começou a iniciar com o processo de crise econômica, já que boa parte de suas produções estavam nas porções de terra que constituem outros municípios e associado as decisões políticas de direcionamento das ações de produção do espaço (FLEXOR, 2011; FISCHER, 2007).

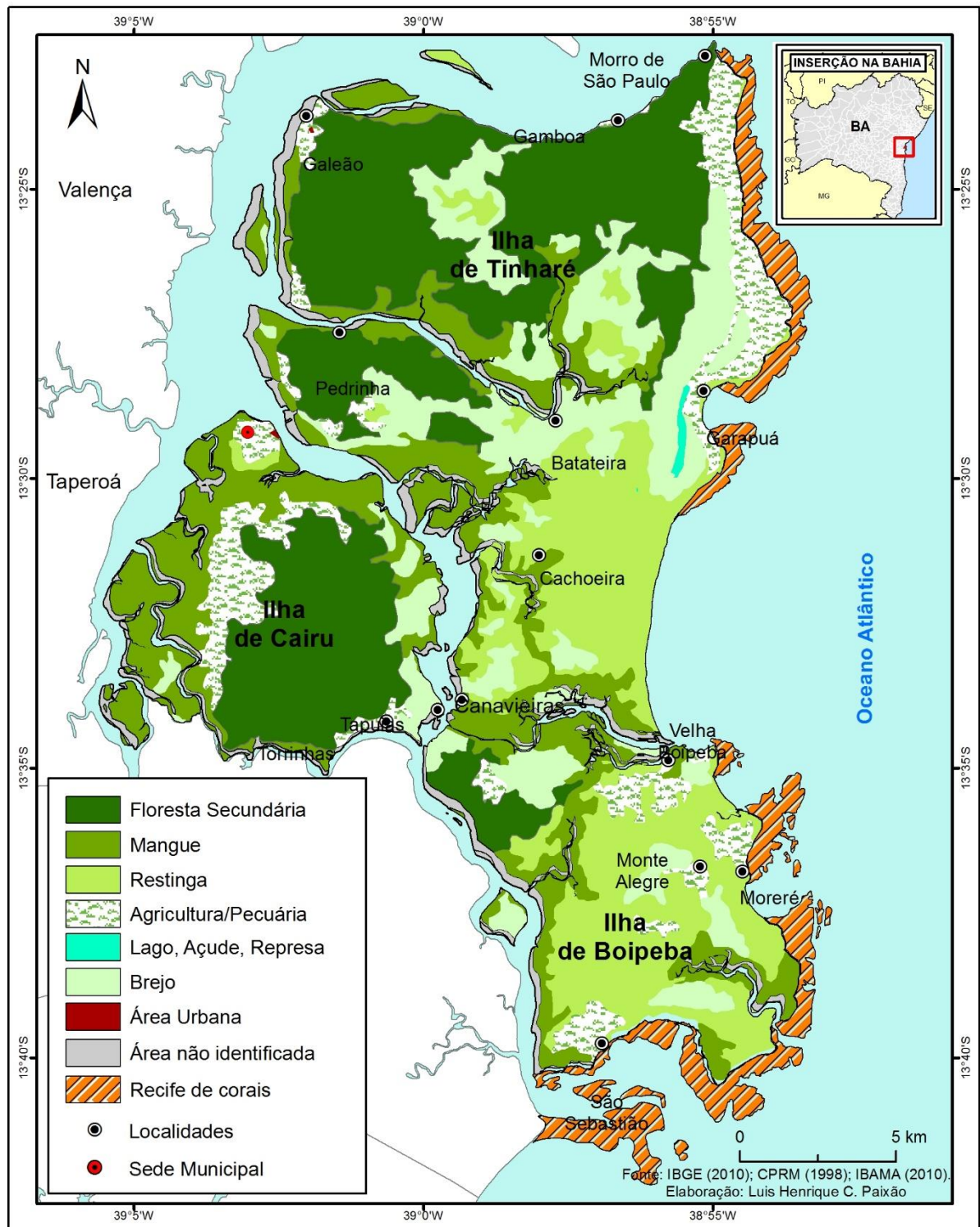
planejamento (FRANÇA, 2008; FLEXOR, 2004) e a exploração de gás pela Petrobras em 2007 (ANP, 2012).

Na contemporaneidade, o modo de vida pesqueiro está presente em todas as localidades do município de Cairu. O território dessa comunidade tradicional é configurado não só pelo mar, onde realizam suas extrações, mas da terra, onde estabelece relações simbólicas e concretas como partes constitutivas dos seus modos de viver. Isso é permitido pela presença de uma diversidade natural no Município, que no âmbito da vegetação é marcada por uma grande variedade de ecossistemas que integram a Mata Atlântica (Mapa 4), como o mangue, áreas de restinga e matas ciliares, que dominam em sua volta e estão próximas a rios. Tal vegetação, já com altos índices de antropização, interage com as grandes áreas de agropecuária e das áreas das localidades que expandiram nos últimos anos.

As matas (Figura 1) também são fonte de sustento complementar, como a coleta de frutos (exemplo: caju e mangaba)¹⁵ para consumo de subsistência, mas também para comercialização a partir da produção de polpas ou *in natura*. Além disso, foi e ainda é, em algumas localidades, fonte para obtenção de lenha para utilização familiar, bem como local da existência de plantas medicinais e fonte de matéria prima para a construção de algumas armadilhas utilizadas na pesca. Também são espaços de lazer a partir de trilhas e contemplação de objetos naturais para diversão. São também espaços de deslocamentos internos para diversos fins na cotidianidade dessas populações.

¹⁵ Vale lembrar que a mangaba explorada atualmente para fins de comercialização dos frutos e derivados é resultado da medida compensatória instituída como meio de mitigar a exploração madeireira na colonização e servir como insumo para a produção de borracha, como relata Flexor (2004).

Mapa 4: Vegetação original do município de Cairu/BA



Fontes: IBGE (2010); CPRM (1998); IBAMA (2010); Google Earth (2020)
Elaborado pelo autor.

Figura 1: Uso da mata



Legenda: (A) Pescador utilizando trilhas para buscar água em fonte. (B) uso de trilhas e praia para lazer. (C) Campo de futebol utilizado pelos moradores de São Sebastião.
 Fonte: Acervo do autor (2019).

O mangue, por sua vez, através de suas características naturais, fornece para a população uma ampla possibilidade de exploração para a sobrevivência. É dele que a maioria das comunidades, secularmente, tira o próprio sustento através do extrativismo animal. Localidades como Garapuá se destaca na exploração dos manguezais, de onde são obtidos animais marinhos como caranguejos, ostras, aratu e lambreta.

Figura 2: Pesca no mangue em Garapuá



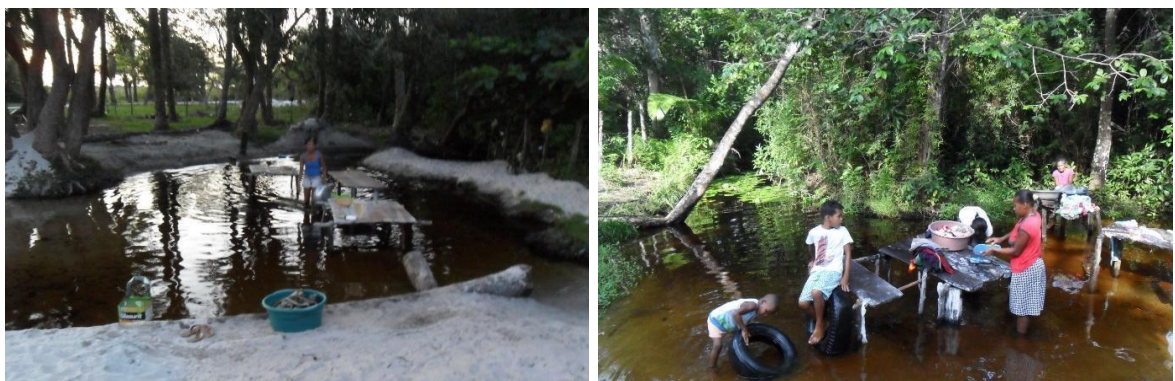
Fonte: Mendes (2002, p. 38-44).

É nas águas que essas populações se divertem, trabalham, deslocam e realizam suas tarefas cotidianas. As águas vão estar representadas pelos usos e existências dos rios, cachoeiras, lagoas¹⁶ e o oceano.

Os rios (Mapa 5), internos ou na zona de estuário, são espaço de conexão entre o continente e as ilhas, pois para chegar em todas as localidades de Tinharé e Boipeba, necessita-se utilizá-lo como trajeto. Também são espaços de locomoção e de trabalho para os trabalhadores do mar, como pescadores/pescadoras e mariqueiros/mariqueiras. Também São espaços de lazer utilizados na cotidianidade por moradores.

As lagoas estão associadas à vida cotidiana doméstica e ao lazer. Em localidades como Gamboa, Garapuá, Moreré e São Sebastião, muitos moradores as utilizam para lavar roupas e utensílios domésticos. Mas também utilizam para lazer, como na Lagoa existente em Garapuá, e como fonte de água potável para consumo doméstico.

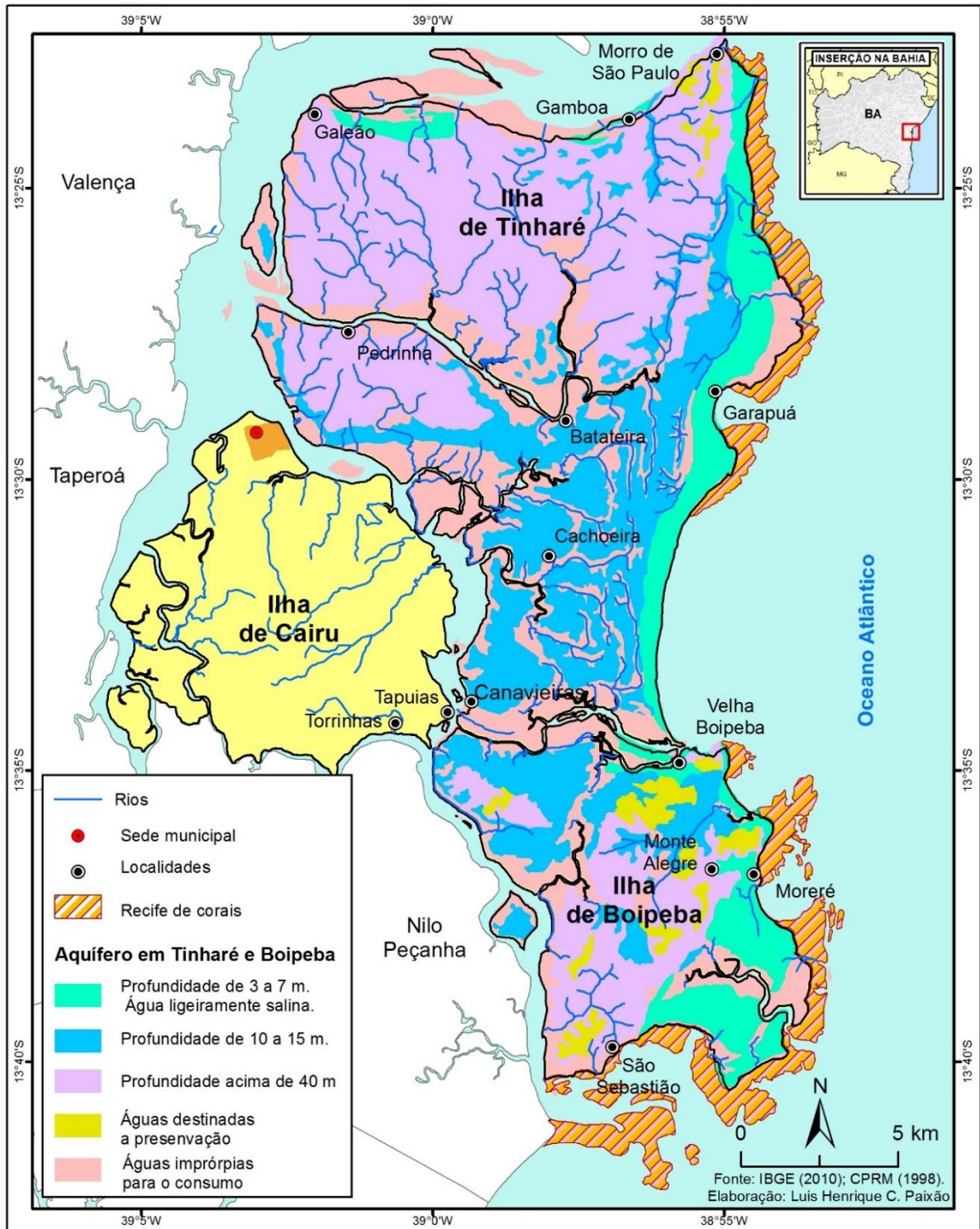
Figura 3: Uso das lagoas:



Fonte: Paixão (2012; 2015).

¹⁶ Em algumas localidades as lagoas são chamadas de fontes.

Mapa 5: Hidrografia do município de Cairu/BA

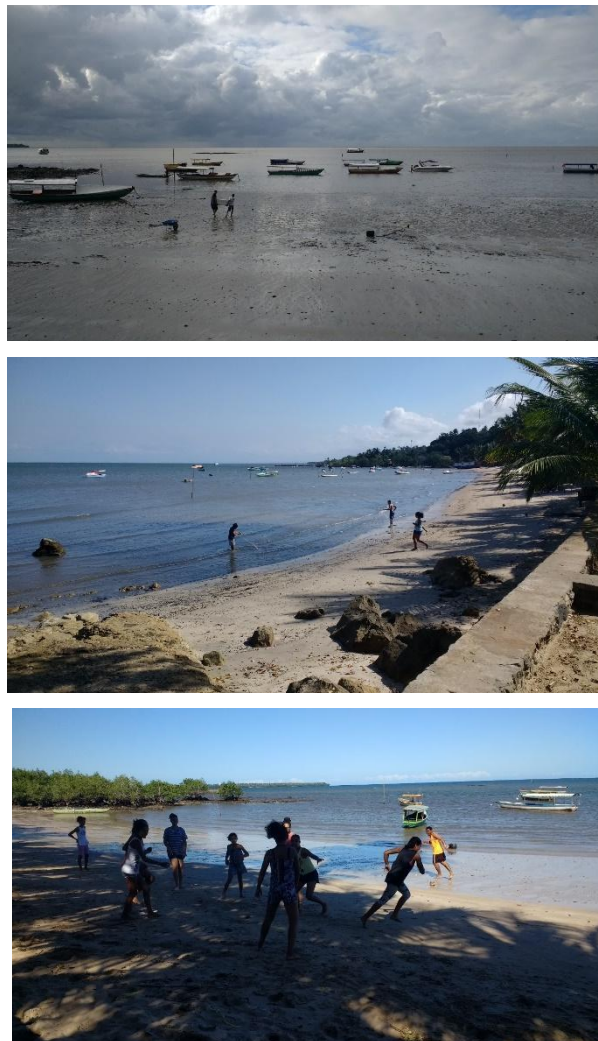


Fonte: IBGE (2010); CONDER (1998), MMA (2007). Elaborado pelo autor.

O oceano é outro elemento natural importante para as comunidades de pescadores de Cairu, ele possui várias funções de uso para a população local. É espaço de lazer nas mais diversas localidades. É meio de conexão com o continente,

assim como os rios da zona de estuário. É também meio de subsistência e fonte de renda através da pesca e mariscagem, realizados em todo o litoral oceânico por indivíduos das localidades. É no oceano que encontramos os recifes de corais, berçários marinhos e utilizados como fonte de exploração para obtenção de pescado e também lazer (Figura 4).

Figura 4: Uso das praias



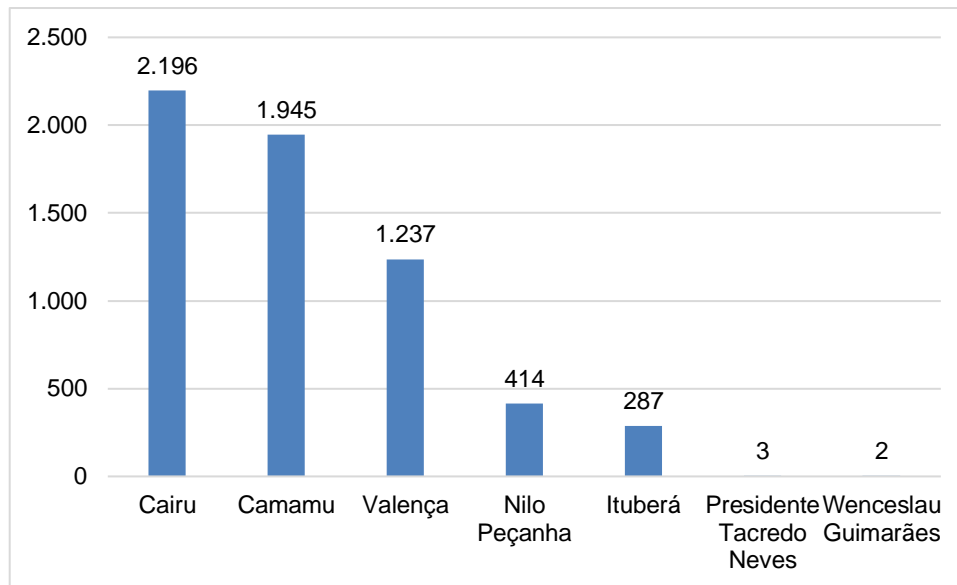
Fonte: Pesquisa de campo (2019).

Além das relações existentes nas formas de uso do espaço de Cairu, que compõe a territorialidade desses sujeitos, a pesca tem características específicas que compõem sua existência e configuração como atividade econômica.

A pesca, enquanto profissão, expressa pelo Registro Geral de Atividade Pesqueira (RGP), aponta uma grande expressão dessa atividade no município de Cairu, dando destaque também no contexto regional (Região do Baixo Sul). Em

2014¹⁷, com um quantitativo de 2.196 registros, Cairu ocupava o 1º lugar no ranking regional (Baixo Sul) de número de pescadores registrados, com um total de 6.084 indivíduos (Gráfico 1).

Gráfico 1: Número RGP por Municípios do Baixo Sul - 2014



Fonte: MPA (2014). Elaborado pelo autor.

Da quantidade total de registrados¹⁸ em Cairu, 68,7% pescam mariscos, 44,1% pescam peixes, já 34,6% crustáceos, e apenas 0,45% coletam algas. Tais atividades são realizadas em ambientes como mar, açude, estuário e rios presentes em Cairu, tendo o mar como maior destaque nessas práticas. Esses diversos ambientes, sobretudo o mar, compõem muitas áreas de grande concentração de peixes, que os pescadores chamam de pesqueiros. Essas formas de pescar ajudam a caracterizar o território pesqueiro dessas comunidades, que exploram os mais diversos ambientes na costa e no estuário, de acordo com o tipo do animal a ser pescado, a especialidade do pescador, bem como a época do ano e a situação do tempo e instrumentos disponíveis.

Essas formas de uso do espaço são expressas em falas de alguns pescadores quando questionados sobre onde pescam com mais frequência. Observa-se o uso de diversos lugares dentro de seu território que não se restringe apenas ao espaço

¹⁷ O ano de 2014 foi o último período de liberação de dados de registro de pesca no site do extinto Ministério de Pesca e Aquicultura. Após este ano não houve mais disponibilização de dados de registro da atividade pesqueira.

¹⁸ Alguns indivíduos realizam pesca em mais de uma categoria.

próximo às suas localidades ou na beira da praia, resultado não só de sua localização e disponibilidade de pesqueiro, mas o tipo de arte utilizada para a pesca, como destacado no quadro abaixo:

Quadro 1: Respostas de entrevistados quanto o local onde pesca

Onde pesca?	IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO
“Depende. Quando vai pescar de rede, pesco lá fora. Quando vai pescar budião, pescamos nos recifes. Pesco de espinhel.”	Pescador (nº7) entrevistado em 2015 e residente em São Sebastião.
“Barra Grande, Itaipu, Itaquaira (para ficar de dias), e aqui Catu, em Cova da Onça vai nas 35.”	Pescador (nº1) entrevistado em 2015 e residente em São Sebastião.
“No arrecife, fora dos arrecifes.”	Pescador (nº2) entrevistado em 2015 e residente em São Sebastião.
“Pesco camarão aqui na frente.”	Pescador (nº3) entrevistado em 2015 e residente em São Sebastião.
“Aqui mesmo, pelos arrecifes. Dos recifes para cá.”	Pescador (nº4) entrevistado em 2015 e residente em São Sebastião.
“Subaia, Rabo do Fundo, Salamitiba, Sorocuçu.”	Pescador (nº5) entrevistado em 2015 e residente em São Sebastião.
“Sorocuçu, na Costa, Subaia, Canal, Ilha de Fora.”	Pescador (nº6) entrevistado em 2015 e residente em São Sebastião.
“Perto da terra.”	Pescador (nº9) entrevistado em 2015 e residente em São Sebastião.
“Na costa de Pratigi.”	Pescador (nº10) entrevistado em 2015 e residente em São Sebastião.

“Pesco da ponta para cá.”	Pescador (n°11) entrevistado em 2015 e residente em São Sebastião.
“Nas 20, nas 25, nas pedras do sul, perto da plataforma, área do sul, Pratigi (onde pesca mais de rede), para frente de Itaipu, Itacaré.”	Pescador (n°13) entrevistado em 2015 e residente em São Sebastião.
“No Subaia e na ponta”	Pescador (n°14) entrevistado em 2015 e residente em São Sebastião.
“Nas Camboas”	Pescador (n°5) entrevistado em 2015 e residente em Gamboa.
“Na frente, depois do morro, nos arrecifes. Na Praia do Encanto, perto de Garapuá, nas pedras.”	Pescador (n°2) entrevistado em 2015 e residente em Gamboa.

Fonte: Pesquisa de campo (2015). Elaborado pelo autor.

Dos 2.196 pescadores registrados, 47,1% são indivíduos do sexo masculino, que em sua maioria (67%) desenvolve a pesca de peixes, mas também desenvolvem pesca de mariscos, crustáceos e coleta de algas. As pescadoras, a maioria (52,9%), dominam a captura de mariscos (63%), embora relatem que desenvolvem as outras categorias de captura.

Além dos dados estatísticos como indicador quantitativo da prática pesqueira enquanto profissão, temos as expressões da cotidianidade que definem e qualificam os espaços rurais costeiros de Cairu como território da pesca artesanal. Logo, ela é vista não somente nos pratos dos moradores ou em restaurante locais através dos pescados, mas é vista e sentida no dia a dia através da presença dos petrechos expostos em suas varandas, na orla, ou na rua, ida e vinda de pescadores em suas atividades diárias, embarcações no mar, armadilhas no mangue, dentre outros (Figura 5).

Figura 5: A pesca no cotidiano



Legenda: (A) Varanda de casa de pescador com petrechos da pesca, como rede e vela de canoa em Moreré. (B) Redes expostas na beira do cais de localidade de São Sebastião. (C) Pescado, em meio aos turistas, retornando da pesca em Moreré. (D) Rede em manutenção na varanda de casa em São Sebastião. (E) Rede e elaboração na varanda de casa em São Sebastião. (F) Detalhes de varanda de casa com motivos da pesca em São Sebastião.

Fonte: Pesquisa de campo (2016; 2017; 2018; 2019).

O saber fazer, que é a marca desses tipos de sociedades (DIEGUES, 2001, 2000; MALDONADO, 1986) é forte em Cairu. O saber fazer em Cairu está em quase todas as partes que compõem o ser pescador no município, vai desde a produção de petrechos às formas de pescar, se deslocar e identificar os pesqueiros, resultante da transmissão de aprendizado entre familiares e amigos.

Figura 6: Saber fazer do pescador



Legenda: (A) Pescador de São Sebastião fazendo vela para sua canoa; (B) Pescador de São Sebastião fazendo artesanalmente agulha de tecer rede de pesca; (C) Pescador de São Sebastião fazendo rede com agulha construída.

Fonte: Pesquisa de campo (2019).

A pesca envolve não somente os pescadores que vão fazer a captura do pescado, mas todo um conjunto de pessoas que vivem direta ou indiretamente dessa prática, familiar ou não, como os indivíduos que fazem rede ou armadilhas, catam mariscos, tratam peixes, secam peixes, manutenção de embarcações e venda de produtos. Mas é na família que encontram boa parte da relação direta com a prática, sobretudo para o auxílio no descarregamento de embarcações, tratamento, armazenamento e seleção. Vale ressaltar que a relação com a família reflete também os laços de solidariedade presentes nessas comunidades.

Figura 7: Inserção da família e parcerias na pesca



Legenda: (A) pesca em família; (B) parceria entre famílias; (C) peixe tratado em família; (D) pescador voltando de pesca.

Fonte: Pesquisa de campo (2018); Geisa Amaral (2019).

As artes de pesca vão variar de localidade para localidade, em Cairu, influenciada por fatores de localização, disponibilidade de embarcação, época do ano e tradição da localidade. Assim, são desenvolvidas mais de 15 modalidades como: espinhel, linha, arrastão, mergulho, pesca de calão, extração de lambreta, arco, catacata, jereré, covo, armadilha para caramuru, camboa, guiçama, rede de lagosta, bicheiro, manzuá, rede de camarão, ratoeira, tarrafa e rede (Figura 8).

Tais artes de pesca são direcionadas para um tipo específico de animal marinho, como as redes, de maneira geral, que são utilizados para peixes, mas também armadilhas como camboa, manzuá e ratoeira, que são utilizadas para capturar crustáceos como siri, caranguejo e aratu. Cabe destaque a camboa¹⁹, armadilha presente em diversos locais da zona estuarina e oceânica de Cairu, mas ganha destaque em Gamboa, encontrada em boa parte da praia (Figura 9).

¹⁹ Armadilhas feitas de estacas de madeira e/ou alumínio que são fixas, utilizadas para captura de peixes.

Figura 8: Algumas modalidades de pesca desenvolvidas em Cairu



Legenda: (A) pesca com manzuá; (B) parceria de arraia; (C) pesca na beira da praia com tarrafa; (D) pesca de linha na beira da praia; (E) Crianças com tarrafa na praia.

Fonte: Pesquisa de campo (2014; 2018).

Figura 9: Camboa encontrada em Gamboa



Fonte: Pesquisa de campo (2014).

Tal armadilha, que marca a história da produção e ocupação de Gamboa, reflete não só o saber fazer dessas comunidades e a transmissão por gerações, mas também as formas do uso do espaço marítimo e também os laços de solidariedade, uma vez que cada camboa é explorada não apenas por uma família, mas por outras, de maneira complementar, explorando espécies não exploradas pelos donos.

Os deslocamentos para a pesca e a realização de outras atividades são feitos por embarcações, geralmente barcos, canoas (motorizadas ou a vela) de madeira ou

de fibra. Mas também utilizam trilhas internas nas localidades para terem acesso a alguns locais utilizados para algumas pescas, como as desenvolvidas nas áreas de mangue em Garapuá.

Uma outra característica que marca esses pescadores é a segunda atividade econômica desempenhada. Tais atividades são vistas como a pluriatividade do sujeito rural (WANDERLEY, 2009; CARNEIRO, 2012), mas também característica do pescador artesanal (DIEGUES, 2001, 2000; MALDONADO, 1986). As atividades são diversas, desde apoio às atividades ligadas à agricultura de subsistência, como também na construção civil, vagas ligadas ao turismo, bem como empregos ligados à prefeitura, como gari ou apoio nas escolas. Para esses indivíduos a pesca é mais que uma atividade econômica, mas também expressa o modo de vida deles, retratado em muitas de suas falas.

A pesca termina sendo a fonte principal de renda dos responsáveis pelos domicílios. Mas também é motivo que define o ser pescador nessas localidades. Tal modo de vida é expresso por relatos (Quadro 2) sobre a pesca e a vida deles, mostrando o quanto gostam da pescaria e quão importante é para eles e para seus familiares.

Quadro 2: Respostas de entrevistados quanto o local onde pesca

Gosta de pescar?	IDENTIFICAÇÃO DO ENTREVISTADO
“Avemaria! É uma das coisas que eu mais gosto em minha vida é pescar.”	Pescador (nº1) entrevistado em 2014 e residente em Moreré.
“Se eu pudesse não saía de dentro da água.”	Pescador (nº2) entrevistado em 2014 e residente em Moreré.
“E muito! Minha profissão. É o que eu tenho e eu gosto mesmo.”	Pescador (nº7) entrevistado em 2014 e residente em Moreré.
“É o que tem para fazer em Cova da Onça.”	Pescador (nº1) entrevistado em 2014 e residente em São Sebastião.
“Meio de sobreviver também.”	Pescador (nº7) entrevistado em 2014 e residente em São Sebastião.

“É o jeito.”	Pescador (n°6) entrevistado em 2014 e residente em São Sebastião.
“Até que eu gosto, apesar do sofrimento”	Pescador (n°10) entrevistado em 2014 e residente em São Sebastião.
“É o esporte que eu mais gosto de praticar. Já roça eu não quero saber conta com roça.”	Pescador (n°11) entrevistado em 2014 e residente em São Sebastião.
“Fui criado na pescaria.”	Pescador (n°13) entrevistado em 2014 e residente em São Sebastião.
“Cresci e vivi na pesca, minha vida é pescaria.”	Pescador (n°5) entrevistado em 2014 e residente em Gamboa.
“Para a ilha aqui é ser um pescador ou ser um marinheiro de lancha. É o que dá resultado.”	Pescador (n°9) entrevistado em 2014 e residente em Gamboa.
“Nós temos que gostar do que faz, porque a gente sobrevive e tem que gostar disso.”	Pescador (n°14) entrevistado em 2014 e residente em Gamboa.
“Pois é uma coisa, que tem momento que pega dois, pega 1, não tem a pressão de estar trabalhando para os outros, através de exploração, trabalho e eles querem que eu trabalhe mais ainda. Ao mesmo tempo distrai a mente.”	Pescador (n°20) entrevistado em 2014 e residente em Gamboa.
“Se a profissão daqui é essa.”	Pescador (n°5) entrevistado em 2014 e residente em Garapuá.
“É um dom de nascença”	Pescador (n°10) entrevistado em 2014 e residente em Garapuá.

Fonte: Pesquisa de campo (2014). Elaborado pelo autor.

A territorialidade e vínculo com o espaço onde vivem é expresso nas falas de muitos pescadores, sobretudo ao relatarem os diversos usos e espaços nos quais desenvolvem suas atividades diárias e os espaços de pesca. Essas características fazem com que o espaço de Cairu tenha grande importância e seja a essência que caracteriza o modo de vida pesqueiro e compõe a territorialidade desses indivíduos. Com isso, podemos encontrar um território pesqueiro amplo, diverso e fluído, não se

restringindo ao espaço marítimo. Compondo um espaço diverso, com ambientes distintos e com possibilidades de exploração diversificada de animais e espécies frutíferas, que estarão de acordo com o tipo de pesca desenvolvida e a época do ano, demonstrando um modo de vida pluriativo dentro da própria pesca. Assim, fica claro que as territorialidades são desenvolvidas de modo concreto e simbólico, como modo de vida e também como atividade econômica.

3 PLANEJAMENTO MUNICIPAL NO CONTEXTO DA IDEIA DE DESENVOLVIMENTO NO MUNDO GLOBALIZADO: O PLANO ESTRATÉGICO COMO FERRAMENTA DE INDUÇÃO DE DESENVOLVIMENTO EM ESCALA LOCAL

Inicia-se este capítulo destacando que não há como fazer um estudo a partir de conflitos socioambientais sem compreender como a dinâmica econômica dentro de um modelo de Estado tem influência sobre as dinâmicas socioambientais. Logo, pensar e discutir sobre planejamento nos dias atuais, sobretudo dos municípios rurais, demanda entender toda a dinâmica correlacionada à ideia de desenvolvimento contextualizada no mundo globalizado. Assim, para compreender o contexto e utilização do Plano Estratégico na dinâmica do município de Cairu, necessita-se compreender os caminhos que levaram a enxergar determinadas decisões em prol de um tipo de desenvolvimento.

Nesse sentido, para falar da ideia de desenvolvimento, nesse contexto, é imperativo reconhecer todos os aspectos que incorporam esses processos e seus impactos na vida das pessoas.

3.1 Evolução da ideia de desenvolvimento à de alternativas ao desenvolvimento

Este item do capítulo surge do entendimento da emergência do debate sobre desenvolvimento na contemporaneidade, contextualizada no processo de globalização, o qual gera uma sociedade marcada por conflitos de diversas ordens, tendo a busca pela acumulação do capital como centralidade.

A ideia de desenvolvimento está relacionada às ideias de progresso, evolução, crescimento e riqueza que muitas vezes são confundidos ou utilizados como partes fundadoras à ideia de desenvolvimento, sobrevivendo por anos das configurações políticas das quais deixaram marcas na sociedade (SUNKEL, 1970; HIDALGO, 1998; FURTADO, 2000; BRUE, 2005).

Celso Furtado (1958), ao longo de sua obra, transita da perspectiva de desenvolvimento com centralidade no processo de industrialização à ideia de que desenvolvimento “traduz realização de potencialidades humanas”, estando:

[...] no centro da visão do mundo que prevalece em nossa época. Nela se funda o processo de invenção cultural que permite ver o homem como um agente transformador do mundo. [...] Como o desenvolvimento traduz a realização das potencialidades humanas, é natural que se empreste à idéia um sentido positivo. As sociedades são consideradas desenvolvidas à medida que nelas o homem logra satisfazer suas necessidades e renovar suas aspirações. (FURTADO, 2000, p. 7)

No resgate para o entendimento da ideia de desenvolvimento, Furtado (2004) afirma que o desenvolvimento está longe de ser apenas “[...] um processo de acumulação e de aumento de produtividade macroeconômica, mas principalmente o caminho de acesso a formas sociais mais aptas a estimular a criatividade humana e responder às aspirações da coletividade” (FURTADO, 2004, p. 3). Distanciará, então, do que o crescimento econômico centra:

[...] o crescimento econômico, tal qual o conhecemos, vem se fundando na preservação dos privilégios das elites que satisfazem seu afã de modernização; já o desenvolvimento se caracteriza pelo seu projeto social subjacente. Dispor de recursos para investir está longe de ser condição suficiente para preparar um melhor futuro para a massa da população. Mas quando o projeto social prioriza a efetiva melhoria das condições de vida dessa população, o crescimento se metamorfoseia em desenvolvimento. (FURTADO, 2004, p. 2)

Cabe entender como a ideia de desenvolvimento surgiu e se espalhou, de modo a direcionar as ações do Estado para o seu alcance. Gustavo Esteva (1996), que entende o conceito de desenvolvimento como polissêmico, afirma que o desenvolvimento ainda é utilizado de forma errônea, não refletindo as reais ações do Estado, como destacado abaixo:

Para dizer “sim”, para aprovar ou aceitar alguma coisa, os brasileiros dizem “não” – pois não. Mas ninguém se confunde. Relacionando a linguagem com suas raízes culturais, brincando com as palavras para fazê-las falar em seus contextos, os brasileiros enriquecem sua comunicação verbal. Nos dias de hoje, porém, quando a maioria das pessoas utiliza o termo “desenvolvimento” estão dizendo exatamente o contrário daquilo que querem expressar. Todos se confundem. (ESTEVA, 1996, p. 52)

A ideia de desenvolvimento surge pós a Segunda Guerra, com a posse de Harry Truman como presidente do Estados Unidos e o entendimento das disparidades entre países (ESTEVA, 1996; ESCOBAR, 2007), embora já discutida por estudiosos anteriormente (ESTEVA, 1996). Essa nova visão que se espalhou pelos países no pós-guerra tinha como premissa básica a criação de:

[...] condições necessárias para reproduzir em todo o mundo as características das sociedades avançadas da época: altos níveis de industrialização e urbanização, tecnificação da agricultura, rápido crescimento da produção de padrões materiais e de vida, e adoção

generalizada da educação e valores culturais modernos. (ESCOBAR, 2007, p. 20, tradução nossa)

É nesse período que se inicia essa visão e modelo de desenvolvimento baseado na homogeneização dos territórios em prol de um modelo exportado mundialmente (eurocêntrico e imperialista). O trecho abaixo fez parte de um documento das Nações Unidas que tinha o objetivo de estabelecer políticas para o desenvolvimento econômico de nações subdesenvolvidas (ESCOBAR, 2007).

Há um sentido em que o progresso econômico acelerado é impossível sem ajustes dolorosos. As filosofias ancestrais devem ser erradicadas; as velhas instituições sociais têm que se desintegrar; os laços de casta, credo e raça devem ser quebrados; e grandes massas de pessoas incapazes de acompanhar o progresso deverão ver suas expectativas de uma vida confortável. Muito poucas comunidades estão dispostas a pagar o preço do progresso econômico. (NAÇÕES UNIDAS, 1951 apud ESCOBAR, 2007, p. 20)

No trecho, observa-se claramente esse direcionamento e influência em boa parte do mundo para a busca do progresso econômico e prosperidade material que passou a ser hegemônico a partir da década de 50 (ESCOBAR, 2007). Hegemônico este que ao classificar como subdesenvolvido já os coloca em um papel de subalternizado. Esteva (1996) apontou como status de desenvolvimento invisibiliza e subalterniza os ditos subdesenvolvidos:

Atualmente, para dois terços das pessoas no mundo, o subdesenvolvimento é uma ameaça preenchida; uma experiência de vida subordinada e liderada pelo caminho errado de discriminação e subjugação. Dada esta pré-condição, o simples fato de associar desenvolvimento com suas próprias intenções os anula, contradiz, escraviza. (ESTEVA, 1996, p. 53)

O desenvolvimento passou a ser pensado como um meio de promoção de acumulação de riquezas, através de incrementos na economia. Essa visão estaria ligada à crença de que o desenvolvimento viria com o enriquecimento do país, onde sua economia estaria baseada, sobretudo, no consumo. Porém, o que se observou foi impactos sociais negativos, que acentuaram as desigualdades nos países que já viviam com problemas sociais graves (VEIGA; ZATZ, 2008).

Observa-se então a clara configuração de um sistema político e econômico baseado no consumo que passaram a direcionar as estratégias de planejamento para os modelos de “desenvolvimento” no âmbito global. No âmbito da globalização, observa-se que este fenômeno não homogêneo no mundo é desigual, mas altamente atuante em determinados lugares, de modo a se apropriar deles, como destacado no trecho abaixo:

Não existe um espaço global, mas, apenas, espaços da globalização. [...] O Mundo, porém, é apenas um conjunto de *possibilidades*, cuja efetivação depende das *oportunidades* oferecidas pelos lugares. [...] Mas o território termina por ser a grande mediação entre o Mundo e a sociedade nacional e local, já que, em sua funcionalização, o 'Mundo' necessita da mediação dos lugares, segundo as virtualidades destes para usos específicos. Num dado momento, o 'Mundo' escolhe alguns lugares e rejeita outros e, nesse movimento, modifica o conjunto dos lugares, o espaço como um todo. É o lugar que oferece ao movimento do mundo a possibilidade de sua realização mais eficaz. Para se tornar *espaço*, o Mundo depende das virtualidades do lugar. (SANTOS, 1996, p. 271)

Embora não homogêneo, através de suas ações homogeneiza os espaços e dinâmicas inseridas nele. Mas o próprio Milton Santos via uma saída para se pensar em uma globalização menos perversa, mais humana, sem deixar de lado a sustentação financeira e econômica desse fenômeno. Assim, ele afirma que "[...] a materialidade que o mundo da globalização está recriando permite um uso radicalmente diferente daquele que era o da base material da industrialização e do imperialismo" (SANTOS, 2000, p. 164).

Essa concepção, tratada por outros autores e expressa também por Milton Santos, faz pensar em uma outra possibilidade de desenvolvimento, ou de fato se pensar em desenvolvimento. Um desenvolvimento que agregue não só aspectos econômicos como base estrutural do Estado, mas que contenha elementos que deem sentido à vida em sociedade nos dias atuais.

Por examinarmos a vida em sociedade como relação entre sociedade e natureza, é imprescindível abordar a ideia de desenvolvimento no campo das ciências naturais, que construiu a ideia de desenvolvimento através da análise dos seres vivos. Wolf, em 1759 e mais tarde Darwin, em 1859 associaram o desenvolvimento ao termo evolução, ou seja, "[...] o desenvolvimento evoluiu de uma noção de transformação que representa um avanço em direção ao próprio modo de ser para uma concepção de mudança que implica avançar para um caminho cada vez mais perfeito" (ESTEVA, 1996, p. 39, tradução do autor). Nesse caso, "[...] o desenvolvimento descreve um processo através do qual as potencialidades de um objeto ou organismo são liberadas, até atingir sua forma natural, completa, feita e correta" (ESTEVA, 1996, p. 39, tradução do autor), concepção de desenvolvimento do ser vivo a partir do alcance do potencial genético, caso não seja alcançado, é apenas um crescimento, e não um desenvolvimento, ou seja, uma anomalia (ESTEVA, 1996). No campo das ciências sociais, a partir da segunda metade do século XVIII e através de uma transferência metafórica advinda das ciências naturais, Justus Moser "[...] usou a palavra

Entwicklung [...] para se referir ao processo gradual de mudança social” (ESTEVA, 1996, p. 39, tradução nossa).

Assim, são criadas pelos grupos hegemônicos, ordens e desordens que irão impactar diretamente a sociedade. Cabe destaque à própria ciência que discute um desenvolvimento pautado no bem-estar social, mas que em sua prática totalizante cria invisibilidades e acentua as desigualdades e impactos (SANTOS, 2006). Milton Santos (2006) destaca essa realidade produtora de conflitualidade nas escalas locais gerada pelo modelo de desenvolvimento:

A ordem trazida pelos vetores da hegemonia cria, localmente, desordem, não apenas porque conduz a mudanças funcionais e estruturais, mas, sobretudo, porque essa ordem não é portadora de um sentido, já que o seu objetivo - o mercado global - é uma auto referência sua finalidade sendo o próprio mercado global. Nesse sentido, a globalização, em seu estágio atual, é uma globalização perversa para a maioria da Humanidade. (SANTOS, 2006, p. 227)

Ao longo da História, diversos estudiosos se empenharam para entender as ações do Estado para o controle socioeconômico e poder na perspectiva do alcance de acumulação de capital. Nesse contexto, o que se observa é o direcionamento das ações na escala local conectada ao projeto de sociedade, civilização e desenvolvimento, além das conexões aos organismos nacionais e internacionais direcionadores de ações nos mais diversos espaços.

Situar a discussão e a compreensão dos mecanismos de desenvolvimento no contexto da globalização é tornar visível os diversos dinamismos que passaram a influenciar a vida em sociedade, sobretudo suas implicações nas escalas locais. Milton Santos define objetivamente a globalização como:

[...] estágio supremo da internacionalização. O processo de intercâmbio entre países, que marcou o desenvolvimento do capitalismo desde o período mercantil dos séculos 17 e 18, expande-se com a industrialização, ganha novas bases com a grande indústria, nos fins do século 19, e, agora, adquire mais intensidade, mais amplitude e novas feições. O mundo inteiro torna-se envolvido em todo tipo de troca: técnica, comercial, financeira, cultural. (SANTOS, 2002, p. 79)

Essa dinâmica, segundo Santos (2002), é configurada pela busca desenfreada pelo lucro, marcada pela competitividade e tornando lugares globais, criando alusão a uma aldeia global. Castells (1999; 2003) aponta a existência de um processo de molde provocado, sobretudo a partir da influência da globalização e os mecanismos associados a ela, exercendo grande influência nas relações econômicas e produtivas, levando as instituições políticas a adaptações e às dinâmicas do mercado.

A evolução da tecnologia da informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade, a sociedade em rede. Essa sociedade é caracterizada pela globalização das atividades econômicas decisivas do ponto de vista estratégico; por sua forma de organização em redes; pela flexibilidade e instabilidade do emprego e a individualização da mão-de-obra. Por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado. E pela transformação das bases materiais da vida - o tempo e o espaço - mediante a criação de um espaço de fluxos e de um tempo intemporal como expressões das atividades e elites dominantes. (CASTELLS, 2000, p. 17)

Para Santos, em outra obra (1991), nesta fase da história o mundo passa a estar configurado com novas dinâmicas, com novos signos, como:

[...] a multinacionalização das firmas e a internacionalização da produção e do produto; a generalização do fenômeno do crédito, que reforça as características da economização da vida social; os novos papéis do Estado em uma sociedade e uma economia mundializadas; o frenesi de uma circulação tornada fator essencial da acumulação; a grande revolução da informação que liga instantaneamente os lugares, graças aos progressos da informática. (SANTOS, 1991, p. 8)

Essa configuração mundial faz Milton Santos (2002) qualificar a Globalização como perversa; por ser reflexo da não aplicação adequada dos avanços conquistados por esse fenômeno capitalista revolucionário, assim:

[...] o estágio atual da globalização está produzindo ainda mais desigualdades. E, ao contrário do que se esperava, crescem o desemprego, a pobreza, a fome, a insegurança do cotidiano, num mundo que se fragmenta e onde se ampliam as fraturas sociais. (SANTOS, 2002, p.80)

Observa-se então que é nessa dinâmica espacial que as ações do capital recebem apoio do Estado, em uma ação neoliberal, como afirma Santos ao configurar o mercado como “[...] mercado hierarquizado e articulado pelas firmas hegemônicas, nacionais e estrangeiras que comandam o território com apoio do Estado” (SANTOS, 1991, p. 13).

Cabe então pensar em mudanças para o futuro, a compreensão de uma possível mudança nos mecanismos que compõem a globalização, do qual venha a alcançar um futuro mais acolhedor para as diversas existências inseridas na sociedade, que Milton Santos aponta para uma globalização mais humana.

Não cabe, todavia, perder a esperança, porque os progressos técnicos [...] bastariam para produzir muito mais alimentos do que a população atual necessita e, aplicados à medicina, reduziriam drasticamente as doenças e a mortalidade. Um mundo solidário produzirá muitos empregos, ampliando um intercâmbio pacífico entre os povos e eliminando a belicosidade do processo competitivo, que todos os dias reduz a mão-de-obra. É possível pensar na realização de um mundo de bem-estar, onde os homens serão mais felizes, um outro tipo de globalização. (SANTOS, 2002, p. 80)

Milton Santos, em sua obra, ao pensar numa globalização mais humana, revela a perspectiva de um modelo de desenvolvimento baseado na apropriação capitalista do espaço, visando a acumulação do capital em detrimento do bem-estar social e ambiental, sobretudo dos grupos mais vulneráveis. Para ele, o bem-estar e a solução dos problemas da sociedade advindo das ações do capital estaria no próprio desenvolvimento da técnica, sem uma visão do contraditório, uma vez que os progressos técnicos seriam suficientes. Essa perspectiva alinha-se à da Revolução Industrial e da sociedade moderna: bem-estar material para todos. Sendo assim, produzindo uma sociedade altamente conflitada, principalmente pela retirada de direitos.

Em *A condição Pós-moderna*, Harvey (2012) destaca o papel do Estado dentro do contexto da globalização, com pouca autonomia, mas capaz de intervir em diversos setores para alimentar o setor econômico, sobretudo o financeiro, contribuindo para o surgimento de crises. Chegamos nesse contexto ao desenvolvimento desigual, noção surgida pós Revolução Russa, marcado por uma combinação de desigualdades, como destaca Neil Smith (1988):

O desenvolvimento desigual é tanto o produto quanto a premissa geográfica do desenvolvimento capitalista. Como produto, o padrão é altamente visível na paisagem do capitalismo, tal como a diferença entre espaços desenvolvidos e subdesenvolvidos em diferentes escalas: o mundo desenvolvido e o subdesenvolvido, as regiões desenvolvidas e as regiões em declínio, os subúrbios e o centro da cidade. Como premissa da expansão capitalista, o desenvolvimento desigual pode ser compreendido somente por meio de análise teórica da produção capitalista da natureza e do espaço. O desenvolvimento desigual é a desigualdade social estampada na paisagem geográfica e é simultaneamente a exploração daquela desigualdade geográfica para certos fins sociais determinados. (SMITH, 1988, p. 221)

Neil Smith, em 1988, afirmou a necessidade de um fim para modelo de desenvolvimento desigual apontando para um modelo mais igualitário. Sendo assim, destaca-se que:

[...] o objetivo é criar determinados padrões de diferenciação e igualização que sejam dirigidos não pela lógica do capital mas por uma genuína escolha social. A esperança é que, em nossos esforços em ir além da história natural da sociedade e produzir uma autêntica história social, possamos evitar a completa obliteração da natureza e da sociedade, e da natureza com ela. Não é somente o capital que deve ser reestruturado, mas também a base política da sociedade, [...]. (SMITH, 1988, p. 226)

No contexto atual atrela-se o entendimento da dinâmica da sociedade ao neoliberalismo. Para Harvey (2005):

Viver sob o neoliberalismo significa também aceitar ou submeter-se a conjunto de direitos necessários à acumulação do capital. Vivemos, portanto, numa sociedade em que os direitos inalienáveis dos indivíduos (e, recordemos, as corporações são definidas como indivíduos perante a lei) à propriedade privada e à taxa de lucro se sobrepõem a toda outra concepção concebível de direitos inalienáveis. Os defensores desse regime de direitos alegam plausivelmente que ele estimula "virtudes burguesas" sem as quais todos no mundo ficariam em situação bem pior. Incluem-se aí: a responsabilidade e as obrigações individuais; a independência da interferência do Estado (que por vezes põe esse regime de direitos em forte oposição aos direitos definidos pelo Estado); igualdade de oportunidades no mercado e perante a lei; recompensas à iniciativa e à atividade empreendedora; o cuidado de si mesmo e dos seus; e um mercado aberto que permita uma ampla liberdade de escolha em termos tanto de contrato como de troca. (HARVEY, 2005, p. 45)

Harvey (2005, p. 46) destaca ainda que a aceitação desse regime significa tomar como centralidade a acumulação do capital e crescimento econômico, independentemente dos desdobramentos socioambientais e políticos. Assim, contribuindo para a promoção de conflitualidades nos espaços através de usos conflitantes, sobretudo quando se tem tensionamentos provocados com modo de vida e apropriação do capital. Essa realidade existente revela claramente um modelo de Estado hegemônico do qual criam-se homogeneizações e generalizações em espaços distintos e heterogêneos (SANTOS, 2002, p. 81).

Percebe-se a configuração de um mundo o qual demanda novas estratégias de promoção de desenvolvimento, sem que se restrinja apenas a ganho de renda. É inconcebível pensar e pôr em prática velhos modelos de desenvolvimento que não correspondem à realidade vivida em algumas partes do planeta. Cabe-se pensar em novos paradigmas de desenvolvimento, que funcionem na prática e não apenas no campo teórico, como destaca Sérgio Buarque:

Como toda formulação teórica, os conceitos e concepções de desenvolvimento e planejamento têm uma base histórica e surgem para fazer face aos novos desafios e às mudanças da realidade, Independentemente de concordarmos com os novos conceitos, o que parece indiscutível é que o mundo está mudando intensa e profundamente, tomando as velhas concepções e organizações ultrapassadas e inadequadas às novas condições socioeconômicas, tecnológicas, políticas e ambientais. Essas transformações na realidade pedem e estimulam o surgimento de novas idéias e conceitos para explicar a realidade e para organizar as iniciativas e ações da sociedade diante das circunstâncias históricas. (BUARQUE, 2002, p. 15)

Sendo assim, alinhando com a escala utilizada neste trabalho, cabe pensar de acordo com um paradigma que dê conta de considerar cientificamente esses espaços como espaços de vida e trabalho (WANDERLEY, 2009; ALENCAR, 2011; 2010; HERÉDIA, 1979), bem como passar a incorporar esta perspectiva ao projeto de

desenvolvimento na era da problemática ambiental, de modo a combinar de forma viável a economia e a ecologia, abordando o desenvolvimento sustentável como condições de reprodução socioeconômica e ambiental futura e não como tendência de mercado (SACHS, 2002).

Buarque (2002, p. 15) destaca as transformações que ocorreram nos modelos de “desenvolvimento”. Até a década de 70, claramente um modelo de crescimento econômico tinha como o alicerce o “[...] o tripé abundância de recursos naturais (e energéticos), aumento da produtividade do trabalho e presença do Estado de Bem-Estar (ou do Estado desenvolvimentista, no caso do Brasil)”. Esse modelo proporcionou um crescimento econômico em muitos países, sobretudo dos países ditos de 1º mundo que se estenderam para outros países, sobretudo os de terceiro mundo, para aproveitar matéria prima, mão de obra barata, baixo controle ambiental e outras características altamente lucrativas (BUARQUE, 2002).

Porém, o que era um modelo de sucesso, passou a entrar em declínio motivado por sucessivas crises e também a compreensão de que esse modelo desenfreado de consumo não iria durar por muito tempo por conta da capacidade natural do planeta (BUARQUE, 2002). Logo, segundo Buarque (2002), o mundo passou por uma transição paradigmática para dar lugar a um paradigma emergente²⁰ o qual deveria responder não só às demandas de caráter econômico, mas às sociais e ambientais. Esse novo paradigma imprime na sociedade um novo modelo, mais consciente e interconectado, porém incerto, baseado na competitividade. Para Harvey, a tônica do fordismo está na ideia de que o consumo em massa estava adstrito à produção em massa, esse fator diferencia basicamente do taylorista. Para ele deveria ter mudado além da organização da produção, para uma nova forma de organização do trabalho que implica em um novo tipo de sociedade.

Quadro 3: Comparativo entre paradigmas de desenvolvimento

FORDISMO	PARADIGMA DE TRANSIÇÃO	NOVO PARADIGMA OU PÓS FORDISMO
- Crescimento extensivo com aumento do consumo de massas;	- Conflito político de escolhas entre crescimento econômico e equidade;	- Crescimento econômico seletivo com diversificação do consumo; - racionalização financeira;

²⁰ Thommas Kunh, em “A Estrutura das Revoluções Científicas” mostra como existem as mudanças de paradigmas.

<ul style="list-style-type: none"> - crescimento econômico extensivo com aumento do consumo de massas; - produção em massa e dinamização no tempo de produção; - desenvolvimento econômico atrelado à política fiscal e monetária estadunidense; - desigualdades acentuadas entre os trabalhadores dos setores primários e secundários, entre aqueles da produção e os profissionais, entre raças, grupos étnicos e sexo; - política de substituição de importações em muitos países do terceiro mundo; - regime de acumulação plena; - forte ascensão da pobreza. 	<ul style="list-style-type: none"> - redução das políticas de redistribuição de renda em prol do crescimento econômico; - maior mobilidade das corporações. 	<ul style="list-style-type: none"> - concentração de recursos; - ultrapassagem de obstáculos; - alocação mais eficiente das formas de produção; - proteção contra possíveis mudanças econômicas; - obtenção de mais vantagens através dos novos instrumentos financeiros e fiscais.
<ul style="list-style-type: none"> - Economia de escala (padronização e produção em grandes quantidades); - organização da velocidade da produção cada vez menos dependente do trabalhador; - não participação do trabalhador em todo o processo de produção; - aumento da produtividade; - ampla e complexa organização do corpo profissional, gerencial e técnico e meios de comunicação, informação, transporte e controle extremamente sofisticados. 	<ul style="list-style-type: none"> - Confronto direto com a rigidez do fordismo: flexibilizações dos processos de trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo; - solapamento do trabalho organizado e surgimento dos focos de acumulação flexível; - economias de escopo, caracterizado pela rapidez em atender as novas tendências. 	<ul style="list-style-type: none"> - As elevadas divergências nas formas de organização do trabalho, do gerenciamento e das finanças; - diversidade de produtos e ganhos na qualidade; - aumento da flexibilidade em escala global; - destruição das fronteiras sociais e espaciais relativamente fixas e gerando uma descentralização da produção.
<ul style="list-style-type: none"> - Competitividade baseada em abundância de recursos naturais, baixo custo da mão de obra e limitado controle ambiental (impactos ambientais externalizados); 	<ul style="list-style-type: none"> - Forte volatilidade do mercado, do aumento da competitividade e do estreitamento da margem de lucro; 	<ul style="list-style-type: none"> - Competitividade baseada em tecnologia, conhecimento, informação e recursos humanos qualificados e no controle e qualidade ambiental; - privatização das empresas públicas;

<ul style="list-style-type: none"> - divisão entre o setor “monopolista” e um setor “competitivo”; 		<ul style="list-style-type: none"> - procura de cenários com um bom “ambiente de negócios” pelas empresas; - Procura por força de trabalho qualificada e infraestruturas altamente desenvolvidas e bem conservadas.
<ul style="list-style-type: none"> - estado de bem-estar e interventor, convergência burocrática e crescente participação no PIB e no investimento social; - intervenção estatal em áreas de investimento público, como transporte e equipamentos públicos; - salário social como complemento de gastos voltados para a seguridade social, assistência médica, educação, habitação etc.; - empresas com alta racionalização, centralização e integração vertical com sindicatos nacionais e com uma substancial expansão do Estado. 	<ul style="list-style-type: none"> - Intervenções periódicas do Estado em mercados financeiros instáveis; - enfraquecimento do poder sindical e da grande quantidade de mão de obra excedente. 	<ul style="list-style-type: none"> - Utilização do Estado para aumento da mobilidade de capital; - enfraquecimento da capacidade mediadora do Estado entre o mercado e a sociedade; - falta de capacidade do Estado de controlar os fluxos de recursos econômicos de acordo com as regras estabelecidas através de processos democráticos; - reorientação do papel do Estado para regulação e administração por resultados (terceiro setor).
<ul style="list-style-type: none"> - Redução do dia de trabalho e aumento da remuneração do trabalhador; - aumento da produtividade (participação na renda nacional) e do emprego; - força de trabalho segmentada. 	<ul style="list-style-type: none"> - Mudança nas relações de trabalho; - intervenção governamental para a diminuição do poder sindical; - contratos de trabalho mais flexíveis; - aumento da subcontratação ou trabalho temporário; - presença cada vez maior de uma força de trabalho flutuante que pode ser demitida em caso de uma crise repentina. 	<ul style="list-style-type: none"> - Aumento da produtividade e da qualidade com mudanças nas relações de trabalho e redução do emprego formal e do trabalho no valor da produção; - baixos salários, trabalho disciplinável e desorganizado e negligência na regulamentação do ambiente de trabalho.
<ul style="list-style-type: none"> - Dinamização da base industrial e do consumo de bens industrializados de massa. 	<ul style="list-style-type: none"> - Novas técnicas e novas formas organizacionais de produção; 	<ul style="list-style-type: none"> - Crescimento de novos segmentos e setores, especialmente terciário, serviços públicos e quaternário (serviços ambientais).

	<ul style="list-style-type: none"> - fechamento de fábrica, desindustrialização e reestruturação; - surgimento de pequenas firmas ligadas a operações de larga escala, sendo geralmente multinacionais, formando novos sistemas de coordenação. 	
<ul style="list-style-type: none"> - Aumento das culturas de massa; - Acesso à cultura por diversas camadas sociais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Introdução das modas fugazes e da indicação para uma transformação cultural que isso necessitava; mercantilização de formas culturais. 	<ul style="list-style-type: none"> - Crise de representação cultural; - destruição das teorias e as políticas da “modernização”; - geração das novas “teorias culturais”; - novos modos de representação e de “política cultural”.

Fonte: Buarque (2002); Harvey (2012). Elaborado pelo autor.

Porém, observa-se que essa nova concepção paradigmática ainda é emergente e não revela a realidade do país e nem do mundo. Observa-se que do ponto de vista social e ambiental ainda seguimos os mesmos modelos. Isso se faz conectar ao próprio contexto da globalização, o qual configura uma dinâmica mais forte que o próprio modelo de desenvolvimento.

Buarque também compreende que essa mudança de paradigma está sob influência da globalização, mas mesmo assim tendo a escala local como fonte de preocupação.

A transição para um novo paradigma de desenvolvimento mundial está associada a um processo acelerado de globalização com a intensa integração econômica, a formação de blocos regionais e a emergência de grandes redes empresariais com estratégias e atuação globais. Paradoxalmente, contudo, nunca foi tão forte a preocupação com o desenvolvimento local e a descentralização econômica, social e política, e tão visíveis os movimentos localizados e endógenos de mudança e de desenvolvimento. (BUARQUE, 2002, p. 25)

O Estado moderno como um agente de organização do território, através de leis, programas e projetos, passa a gerar transformações em escala local, que são invisibilizadas em seus conteúdos de conflitualidade. Tais transformações, segundo Katia Silva (2016) partem da crença na modernidade em que o Estado está pautado, onde ele é o agente da modernização, vem apontar como na destruição da história dos lugares.

Observa-se então uma disputa entre o capital de maneira geral e os segmentos populacionais. O capital estaria ligado ao modelo de geração de riquezas a partir da apropriação dos recursos naturais (maneira direta e indireta) que gera fatores impeditivos à vida. Já os segmentos populacionais estariam ligados aos espaços específicos dos quais dependem, sobretudo, das relações diretas com a natureza e que têm seus direitos violados em prol de um modelo insustentável, que passam a ser vistos como fatores impeditivos do desenvolvimento.

Brandão (2007, p. 200) afirma que o desenvolvimento não é um estado homogêneo ou fixo, ele continua em mudança transpondo barreiras que vão surgindo. Nesse caso, as ações planejadoras deverão interagir para prolongá-lo. A teoria da economia política e desenvolvimento sobre a qual Brandão (2007) discute, defende um planejamento aplicado a partir de uma dimensão multiescalar, para que assim haja uma correlação de ações planejadoras que devem se convergir e nortear os olhares que intervenham em prol de um desenvolvimento.

Dentro da perspectiva de que o desenvolvimento é um reflexo de todas as ações políticas, econômicas, sociais durante toda a história de um local, podemos adjetivá-lo como social, humano, econômico, sustentável, local, entre outros.

Esse desenvolvimento tornou-se classificação para distinguir padrões de sociedades e suas economias, e muitas vezes sinônimo de etapas a serem atingidas, o desenvolvimento seria o ponto alto de determinada nação. Mas sabemos também que pode ser visto como um longo processo histórico, a partir da visão da economia política (BRANDÃO, 2009). Mas o mesmo possui também um caráter antagônico do desenvolvimento por ao mesmo tempo gerar desenvolvimento para uns, ele não gerar desenvolvimento para outros (BECKER, 1997). Brandão afirma ainda que:

O desenvolvimento enquanto processo multifacetado de intensa transformação estrutural resulta de variadas e complexas interações sociais que buscam o alargamento do horizonte de possibilidades de determinada sociedade. Deve promover a ativação de recursos materiais e simbólicos e a mobilização de sujeitos sociais e políticos, buscando ampliar o campo de ação da coletividade, aumentando sua autodeterminação e liberdade de decisão. Nesse sentido, o verdadeiro desenvolvimento exige envolvimento e legitimação de ações disruptivas, e, portanto, envolve tensão, eleição de alternativas e construção de trajetórias históricas, com horizontes temporais de curto, médio e longo prazos. Essa construção social e política de trajetórias sustentadas e duradouras deve ser dotada de durabilidade orgânica, sendo permanentemente inclusiva de parcelas crescentes das populações marginalizadas dos frutos do progresso técnico, endogeneizadora de centros de decisão e ter sustentabilidade ambiental. (BRANDÃO, 2009, p. 154)

O desenvolvimento, tido como etapa e não como processo, terminou sendo sempre objeto de alcance, pois a todo momento esteve associado à visão de progresso e por sua vez sua definição e conteúdo confundidos com crescimento econômico. Logo, surge o desenvolvimento sustentado, aliado à perspectiva ambiental, como um novo paradigma de desenvolvimento face aos caminhos da produção capitalista desenfreada já mencionados até aqui. Sua definição clássica é:

[...] desenvolvimento capaz de suprir as necessidades da geração atual, sem comprometer a capacidade de atender as necessidades das futuras gerações. É o desenvolvimento que não esgota os recursos para o futuro. (CMMAD, 1988, n.p.)

Muito embora haja essa concepção e ruptura paradigmática, ainda não está inserida a concepção do Estado, que termina se tornando, às vezes, utópico. Tal situação se dá pelo modelo econômico em vigor, que tem na economia neoclássica a concepção de desenvolvimento como sinônimo de crescimento na busca pela riqueza.

Mas essa definição está longe de ser alcançada como característica de sociedade, pois os mecanismos, principalmente da organização da economia, ainda se mantém nos mesmos padrões de antigamente. Ou seja, não adianta termos uma diretriz para ser alcançada sem mecanismos eficazes que venham a promovê-la.

Para Diegues (2001a) o sustentável ainda é um adjetivo que é utilizado de forma inadequada e o “desenvolvimento” noção que está desgastada, assim, necessitando de uma maior discussão sobre o conteúdo de desenvolvimento e sustentabilidade. Diegues (2001a), então, levanta para a reflexão de uma nova forma de se pensar desenvolvimento, ancorado em um novo paradigma, que tenha como base não só na acumulação do capital, mas em modelo direcionado às heterogeneidades existentes.

Nesse contexto, ganha sentido a ideia de que não existe um único paradigma de sociedade do bem-estar (ocidental) a ser atingido por vias ao “desenvolvimento” e do “progresso” linear. Há necessidade de se pensar vários tipos de sociedades sustentáveis, ancoradas em modos particulares, históricos e culturais de relações com os vários ecossistemas existentes na biosfera e dos seres humanos entre si. Esse novo paradigma a ser desenvolvido se baseia, antes de tudo, no reconhecimento da existência de uma grande diversidade ecológica, biológica e cultural entre os povos que nem a homogeneização sociocultural imposta pelo mercado capitalista mundial, nem os processos de implantação do “socialismo real” conseguiram destruir. Talvez a implosão recente de grandes impérios e o ressurgimento das identidades étnico-culturais sejam os primeiros sintomas da necessidade urgente de se procurar novos paradigmas de “sociedades sustentáveis”. (DIEGUES, 2001a, p. 40)

No Brasil, a visão de que o país iria se desenvolver tornou o crescimento como sinônimo de desenvolvimento para justificar um progresso²¹. A ideia de progresso, presente desde a antiguidade clássica, segundo Nisbert (1986), está associada a modelos clássicos de desenvolvimento, os quais têm os conhecimentos científicos como ferramenta fundamental para conhecer a natureza e poder se apropriar dela (NISBERT, 1986).

Ainda nos modelos clássicos:

Segundo os modelos clássicos, esse 'crescimento econômico' tem como mola propulsora a 'industrialização'. Nessa conceituação os países industrializados são países desenvolvidos, em oposição àqueles que têm sua economia baseada na agricultura. O processo de desenvolvimento teria por objetivo colocar estes últimos no mesmo patamar dos primeiros. Mais do que simplesmente conseguir os mesmos níveis de produção de bens e serviços, de bem-estar, os países não-desenvolvidos deveriam desenvolver uma ética, um conjunto de valores compatíveis com o objetivo da acumulação de capital, além de contarem com classes sociais imbuídas da ideologia da industrialização. (DIEGUES, 2001, p. 40)

Essa perspectiva entende-se como "[...] ideologia do crescimento econômico e do produtivismo" (DIEGUES, 2001, p. 40) e seus impactos no meio ambiente gerados pelo modelo que visa crescimento econômico e produtividade. Não tem como fazer um estudo a partir de conflitos socioambientais sem compreender como a dinâmica econômica dentro de um modelo de Estado tem influência nas dinâmicas sociais. O primeiro ponto a ser analisado e destacado é a compreensão de projeto de sociedade na qual se tem como fundamento a economia neoclássica (crescimento econômico em capital, mão de obra e progresso técnico) e sua visão de progresso.

Essa composição de modelo econômico (visão fechada e isolada) que reflete o modelo de sociedade vai gerar os riscos e eventos ambientais, os quais são geradores de mudanças nos modos de vida. Torna-se uma situação invisibilizada pelos aparatos de planejamento já que não têm em sua construção intelectual e de projeto de sociedade a inserção desses fatores/valores. Com isso os impactos eventos/riscos são gerados.

Martínez Alier (2007) em "O ecologismo dos pobres" vai mostrar que a economia não se encaixa na ecologia, e que o mercado termina que não levando em

²¹ "O conceito de 'progresso' herdado do positivismo está na base dos enfoques tradicionais de 'desenvolvimento' existentes no mundo moderno. A idéia implícita é de que as sociedades podem progredir indefinidamente para níveis cada vez mais elevados de riqueza material" (DIEGUES, 2001a, p. 41).

consideração as futuras necessidades e tampouco os impactos gerados por essas produções econômicas. Também faz críticas aos planejamentos econômicos que visam subalternizar segmentos populacionais às classes dominantes, juntamente à ideologia de crescimento a qualquer custo: ideologia do progresso em ação e a criação de conflitos. Obviamente que não se nega as conquistas, mas em diversos setores houve perdas, e acima de tudo para as populações de baixa renda. O que ele fala é a ideologia do progresso face ao esquecimento da natureza. A pobreza passa a gerar impactos no meio ambiente quando não se tem recursos e instruções necessárias.

Essas visões e concepções tornaram-se paradigmas ou características da sociedade imbuídas no Estado, tornando um modelo a todo momento replicado e que pode ser identificado claramente a partir da análise da realidade concreta.

O modelo econômico inicial da economia terminou tornando-se o paradigma básico e influenciando todas as aplicabilidades da economia. Todas essas visões não levaram em consideração a inserção do meio ambiente na economia e no processo de produção (CECHIN; VEIGA, 2010, p. 440).

A economia ignora os serviços prestados pela natureza, que incluem as funções de regulação de clima e a manutenção de ciclos biogeoquímicos fundamentais para vida. Os chamados recursos naturais não são apenas fonte de fluxos (energia solar, minerais e combustíveis fósseis, nutrientes do solo) prontos para serem transformados pelo processo produtivo. Também constituem fonte de serviços que mesmo não sendo integrados fisicamente aos produtos, são importantes não apenas para a produção e para o consumo, mas para a própria manutenção da vida. (VEIGA; CECHIN, 2009, p. 10)

Veiga aponta ainda:

Em suma, a mensagem não poderia ser mais clara: perdas de resiliência dos ecossistemas continuarão a ser mascaradas pelas contabilidades nacionais e pela mística do PIB, algo que um dia se tornará impossível. Então, é melhor prevenir que remediar, se é que haverá remédio (VEIGA; CECHIN, 2009, p. 22).

Observa-se um modelo econômico neoclássico presente no Estado atualmente, onde se tem o paradigma do crescimento econômico inserido na estrutura do Estado. O qual é incapaz de se pensar como um conjunto de fatores em ação em um espaço, sem que haja perdas na produção econômica e nem das populações e ecossistemas; o desenvolvimento sustentável propriamente dito.

Um referencial de economia que incorpora as dinâmicas socioambientais no processo de produção e riqueza é totalmente oposta às visões puramente econômicas (tratam o meio ambiente como externalidades), ou até mesmo a visão econômica da

ecologia, a economia ambiental, em que a natureza é inserida como recurso e não parte integrante de um sistema conectado; na economia ambiental o meio ambiente ainda é apêndice, o que Cavalcanti (2010) argumenta, ao tratar da economia ecológica²²:

Encarando o processo econômico com tal óptica, a economia ecológica implica uma mudança fundamental na percepção dos problemas de alocação de recursos e de como eles devem ser tratados, do mesmo modo que uma revisão da dinâmica do crescimento econômico. (CAVALCANTI, 2010, p. 59)

Por fim, destacamos ainda o que Cavalcanti aponta:

Cumprir reconhecer a inquestionável evidência de que não existe sociedade (nem economia) sem sistema ecológico, mas pode haver meio ambiente sem sociedade (e economia). Enquanto isso, a economia (ciência econômica) convencional trata apenas da espécie humana, esquecendo todas as outras, e a ecologia convencional estuda todas as espécies, menos a humana. (CAVALCANTI, 2010, p. 61)

3.2 O Plano Estratégico como ferramenta para planejamento e gestão municipal

Para Ferreira (1983), o ato de planejar é dividido em três pontos principais: preparação do plano, a ação, e a avaliação dos resultados obtidos. Pode ser dividido em três tipos: operacional, tático e estratégico. Os três tipos, embora distintos, podem possuir interação em um mesmo processo.

Diversos instrumentos de planejamento passaram a ser incorporados na gestão pública, um dos destaques é o Planejamento Estratégico, exportado mundialmente como solução mágica para os problemas vividos nas cidades. Planejamento estratégico (PE) é um instrumento de gestão que tem suas origens na administração para a gestão empresarial. Ferramenta de competitividade, tornou-se instrumento de extrema importância para os gestores empresariais.

O pensar estratégico tem base na competição, advém da área militar e passa a ser utilizado, sobretudo, após a segunda guerra mundial pelo setor empresarial (VIZEU; GONÇALVES, 2010) e seu mundo dos negócios. Essa realidade

²² A economia ecológica é o resultado da necessidade da construção de um “[...] referencial alternativo às demandas da sustentabilidade, surgido a partir da crítica aos limites da economia utilitarista neoclássica” (PORTO; MARTINEZ-ALIER, 2007, p. S505). Tem seu surgimento a partir das contribuições de Georgescu-Roegen na procura por correlacionar economia e ecologia. Essa abordagem tem a 2ª lei da termodinâmica como base para a análise (CECHIN; VEIGA, 2010, p. 441).

primeiramente se configura nos EUA, com a adoção por parte das empresas de ações estratégicas para uma maior expansão do alcance no mercado mundial por parte delas (CHIAVENATO; SAPIRO; 2009). No campo empresarial “[...] está relacionado com os objetivos estratégicos de médio e longo prazo que afetam a direção ou a viabilidade da empresa” (CHIAVENATO; SAPIRO, 2003, p. 39).

Suas bases na área militar advém da concepção da palavra estratégia, advinda do grego como *strategos* que tem como significado “chefe do exército” (ALMEIDA et al., 1993). Virzeu e Gonçalves (2010) destacam ainda que:

[...] Já o verbo grego *stratego* passa a ser utilizado no período de Alexandre Magno, e significa ‘planejar a destruição dos inimigos por meio do uso efetivo de recursos’. Neste sentido, o significado original da palavra correspondia à própria noção de generalato, ou seja, o ofício que indica o ‘comando do exército’. [...]. Nesse sentido, o general nada mais é do que o administrador do exército. [...] assim, o estrategista na Antiguidade cumpre as funções clássicas da administração: ele planeja as ações e objetivos, organiza o exército e o país, dirige os esforços das pessoas para os objetivos e controla o processo. (VIZEU; GONÇALVES, 2010, p. 6).

A estratégia deixou de ser usada apenas no meio militar e passou a ser incorporada em outros campos do conhecimento, como na Administração. Associou-se tal palavra ao entendimento de caminho a ser seguido para atingir objetivos, passando a ser associada à palavra planejamento (ALMEIDA et al., 1993).

A estratégia na administração vai estar associada à relação da empresa com o mercado, ou seja, uma organização interna para se adequar e ganhar destaque no panorama externo, fazendo com que busquem as mais diversas estratégias de ações para atingir resultados consistentes que almejam (WRIGHT; KROLL; PARNELL, 2000; CHIAVENATO; SAPIRO, 2009). Chiaveto e Sapiro (2009) destacam ainda que:

A estratégia é ao mesmo tempo uma arte e uma ciência, é a reflexão e ação, ou simplesmente pensar para agir e não simplesmente pensar antes de agir. Essencialmente, a estratégia é uma escolha que envolve toda a organização e consiste em selecionar, dentre várias hipóteses existentes, qual deve ser escolhida a respeito dos aspectos internos e externos da organização e tomar as decisões com base nessa opção. (CHIAVENATO; SAPIRO, 2009, p. 4)

Ainda para Chiavenato e Sapiro (2003) o plano estratégico, focando o longo prazo, partirá de cima para baixo, tendo como centralidade uma organização de um sistema integrado. Além disso “[...] deve maximizar os resultados e minimizar as deficiências utilizando princípios de maior eficiência, eficácia e efetividade” (CHIAVENATO; SAPIRO, 2003, p. 39). Assim:

[...] a estratégia é o padrão que integra os objetivos globais de uma organização em um todo coerente e com propósito. Uma estratégia bem formulada permite alocar todos os recursos e competências organizacionais em uma proposição única e viável para antecipar-se às mudanças ambientais e contingências diante de competidores preparados que dispunham os mesmos clientes e fornecedores, interferindo nos objetivos organizacionais desejados. (CHIAVENATO; SAPIRO, 2009, p. 5)

Ao longo do tempo, pode ser construído e solidificado o Pensamento Estratégico. O pensamento estratégico “[...] permite identificar e localizar oportunidades para vantagens competitivas, bem como ameaças e riscos que devem ser evitados” (CHIAVENATO; SAPIRO, 2009, p. 15). Sendo assim, o plano estratégico é dotado de mecanismos, os quais deverão estar alinhados, sobretudo, com o objetivo a ser alcançado no futuro, expresso na visão do plano.

Para Alday (2000) no contexto da administração de empresas, Planejamento Estratégico está associado a “[...] medidas positivas que uma empresa poderá tomar para enfrentar ameaças e aproveitar as oportunidades encontradas em seu ambiente” (ALDAY, 2000, p. 10). Para Vasconcellos Filho et al. (1984), ainda no campo administrativo, o Plano Estratégico é uma metodologia gerencial direcionadora, passando a ser uma importante ferramenta de planejamento visando o futuro.

No campo científico, foi na administração que o pensamento estratégico se consolidou, após empresas desenvolverem técnicas e publicações que passaram a delinear escolas de pensamento estratégico que corroboraram para a consolidação das ideias de gestão baseadas em um conjunto de estratégias visando um cenário de futuro a ser alcançado. No campo administrativo as empresas, embebidas da influência de diversos modelos, criam um planejamento claro e formado por objetivos.

Isso tudo colaborou para a expansão desse novo viés de planejamento que passou a ser inserido em diversas áreas de planejamento, seja privado ou público. Contribuindo para o fortalecimento, inclusive dos consultores, que passaram a ganhar força após a escola de posicionamento e as novas contribuições para o campo da administração estratégica (MITZBER; AHLSTRAND; LAMPEL, 2000).

As contribuições das Escolas do pensamento estratégico²³ estão associadas à compreensão de um todo, de uma construção estratégica que dê conta de alcançar

²³ O pensamento estratégico se consolidou a partir de 10 escolas do pensamento, as quais influenciaram as diversas formas de planejar estrategicamente. As 10 escolas (do design, do planejamento, do posicionamento, empreendedora, cognitiva, de aprendizado, do poder, cultural,

êxito nos objetivos propostos, permeando pelas mais diversas técnicas que vão variar desde a compreensão das dinâmicas internas e externas da empresa para elaboração de planos, estratégias, objetivos²⁴.

O planejamento estratégico empresarial partirá da compreensão da empresa como um todo, abarcando as suas dinâmicas internas, como ela interage com o ambiente externo, suas visões de cenário futuro e objetivos, para, assim, criar estratégias que sejam meios de alcance (MITZBER; AHLSTRAND; LAMPEL, 2000).

Para as organizações, o planejamento estratégico passou a ser o meio condutor ao desenvolvimento e à sua manutenção, através de estratégias, de modo a garantir a evolução constante e sustentável do ponto de vista econômico (CHIAVENATO; SAPIRO, 2009).

A apropriação empresarial do pensamento estratégico reforça a ideia da hegemonia do capital e as ações existentes para a acumulação do capital. Logo, o Planejamento Estratégico passou a ser utilizado e difundido para outras áreas, alcançando também as formas de planejar a sociedade/planejamento público, passando a compor planejamentos de cidades, estados, municípios e outras instâncias.

Os planejamentos do município, sobretudo quando o município passou a ser promotor de planejamento, também passou a adotar diversos instrumentos para viabilizar a gestão municipal. Com tantas transformações sociais e econômicas, sobretudo dentro do contexto de globalização, essas esferas administrativas viram-se necessitadas de instrumentos solucionadores dos problemas inseridos em suas dinâmicas, sobretudo os problemas financeiros que impedem a promoção de transformações no âmbito municipal.

Essa realidade ganha notoriedade após o processo de globalização, onde ampliam-se os problemas existentes na sociedade e surgem outras formas de ver o espaço municipal como um espaço de gestão. Com isso, ganha evidência a

ambiental e de configuração) estão agrupadas em 3 grupos de escolas: Prescritiva, Descritiva e Configurativa (MITZBER; AHLSTRAND; LAMPEL, 2000).

²⁴ Não cabe aqui dissertar sobre as escolas do pensamento estratégico e as mudanças que ocorreram durante as décadas. O que abe destaque aqui é como se delineou a compreensão da inserção da estratégia como instrumento de gestão para alcance de objetivos.

necessidade de adoção de políticas de planejamento que adequem a gestão dos espaços a essa realidade que direciona os modelos de desenvolvimento em vigor.

Os instrumentos de planejamento passam a ser uma ferramenta importante para a manutenção de um modelo de desenvolvimento em vigor, sobretudo por permitir a ampliação das ações e minimizar os impactos negativos ou efeitos provocados pelas ações do contexto da globalização.

Bergue (2011), ao abordar a relação entre gestão estratégica e políticas públicas, aponta a influência de 4 correntes teóricas advindas da administração, influenciada pelas ciências econômicas, as quais contribuíram para formar os modelos de gestão estratégica adotada pela administração pública.

A vantagem competitiva é o conceito central das abordagens estratégicas, baseado em modelos que têm sua essência nos diferenciais competitivos, transpostos do campo da administração de empresas para o campo da administração pública. Compreendendo, então, que esse pensamento estratégico está também associado às ciências econômicas, vista sua busca constante por uma vantagem competitiva (BERGUE, 2011). Nesse sentido, evidenciam-se 4 correntes teóricas, as quais revelam essa perspectiva econômica e modelo de planejamento estratégico, que são: “[...] a teoria do posicionamento estratégico; a teoria dos recursos; as teorias baseadas nos processos de mercado (mudança e inovação), e as teorias de competências dinâmicas” (VASCONCELOS; CYRINO, 2000 apud BERGUE, 2011, p. 5).

Tais modelos são expressão de correntes teóricas que explicam as vantagens competitivas. Para Vasconcelos e Cyrino (2000) a “[...] vantagem competitiva explica-se por fatores externos (mercados, estrutura das indústrias)” e “[...] internos específicos à firma” (VASCONCELOS; CYRINO, 2000, p. 23).

No campo governamental, o plano passa a ser realidade e fazer parte de todos os setores que agem para auxiliar as ações do Estado. O mesmo acontece com as outras hierarquias, como nos municípios. E no caso do Plano Estratégico, passou a ser propagado como instrumento.

O plano estratégico municipal será semelhante ao plano estratégico empresarial, marcado por um conjunto de características que o torna reconfigurado como uma empresa que busca, através de estratégias baseadas em uma competitividade, atingir seus objetivos claros.

Um dos pontos iniciais que passa a ser adotado pelo plano estratégico de cidades é a missão. Assim como nas empresas, onde a missão é fundamental para se obter objetivos claros e realistas (DRUCKER, 1975), o plano estratégico tem a missão como sua âncora inicial. Vainer (2002) afirma que a construção e adoção da missão é uma estratégia clara para se criar uma imagem para a cidade. A construção da visão e dos valores é uma importante etapa dentro do planejamento estratégico, por conter a configuração da imagem que o município quer ter e como deve ser configurada a estrutura interna, respectivamente, ou seja, abrangendo toda estrutura organizacional interna municipal. Logo, a missão irá mostrar qual o real interesse do plano e seus planejadores, que deverá, por sua vez, reverberar por todas as etapas e parte do plano estratégico (MITZBER; AHLSTRAND; LAMPEL, 2000; DRUCKER, 1975; MOTTA, 2006; CHIAVENATO, 2003; VAINER, 2002).

Uma vez delimitados os objetivos, após a missão, têm-se os diagnósticos, que compõem o que os administradores estratégicos chamam de análises ambientais. Tais análises são responsáveis por diagnosticar e caracterizar os fatores internos e externos que contribuem e impedem o alcance dos objetivos almejados pela empresa. As análises externas irão apontar os fatores desfavoráveis e favoráveis, e as internas contarão com a identificação dos pontos fortes e fracos da organização. Essas identificações irão apontar as reais potencialidades da organização, bem como os fatores impeditivos do seu sucesso. E assim fazem nos Planos estratégicos das Cidades (MITZBER; AHLSTRAND; LAMPEL, 2000; DRUCKER, 1975; MOTTA, 2006; CHIAVENATO, 2003).

As análises ambientais irão compor todo um conhecimento das dinâmicas internas e externas do município, como as ambientais, sociais, estruturais e econômicas que compõem o ambiente a ser planejado e determinam a realidade atual e contribuem para o sucesso ou insucesso do plano, compondo um diagnóstico estratégico. Assim como nas empresas, esta etapa irá apontar os fatores que impedem ou contribuem para o sucesso do planejamento. Sendo assim, com a identificação dos fatores favoráveis e desfavoráveis, o município poderá saber as possíveis ameaças aos objetivos do plano e as oportunidades, que por sua vez deverão ser potencializadas. Já no âmbito interno deverão ser identificados os pontos fracos e fortes, delimitando forças e fraquezas, que são capazes de englobar desde a estrutura organizacional municipal, apontando, assim, suas competências. Esses

fatores são determinados de acordo com a visão do plano, como objeto de apropriação do plano (MITZBER; AHLSTRAND; LAMPEL, 2000; DRUCKER, 1975; MOTA, 2006; CHIAVENATO, 2003).

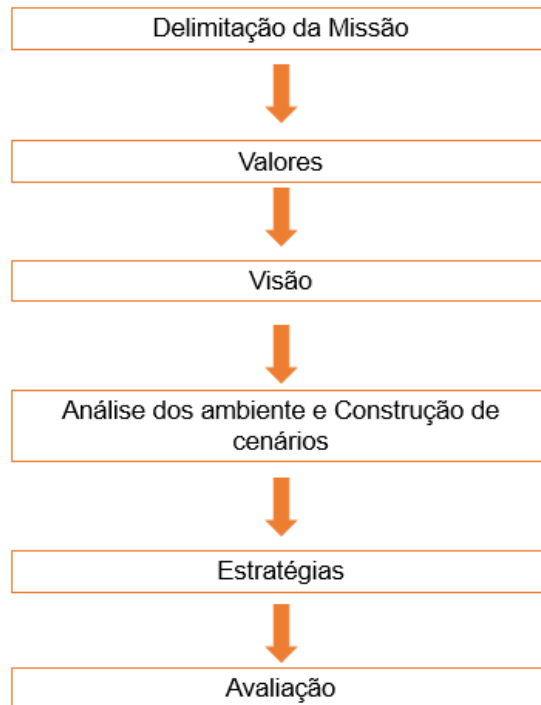
Outro ponto a se destacar na construção dos planos estratégicos é a construção de cenários capazes de apontar a realidade no futuro, caso os objetivos sejam alcançados, bem como caso não sejam inseridos na configuração da visão construída. Esse item se faz necessário pois consegue relacionar com a realidade existente e os objetivos, ajudando a compor as estratégias necessárias, evitando o insucesso do plano (MITZBER; AHLSTRAND; LAMPEL, 2000; DRUCKER, 1975; MOTA, 2006; CHIAVENATO, 2003). O que Paulo Mota (2006) aponta que essa visão de futuro pode ser dada por imaginações, predições e projeções.

A etapa das estratégias, compondo uma visão, sobretudo de longo prazo, configura-se como a etapa em que se tem as metas e objetivos a serem cumpridos e alcançados, direcionando para a construção de estratégias para o seu alcance e cumprimento. Chiavenato (2003) afirma que:

O sucesso no alcance dos objetivos organizacionais almejados será função da implementação de boas estratégias, que possibilitem o planejador a deslocar, realocar, ajustar, reconciliar de modo sistemático os recursos organizacionais disponíveis, aproveitando as oportunidades emergentes no ambiente e neutralizando as ameaças. (CHIAVENATO, 2003, p. 275)

Tomando como base o que Chiavenato (2003) afirma, “[...] a estratégia não deve ser avaliada apenas após a implementação, mas continuamente no decorrer de todas as suas etapas” (CHIAVENATO, 2003, p. 372), percebe-se que o processo de avaliação se constitui uma etapa de extrema importância, por permitir a análise de alcance e impacto das ações estratégicas, proporcionando, inclusive, uma remodelagem de toda a estrutura do plano, mas, ainda assim, enquadrando-se na missão estabelecida no início. Logo, se constitui a etapa de avaliação estratégica, compondo também um instrumento de monitoramento das ações estratégicas no processo de execução do plano.

Figura 10: Composição básica de um plano estratégico



Fonte: (MITZBER; AHLSTRAND; LAMPEL, 2000; DRUCKER, 1975; MOTA, 2006; CHIAVENATO, 2003). Elaborado pelo autor.

O plano estratégico, como instrumento de gestão de cidades, começou a surgir nos EUA a partir do início da década de 80, depois se difundindo para outros lugares no mundo, sobretudo Europa, tendo como grande destaque a Holanda e Espanha, e posteriormente na América Latina e Brasil (PFEIFFER, 2000).

No campo da administração de cidades, o Plano estratégico se inseriu no planejamento de cidades nos Estados Unidos, na cidade de São Francisco, se constituindo uma alternativa frente ao modelo de administração que não estava dando conta das demandas sociais existentes na época (GÜELL, 1997). Isso se enquadra à realidade municipal existente na década de 1980, onde o então modelo de planejamento não mais dava conta face à intensificação da globalização e suas ações como produto da influência do neoliberalismo (GÜELL, 1997).

Macedo (2012) associa a adoção do planejamento estratégico ao processo de internacionalização que muitas cidades passaram, no contexto da globalização, por conta de eventos de grande significado para a cidade. No caso dos municípios, houve uma intensificação a partir da década de 1990, com a criação de fóruns internacionais

de cidades influenciando “[...] governos locais atuem cada vez mais ativamente na agenda da política internacional” (MACEDO, 2012, p. 178).

O mesmo autor ainda aponta que a

[...] internacionalização de cidades, assim como o planejamento estratégico, é um movimento que tem origens na globalização, por um viés econômico. Para enfrentar crises econômicas, fluxos migratórios crescentes, expansão das frotas automotivas e crescimento demográfico intenso, as Prefeituras enxergam nos bancos e agências de fomento ótimas fontes de crédito para investimentos. Assim, começa a primeira grande interação entre governos locais e atores do Sistema Internacional, como o Banco Mundial, Banco Interamericano de Desenvolvimento, dentre outros. (MACEDO, 2012, p. 178)

A lógica do planejamento estratégico vai se consolidar em decorrência da configuração das dinâmicas político-econômicas, como destaca Macedo (2012):

É por recursos e investimentos que as cidades disputam entre si, sendo necessária a utilização de um instrumento administrativo empresarial para gerenciar e conquistar seu espaço. Assim, a lógica de implantação do planejamento estratégico é completa, pois o ambiente condiciona as cidades à adoção de uma nova forma de planejar, a qual está estritamente ligada ao mercado internacional. (MACEDO, 2012, p. 179)

No sentido de compreensão da aplicação do plano estratégico, cabe destaque o que Lopes (1998) apontou ao abordar a necessidade da adoção do plano estratégico para recriar as cidades no contexto da globalização. Logo, o planejamento para as cidades passou a ser o instrumento capaz de projetar a cidade a ponto de sair do contexto local para atingir outras escalas de dominação/influência.

Castells e Borja defendem que “[...] o governo local capaz de dar resposta aos atuais desafios urbanos e de construir um projeto de cidade, assim como de liderá-lo, tem de ser um governo promotor” (CASTELLS; BORJA, 1996, p. 158). Cria-se todo um contexto onde o governo atual atua como agente privado, de modo a promover externamente a fim de atrair investidores, como destaca:

Cabe ainda ao governo local a promoção interna à cidade para dotar seus habitantes de “patriotismo cívico”, de sentido de pertencimento, de vontade coletiva de participação e de confiança e crença no futuro da urbe. Esta promoção interna deve apoiar-se em obras e serviços visíveis, tanto os que têm caráter monumental e simbólico como os dirigidos a melhorar a qualidade dos espaços públicos e o bem-estar da população. (CASTELLS; BORJA, 1996, p. 160)

No caso dos municípios brasileiros, que desde a constituição de 1988 passaram a ter autonomia em sua forma de gestão, o planejamento é essencial para direcionar os recursos para os setores necessitados e poder contribuir, em tese, para a melhoria da qualidade de vida de seus munícipes.

No Brasil, o processo de planejamento municipal possui forte influência das ações do planejamento urbano como centralidade, assim, o processo histórico revela o Estado como produtor do espaço, utilizando de fortes influências de experiências europeias (VILAÇA, 1999). Vilaça destaca, então, 3 períodos distintos e com características específicas na construção de planos para a produção do espaço:

Quadro 4: Processo histórico da mudança do enfoque do planejamento no Brasil

PERÍODO	PRINCIPAL CARACTERÍSTICA	CARACTERÍSTICAS
Final do Século XIX	Urbanismo Sanitarista	<ul style="list-style-type: none"> - Influência europeia em contraposição à colonial; - obras de embelezamento; - capital comercial e financeiro.
A partir da Década de 60	Planejamento em escala macro	<ul style="list-style-type: none"> - Relação com o Estado autoritário e centralizador; - obras de infraestrutura; - consolidação da produção e reprodução do capital; - estado de bem-estar; - projeto nacional tecnocrático e centralizador; - constituição de 1988 e a transferência das obrigações de planejamento das cidades para os governos locais.
A partir da Década de 90	A utilização dos planejamentos estratégicos	<ul style="list-style-type: none"> - Pacto nacional substituído pelo pacto territorial; - movimento neoliberal e a participação do setor privado na formulação e implantação de políticas públicas; - utilização das técnicas do planejamento empresarial; - Cidade-empreendimento.

Fonte: Vilaça (1999); Harvey (1996); Arantes; Vainer; Maricato (2002).
Elaborado pelo autor.

Com base no quadro, observa-se como o processo de lidar com o planejamento e com a produção do espaço acompanhou os objetivos do Estado em cada período, associado com o capital, no caso do planejamento estratégico, que ganhou notoriedade a partir da década de 90, onde os governos municipais passaram a adotar um tipo de empresariamento, onde “[...] a administração urbana se transformou em uma forma de capitalismo tardio” (HARVEY, 1996, p. 51). Nessa nova estrutura administrativa “[...] as tradicionais reivindicações locais são integradas com a utilização do poder público para atrair fontes externas de financiamento ou de investimento” (HARVEY, 1996, p. 51).

A difusão do Plano Estratégico como ferramenta de gestão municipal teve influência da divulgação feita pelos organismos internacionais, como Banco Mundial, BID e Agência Habitat das Nações Unidas, bem como pela influência de consultores internacionais. Além disso, teve o Plano Estratégico de Barcelona como o modelo de aplicabilidade desse novo instrumento, passando a ser considerada referência de aplicabilidade do plano estratégico para as cidades (ARANTES; VAINER; MARICATO, 2002).

Ainda sobre a expansão da utilização do plano estratégico no Brasil, Erminia Maricato afirma:

Não faltam aqueles que oferecem, a preços não módicos, fórmulas capazes de conduzir qualquer cidade ao pódio restrito das cidades globais. Os clientes, muitos prefeitos latino-americanos, buscavam salvar suas municipalidades da insolvência promovida pela crise fiscal, seguindo o modelo mais vendido do continente: Planejamento Estratégico, à la Barcelona. (MARICATO, 2001, p. 57)

Como vimos, a cidade deverá se promover para outras escalas no objetivo de atrair mais investimentos e ser mais competitiva. Vale ressaltar que o Planejamento Estratégico municipal é definido como:

[...] um instrumento de gerenciamento que, como qualquer outro, tem um único propósito: tornar o trabalho de uma organização mais eficiente. Isso pode significar que aquilo que se está fazendo atualmente, deve ser feito diferente e melhor, ou que o trabalho deve ser feito de outra maneira. Em todo caso, mudança faz parte do enfoque metodológico, seja porque as mudanças que ocorrem no ambiente obrigam a organização a adaptar-se a elas, seja porque a própria organização quer provocar tais mudanças. (PFEIFFER, 2000, p.6)

Essa técnica de gestão empresarial, agora utilizada no planejamento e gestão pública, passa a criar uma lógica com base na concorrência, configurando-se como empresa onde há uma mercadoria que irá ser, sobretudo, seus elementos inseridos em sua dinâmica socioespacial. O Plano Estratégico Municipal vai mais além do que um plano de governo, pois perpassa mandatos ao se dispor em ser um plano de longo prazo e estabelecer diretrizes para o município como um todo (PFEIFFER, 2000).

O que determina estes documentos serem planos estratégicos é "[...] a priorização e a seleção de determinadas opções para as ações a serem executadas" (PFEIFFER, 2000, p. 08). Vale ressaltar que o princípio da lógica do Planejamento Estratégico está inserido no pensamento de cidade-global, e essa busca projetar em outras escalas, sobretudo a global, a cidade para o mercado mundial.

Segundo Pfeiffer (2000) o Planejamento Estratégico Municipal veio promover a substituição de pensamento modelo estático da administração por um gerenciamento mais dinâmico, o qual tem o planejamento estratégico como método principal, como destacado abaixo:

No centro desse método encontra-se o Planejamento Estratégico, o qual foi adaptado às condições específicas da administração pública no Brasil e que deve ser complementado por uma visão de gerenciamento de projetos e por técnicas de trabalho participativas, transparentes e dinâmicas. (PFEIFFER, 2000, p. 4)

Para Pfeiffer (2000) esse novo instrumento vai tentar mitigar os efeitos da globalização no âmbito local, planejamentos urbanos malsucedidos, e a baixa capacidade dos municípios em gerir seus espaços. Possui 2 propósitos:

[...] por um lado, pretende concentrar e direcionar as forças existentes dentro de uma organização, de tal maneira que todos os seus membros trabalhem na mesma direção; por outro lado, procura analisar o entorno da organização, e adaptá-la a ele, para que seja capaz de reagir adequadamente aos desafios que tiver. A intenção é que a organização conduza o processo de desenvolvimento para não ser conduzida por fatores externos e não controláveis. (PFEIFFER, 2000, p. 8)

Pfeiffer (2000) faz uma ressalva em como devemos olhar o Planejamento Estratégico:

[...] para entender melhor o método do Planejamento Estratégico é importante não vê-lo apenas como uma técnica, senão como uma perspectiva e um enfoque para lidar com situações complexas e processos de transformações dinâmicos. Trata-se, portanto, de uma concepção que pressupõe um pensamento estratégico e que visa a implementação de ações concretas. (PFEIFFER, 2000, p. 8)

Ao justificar o método, Pfeiffer (2000) afirma que o P.E. não deve ser uma receita pronta, mas que deve seguir o princípio de “[...] **explicar o passado** ajuda a **entender o presente**, o que ajuda a **prever o futuro**, com o objetivo de exercer **maior influência** no futuro desenvolvimento” (PFEIFFER, 2000, p. 8, grifos do autor).

Ao contrário da área militar e da ação nas empresas, onde o objetivo é a competitividade para eliminar um possível inimigo que venha a atrapalhar os objetivos, na administração pública, pelo olhar de Pfeiffer (2000), deve ser diferente. Nesse caso:

A estratégia que deve ser elaborada implica na necessidade de definir prioridades e de se encontrar os meios para eliminar ou diminuir os obstáculos ou ameaças. Isso significa que estratégia sempre tem a ver com opções, seleções e decisões. Essas decisões são em favor de uma ou mais opções, e, com isso, necessariamente contra outras. (PFEIFFER, 2000, p.13)

Observa-se, então, que o plano estratégico é um documento pautado na ação, fundamentada na compressão da realidade, visando um alcance futuro. Com isso, cabe aqui destaque para esse instrumento de planejamento e gestão aplicada ao contexto cairuense.

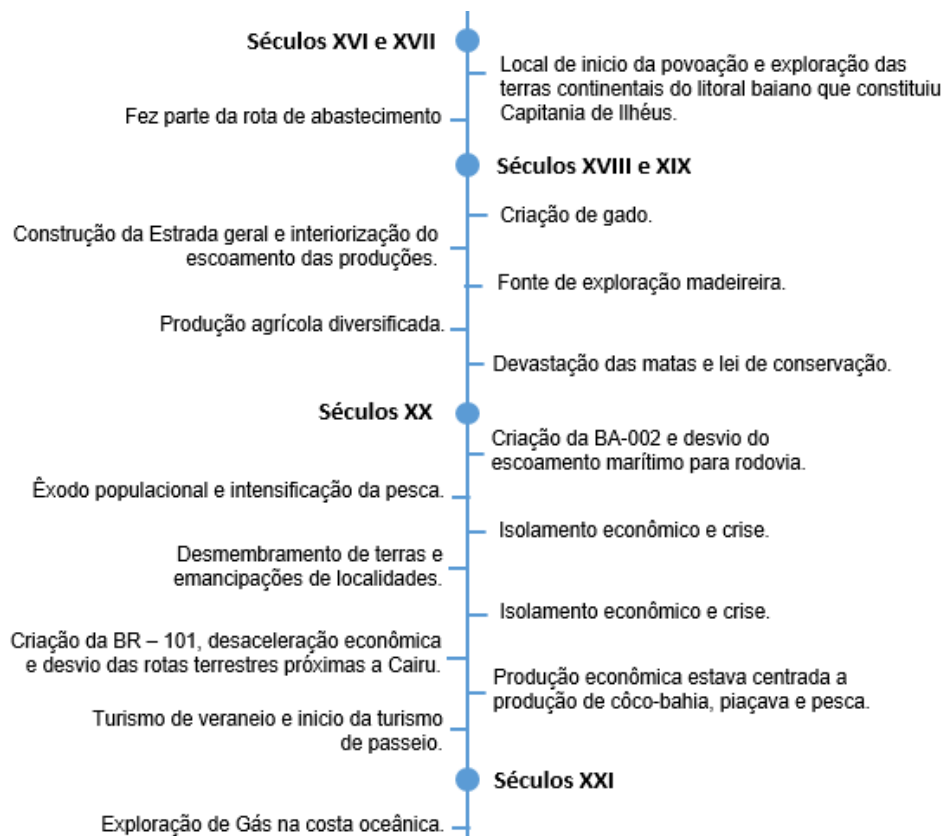
4 O DESENVOLVIMENTO DO MUNICÍPIO DE CAIRU E SEU PLANO ESTRATÉGICO

Antes de compreendermos como surgiu e como se configura o Plano Municipal Estratégico de Cairu (Plano Cairu 2030), necessita-se compreender os motivos que levaram à escolha pelo planejamento estratégico.

4.1 Antecedentes ao Plano Estratégico de Cairu

Os antecedentes históricos demonstram que Cairu deixou de ser destaque político-econômico regional por conta do desmembramento de terras, novas políticas de desenvolvimento e posição geográfica. O que se observa é a desativação da economia a partir de ações governamentais que deslocaram espacialmente as dinâmicas econômicas. Assim, observa-se uma redefinição da inserção municipal na divisão social do trabalho e não uma inércia econômica, como pode ser observado na figura abaixo.

Figura 11: Histórico econômico do Município de Cairu



Fonte: Sousa (1971); Risério (2003); Dias (2007); Flexor (2004; 2010); BID (2006); ANP (2012); Santos; Ivo (2013). Elaborado pelo autor.

Embora a partir da década de 1970 o turismo não planejado tenha passado a ganhar destaque no cenário regional, não foi suficiente para promover um crescimento econômico para o município, fato revelado na tabela abaixo, onde mostra que Cairu, até o ano de 2006, possuía um PIB municipal bem modesto, se comparado com outros municípios do Baixo Sul.

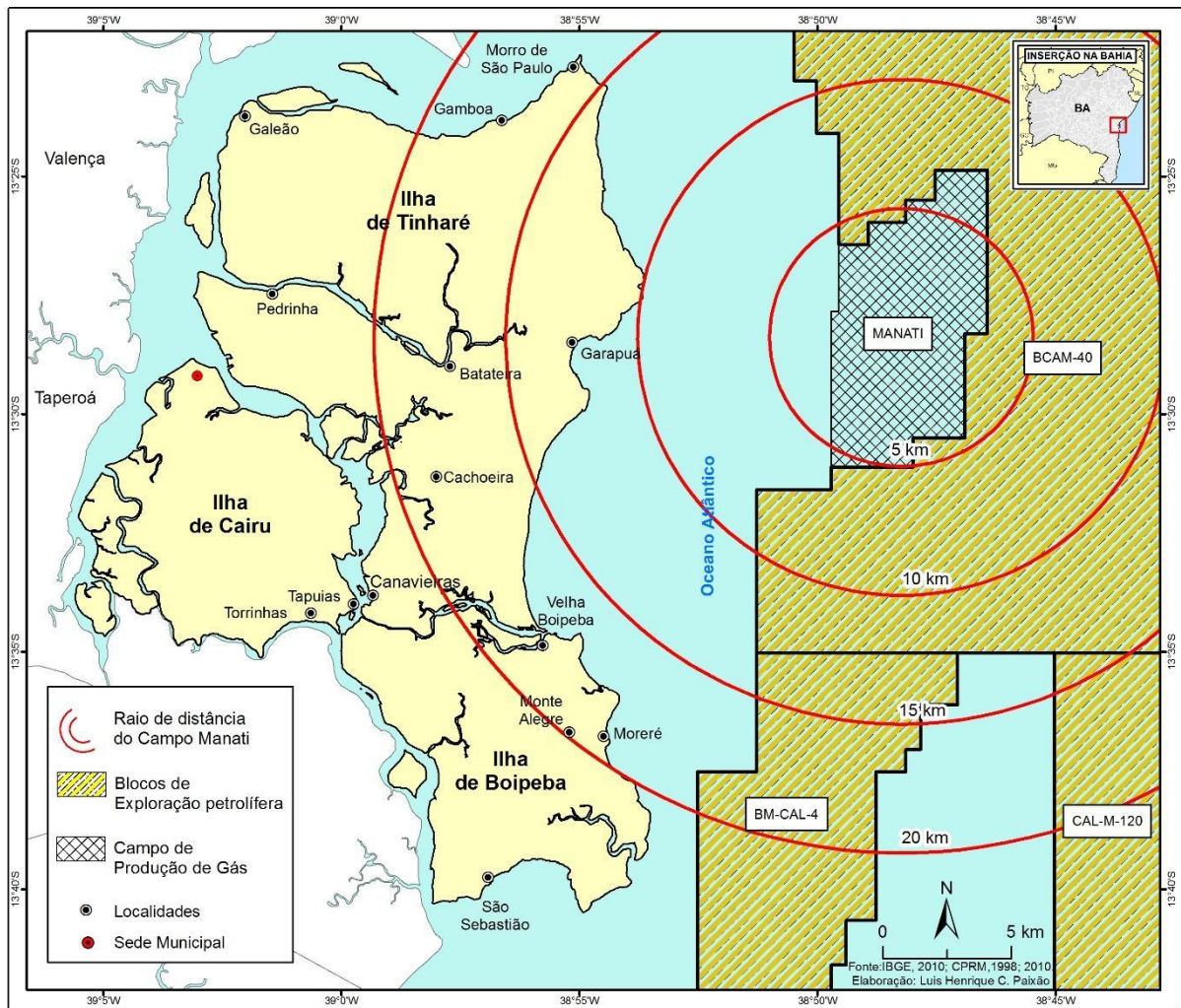
Tabela 1: PIB a preços correntes dos municípios do Baixo Sul da Bahia / 1999-2005

Município	Ano						
	1999	2000	2001	2002	2003	2004	2005
Aratuípe	9.437	10.292	11.428	13.847	15.436	17.073	19.171
Cairu	41.398	43.969	56.516	53.141	51.106	48.785	46.430
Camamu	45.721	54.179	60.579	66.586	72.127	77.924	93.090
Gandu	61.840	52.894	62.916	109.824	110.017	109.949	105.327
Igrapiúna	38.134	46.037	50.712	63.514	64.182	69.798	71.596
Ituberá	40.658	46.361	56.371	57.690	68.414	77.017	88.796
Jaguaripe	16.966	19.049	18.915	22.643	26.402	29.180	33.287
Nilo Peçanha	32.749	29.677	39.031	37.722	34.552	34.839	37.828
Pirai do Norte	15.628	12.205	13.807	14.808	15.231	15.530	20.024
Pres. Tancredo Neves	20.995	22.572	28.808	34.948	41.318	45.502	56.115
Taperoá	25.992	24.448	27.901	33.446	32.140	34.705	39.283
Teolândia	17.979	19.639	20.982	25.651	27.868	32.782	32.326
Valença	162.605	179.811	207.659	222.946	255.963	274.987	323.036
Wenceslau Guimarães	47.357	51.617	59.908	73.097	83.076	93.817	120.862

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA

Porém, com o início da exploração de Gás no Campo Manati, situado na costa oceânica do município (Mapa 6), houve um incremento significativo na arrecadação municipal, devido ao pagamento dos *royalties* feito pela Petrobras. Observa-se que Cairu passa a ser destaque regional, superando Valença, município de destaque no Baixo Sul, a partir do ano de 2008, como observado na tabela 2.

Mapa 6: Inserção da exploração petrolífera no litoral oceânico do município de Cairu/BA e raio de distância das localidades



Fonte: IBGE (2010); CPRM, (2010).
Elaborado pelo autor.

Observa-se que a arrecadação dos *royalties* foi a saída da inércia financeira municipal, porém, do ponto de vista econômico, tal estratégia deixa o município vulnerável por conta da dependência da exploração de curto prazo, considerando que a oferta de gás seja finita. Além disso, apenas arrecadação financeira não era sinônimo de promoção de desenvolvimento. Para isso buscou-se estratégias para reestruturar o município através de um plano de desenvolvimento, como destacado no trecho a seguir:

Face aos desafios lançados sobre o futuro do Município do Cairu, designadamente no que se refere ao enquadramento acabado de apresentar, à produção de gás natural e à utilização dos seus recursos naturais, sentiu cada vez mais a Prefeitura Municipal necessidade de criar instrumentos de planejamento de curto, médio e longo prazo que definam uma estratégia de sustentabilidade, mas que permitam também otimizar a articulação entre a

ação municipal e os agentes econômicos privados de forma duradoura. (PMC; UMA; BID, 2006j, p. 3, tradução nossa)

Tabela 2: PIB a preços correntes dos municípios do Baixo Sul da Bahia / 2006-2010

MUNICÍPIO	ANO				
	2006	2007	2008	2009	2010
Aratuípe	22.608	25.687	27.991	32.147	37.256
Cairu	49.485	383.103	802.297	413.863	690.201
Camamu	92.817	106.366	130.873	150.525	182.614
Gandu	107.091	120.216	134.072	175.292	189.709
Igrapiúna	90.659	95.342	106.430	141.424	173.428
Ituberá	102.012	111.190	119.878	134.416	171.168
Jaguaripe	43.695	52.820	56.249	60.946	72.805
Nilo Peçanha	40.355	44.502	51.433	60.556	83.244
Piraí do Norte	21.892	23.148	26.305	37.681	43.216
Presidente Tancredo Neves	60.189	74.940	91.983	98.099	114.768
Taperoá	48.013	56.096	65.729	81.529	93.134
Teolândia	34.739	457.11	42.108	48.917	61.243
Valença	356.177	406.320	475.878	564.361	632.982
Wenceslau Guimarães	117.980	135.030	125.267	142.929	152.135

Fonte: IBGE (2014).

Então, o município optou por adotar como modelo de planejamento indutor de desenvolvimento o Plano Estratégico, considerado um “[...] um instrumento com o qual se pretende contribuir para a atualização sobre a informação ambiental e a reorganização da malha e da estrutura socioeconômica, mas entrosando simultaneamente um processo de desenvolvimento participativo.” (PMC; UMA; BID, 2005j, p. 3, tradução nossa). Tal opção:

[...] respeitou o princípio do desenvolvimento integrado, potenciando e valorizando os recursos naturais em harmonia com os diversos setores socioeconômicos; por outro lado, privilegiou a adaptação ao município de Cairu do conceito do “Desenvolvimento Econológico”, segundo o qual uma sociedade é tanto mais desenvolvida quanto mais e melhor se efetuar a integração dos Sistemas Ambiental, Económico e Sócio-Cultural, atribuindo a todos eles o mesmo grau de importância para esse efeito. (PMC; UMA; BID, 2005j, p. 3, tradução nossa)

4.2 O Plano de Desenvolvimento Estratégico Cairu 2030

Em 17 de dezembro de 2008, foi sancionada a lei de número 241 que:

Define as diretrizes para o planejamento de longo prazo, no contexto territorial e tributário, integrando à administração pública municipal o PLANO DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO CAIRU 2030, a consecução dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio da ONU - Organização das Nações Unidas, os procedimentos legais de mediação e arbitragem, e dá outras providências. (CAIRU, 2008a, p. 1)

Assim, o município assumiu o Plano Estratégico (Cairu 2030) como referência “[...] para o planejamento governamental de longo prazo e definição de estudos e projetos prioritários de cunho institucional e estruturante” (CAIRU, 2008a, p. 1). A lei é o resultado de uma vasta produção técnica patrocinada pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), com o apoio do Fundo de Cooperação Português, e pela Universidade Livre da Mata Atlântica (UMA), e integra as metas de Desenvolvimento do Milênio²⁵.

Através de um modelo de gestão, o Plano, segundo os estudos, deverá “[...] Potenciar o crescimento, [...] Atrair novos investimentos, [...] Gerar um sentimento de bem-estar na população residente [...] Reforçar a imagem e [...] Garantir a prazo a sustentabilidade de todos os Sistemas: Ambiental-Econômico-Social” (PMC; UMA; BID, 2005j, p. 24, tradução nossa). Considerou então um modelo de desenvolvimento:

[...] o Município do Cairú e o território que o integra é considerado um local privilegiado para o incremento de um Desenvolvimento Econológico, no sentido de que os vértices do triângulo que lhe está subjacente – Sistema Ambiental, Sistema Social, Sistema Económico – podem ser valorizados como de elevada qualidade e cuja implementação só pode ser baseada numa estratégia diferenciadora assente na integração das motivações e valores específicos de cada um daqueles vértices. (PMC; UMA; BID, 2005j, p. 25)

Tal desenvolvimento deverá estar calcado em 4 componentes: ambiental, econômico, institucional e socio-cultural (Quadro 5). Observa-se que tais componentes irão refletir as 4 categorias básicas que deverão sustentar, teoricamente, o modelo de desenvolvimento daquele município. Tais componentes

²⁵ “A UMA-Universidade Livre da Mata Atlântica, entidade do terceiro setor, sediada em Cairu, declarada de Utilidade Pública Estadual pela Lei 8.420/02, dando continuidade ao trabalho iniciado em 1998, em parceria com o WWI-Worldwatch Institute, para garantir sustentabilidade a Cairu, apresentou ao Banco Interamericano de Desenvolvimento-BID proposta para elaboração de amplo diagnóstico sócio-econômico-ecológico de Cairu, retratando a situação atual e sugerindo ações a serem adotadas para o desenvolvimento sustentável de curto, médio e longo prazos do único município arquipélago do Brasil - batizando-o de Cairu 2030. Nesta oportunidade, a UMA dá sua efetiva contribuição investindo na geração presente e resguardando os direitos das gerações futuras. Comprometida em promover localmente as visões da ONU, sente-se honrada em entregar ao Município de Cairu este completo diagnóstico prospectivo, realizado em parceria com o BID e adotado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD como integrante das Metas de Desenvolvimento do Milênio.” (PMC; UMA; BID, 2005j, p. 1, grifos do autor).

demonstram claramente que o respeito à dinâmica ambiental deverá dialogar com todos os vetores.

Quadro 5: Vetores de desenvolvimento municipal

COMPONENTE	CARACTERÍSTICA
Ambiental	“Consubstanciada na concepção, desenvolvimento e institucionalização de ações permanentes de preservação, conservação e gestão do meio ambiente natural, executadas em sintonia com o próprio crescimento demográfico, urbano e econômico”
Econômica	“Refletida ao nível da caracterização da tipologia da oferta estruturada para os diversos setores, numa perspectiva de diversificação do tecido econômico e ao nível da permanente adaptação dessas ofertas à evolução das correspondentes procuras, sem prejuízo de prevalecer em qualquer situação a necessidade de preservar e conservar o ambiente”
Institucional	“Na qual se destacam principalmente as intervenções com carácter de cooperação entre as diversas entidades e agentes econômicos, em especial no que se refere à forma que vier a assumir a implantação, gestão e interpretação do Sistema de Contabilidade Ambiental”
Sócio-cultural	“Traduzida numa animação urbana, cultural, recreativa, turística que potencie os valores culturais das gentes do Arquipélago do Cairu, mas sempre numa perspectiva de integração territorial das suas várias parcelas ou ilhas, independentemente de serem ou não habitadas pelo homem”

Fonte: PMC; UMA; BID (2005j, p.25, tradução nossa). Elaborado pelo autor.

O Plano foi dividido em 9 documentos principais (Quadro 6), chamados de produtos. Tais documentos compõem a metodologia de planejamento estratégico que ao final irá apontar o conceito e missão estratégica, visão estratégica, objetivos estratégicos, linhas orientadoras da estratégia, plano de ação, horizonte temporal e revisões do Plano (PMC; UMA; BID, 2005j).

No caso do Cairu 2030 tem-se os componentes A, B e C. O componente A, de caráter diagnóstico e avaliativo, aponta todas as dinâmicas existentes em Cairu do ponto de vista ambiental, social, econômico e institucional. O Componente B, de caráter prospectivo, faz uma relação com o diagnóstico e aponta as estratégias a partir da realidade existente. O último componente, o C, é responsável pelos direcionamentos para pôr em ação o Plano, bem como sintetizar as informações dos outros componentes.

Quadro 6: Organização do Plano Estratégico de Cairu - BA

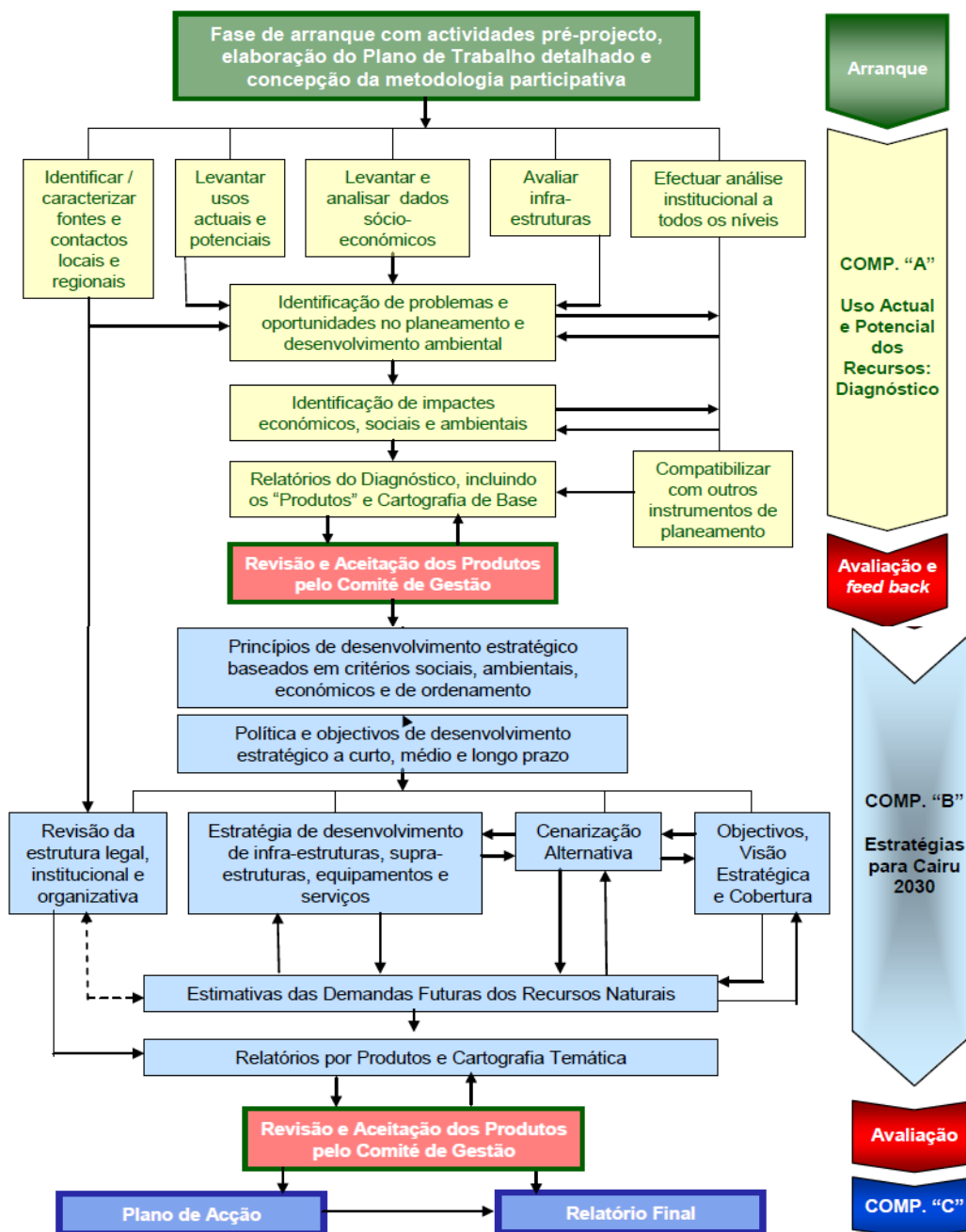
COMPONENTE	PRODUTO (DOCUMENTO)
Componente A – Avaliação do uso atual e potencial dos recursos do município (diagnóstico)	Produto 1 – Linha de base da informação socioeconômica e ambiental
	Produto 2 – Análise institucional
	Produto 3 – Critérios para a contabilidade ambiental dos recursos do arquipélago
	Produto 4 – Análise integrada da linha de base (diagnóstico) e difusão
Componente B – Estratégia	Produto 5 – Demandas futuras sobre os recursos naturais do arquipélago
	Produto 6 – Estratégias alternativas de desenvolvimento sustentável do arquipélago
	Produto 7 – Definição de objetivos e cobertura de estratégias
	Produto 8 – Organização dos instrumentos para o apoio coerente do banco
Componente C – Plano de ação para implementação das estratégias	Produto 9 – Plano de ação
	Relatório final síntese

Fonte: PMC; UMA; BID (2005a; 2005b; 2005c; 2005d; 2005e; 2005f; 2005g; 2005h; 2005i, 2005j)
Elaboração: O autor (2019).

A metodologia utilizada para a produção do Plano (Figura 4) contou, além das pesquisas bibliográficas, documentais e estatísticas, com oficinas nas áreas urbanas de caráter diagnóstico, *feedback* e sensibilização (PMC; UMA; BID, 2005j). Segundo

473 entrevistados nos anos de 2013 e 2014, nenhum deles e nem familiares participaram de alguma oficina sobre o Plano Estratégico. Outro ponto encontrado foi a falta de conhecimento ou informação mais detalhada sobre o Plano, o qual os entrevistados não conhecem ou nunca ouviram falar.

Figura 12: Metodologia Geral de elaboração do Plano Cairu 2030



Fonte: PMC; UMA; BID (2005, p. 7).

Em termos diagnósticos gerais, o plano apontou os pontos fracos, fortes, oportunidades e ameaças que influenciaram na realidade municipal da época. Como

estamos falando de um plano empresarial, fica claro que os pontos fracos (Quadro 7) centram nas principais problemáticas encontradas no município que são fatores impeditivos, sobretudo de arrecadação municipal. Já os fortes centram nas características que podem gerar uma maior arrecadação. Os pontos fracos têm o turismo e o conjunto de elementos que o mesmo utiliza para sua manutenção de forma satisfatória. Para os pontos fortes, observa-se a centralidade da natureza, embora como recurso para apropriação.

Quadro 7: Pontos fracos e fortes do município de Cairu /BA

PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES
Pressões urbanísticas de alto risco com tendência para expansão	Patrimônio natural e cultural existente
Turismo massificado gerando limites para o ordenamento territorial	Recursos naturais de grande valor, diversificados e bem distribuídos;
Frágil rede de infraestruturas básicas	Riqueza florestal existente com boa capacidade de aproveitamento;
Aproveitamento não racionalizado dos recursos naturais	Fraca circulação de automóveis favorecendo a conservação ambiental;
Debilidade da estrutura econômica e do tecido empresarial	Sensibilidade da população residente para a gestão ambiental.
Falta generalizada de organização de atrativos	
Inexistência de ações de promoção do destino turístico	
Desqualificação e carências na preparação das pessoas	
Pouca atratividade para fixação de população residente	
Dificuldades de acesso e nos transportes	
Emprego mantido mais por razões sociais do que por razões econômicas.	

Fonte: PMC; UMA; BID (2005b, p. 4, tradução nossa).

Já no quadro de ameaças e oportunidades (Quadro 8), pode ser percebido que as ameaças estão centradas nos problemas vividos pela população, mas principalmente as ameaças que tornam impeditivas de fixação de atividades econômicas no município. As oportunidades estão justamente nas possibilidades para o crescimento econômico, baseado no modelo neoliberal com interferência e inserção do setor privado na dinâmica local.

Quadro 8: Pontos ameaças e oportunidades do município de Cairu /BA

AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
Destruição (real e potencial) de áreas ambientalmente ricas, mas frágeis	Crescente desenvolvimento do turismo
Pressão urbanística não relacionada com a atividade econômica	Tendência dos mercados para criarem produtos com recursos locais
Falta de atratividade para os investidores qualificados	Interesse de várias organizações privadas e públicas, nacionais e estrangeiras
Carências na implementação de modelos institucionais de desenvolvimento	Carências de investimentos produtivos, culturais e ambientais
Ausência de integração do território à gestão governamental	Boas possibilidades de diversificação da economia
Carência de meios para controlar a situação global do território	Aumento das receitas municipais em curto prazo
	Degradações em condições de receber correções

Fonte: PMC; UMA; BID (2005b, p. 5).

Sendo assim, o conjunto do diagnóstico indicou a necessidade de um planejamento direcionado ao município, que foi apontado como pouco desenvolvido e atrativo. O baixo desenvolvimento é tido como decorrente de deficiente infraestrutura

básica, a não integração dos setores econômicos, sociais e ambientais, e baixa atratividade devido ao fraco investimento setorial (PMC; UMA; BID, 2005j).

As estratégias foram montadas a partir do cruzamento dos pontos fracos, fortes, ameaças e oportunidade que deram direcionamento à elaboração de um plano de desenvolvimento, que é declarado como estando baseado nos fatores de transformação. Assim, os fatores de transformação estão no entendimento da competitividade, na mudança, na sustentabilidade e na vulnerabilidade do sistema, mas claramente estão centrados no ponto de vista econômico.

A competitividade estaria alicerçada nas condições ambientais municipais e na possibilidade da diversificação da economia, ou seja, a estrutura econômica está aberta para novas atividades. Observa-se que os fatores de mudança estão justamente no aproveitamento dos recursos naturais e no turismo, com forte contribuição de investimentos públicos.

Os fatores de sustentabilidade estão na possibilidade de atração de população e de investimentos, bem como uma integração territorial, além de uma reestruturação institucional. Já o fator de vulnerabilidade do sistema, observa-se centralidade nos recursos naturais, tido como vulneráveis.

Quadro 9: Matriz de cruzamento de fatores de transformação do município Cairu

MATRIZ DE CRUZAMENTO	PONTOS FORTES	PONTOS FRACOS
OPORTUNIDADE	<p>Competitividade</p> <p>Riqueza de recursos; diversificação da economia; condições para uma boa correção de situações de degradação</p>	<p>Mudança</p> <p>Aproveitamento de recursos; tipos de turismo; posicionamento face aos investimentos públicos</p>
AMEAÇA	<p>Sustentabilidade</p> <p>Atração de populações e investimento; integração territorial; modelo institucional</p>	<p>Vulnerabilidade de Sistemas</p> <p>Riscos elevados no sistema ambiental; destruição de recursos; descontrole institucional</p>

Fonte: PMC; UMA; BID (2005j, p. 20). Adaptado pelo autor.

Sendo assim, o plano aponta que as estratégias de desenvolvimento para Cairu devem estar pautadas na:

[...] necessidade de criar as melhores condições para fazer subir a atratividade da área correspondente ao Arquipélago do Cairu, principalmente no que se refere à atracção e fixação de populações residentes; Apostando para isso num marketing conjunto (público e privado), capaz de integrar os diferentes objetivos dos Sistemas Social, Económico e Ambiental; Como resultado do emprego de recursos provenientes dos mesmos Sistemas, mas numa perspectiva de alta produtividade global dos fatores e; Associando-lhe sempre um modelo institucional de gestão altamente eficaz. (PMC; UMA; BID, 2005j, p. 22, tradução nossa)

Para isso, a estrutura institucional deverá:

Potenciar o crescimento; Atrair novos investimentos; Gerar um sentimento de bem-estar na população residente; Reforçar a imagem e; Garantir a prazo a sustentabilidade de todos os Sistemas: Ambiental- Económico-Social. (PMC; UMA; BID, 2005j, p. 24, tradução nossa).

Para dar conta das necessidades municipais e ter competitividade, foi utilizada como conceito estratégico a frase: “Cairu, Espaço de vivência histórica, humana e natural Envolvido por uma dinâmica social e económica desenvolvida num Ambiente peculiar” (PMC; UMA; BID, 2005j, p. 26, tradução nossa). A frase expressa as características que faz do município um local a ser investido: história, dinâmica socioeconómica e meio ambiente.

Como visão estratégica, outro ponto importante no plano estratégico, aponta-se:

Torna-se necessário atrair ao território do Município do Cairu novas atividades sociais e económicas, criando-se para o efeito os ambientes a isso adequados, visando a médio e longo prazo a redefinição de uma nova base socioeconómica através da mobilização de volumes significativos de investimento (público e privado), mas essencialmente inovador; Uma vez iniciado o processo de fixação no território de novas atividades, é necessário que estas venham a ficar surpreendidas com a variedade, mas sobretudo com a qualidade, dos recursos e das ofertas existentes, evidenciando-se desta forma o Município num contexto regional ou mesmo nacional; Finalmente, é necessário fazer perdurar este ambiente, o que implica redesenhar todo o papel da administração, quer a nível local, quer a nível regional, o que implica introduzir sistemas de cooperação efetiva através dos quais se aumenta a articulação das intervenções no território, acompanhando tendências e avaliando impactes, aumentando a eficiência e corrigindo qualquer ação de degradação dos recursos naturais. (PMC; UMA; BID, 2005j, p. 27, tradução nossa)

Com esse conjunto de visões, busca-se criar:

Local de ambiente inesquecível, para quem aí reside e trabalha, mas também para quem o visita; Espaço de oportunidades, integrado regionalmente; Aberto ao exterior e à inovação, onde se produz e vive com qualidade e autenticidade; Mas onde se preserva e conserva o Meio Natural. (PMC; UMA; BID, 2005j, p. 27)

O projeto foi lançado em 2006 e com ampla divulgação em canais de comunicação (CMCAIRU, [200-?]), tendo como presenças diversas autoridades nacionais e internacionais. O discurso passado era de conservação ambiental e da cultura local, como o trecho da entrevista ao secretário de cultura:

‘Queremos que em 2030 as gerações futuras lembrem deste trabalho, nascido para preservar nossa história e nossas riquezas naturais’, comentou o secretário de Cultura de Cairu, Isaías Ribeiro. (LEMOS, 2012, p. 1)

O plano tem forte interação com a concepção de um principado, influenciado pela concepção do Principado de Mônaco, com intuito de transformar o município em Principado de Cairu. Tal idealização surgiu ainda no processo do estudo para concepção do plano, no ano de 2000, construído em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (LEMOS, 2012). Em todas as divulgações na mídia, ficou clara a inserção do turismo como o vetor direcionador e movimentador da economia do município, como na fala da então Secretária de turismo do município em uma reportagem realizada pelo programa Rede Bahia Revista:

A gente entende que o turismo para ter sustentabilidade ele tem que pensar o quanto a gente tá impactando esse lugar. O quanto é possível essas pessoas possam vir e possam desfrutar com qualidade. [...] Na prática o que a gente espera disso tudo é que Morro de São Paulo, Boipeba, Garapuá, Galeão e tantos outro pequenos lugarejos, eles possam receber esses benefício de uma escola como a UFBA, podendo estar aqui atuando, junto com a comunidade, pra gente trazer soluções de equidade social, de resgate de cultura, de qualificação para nossa comunidade. Que realmente a gente possa trazer emprego e renda. (CMCAIRU, [200-?])

Para tanto, foram definidos 13 grandes projetos que irão compor o plano de ação. Esses projetos estarão de acordo com eixos temáticos para intervenção, inseridos em quatro componentes estratégicos.

Quadro 10: Projetos direcionadores de plano de ação

COMPONENTES	PROJETOS
Ambiente de Atratividade	1 – Plano de Ordenamento do Município de Cairu
	2 – Modelo Institucional para o "Cairu – 2030"
	3 – Infraestruturação Básica do Município
	4 – Articulação com o Plano de Manejo e Gestão da APA Boipeba – Tinharé

Instrumentos de Operacionalização	5 – Intervenção de Valorização Patrimonial e de Requalificação Urbana
	6 – Intervenção Ambiental
	7 – Plataforma Industrial e Logística
	8 – Acessibilidades e Transportes
Estratégias Setoriais	9 – Desenvolvimento das Pescas
	10 – Desenvolvimento do Turismo
	11 – Extrativismo e Diversificação da Economia
Valorização dos Recursos Humanos	12 – Criação de Rede de Micro e Pequenas Empresas de Jovens
	13 – Escolas de Formação Profissional

Fonte: PMC; UMA; BID (2005j, p. 32, tradução nossa). Adaptado pelo autor.

O Plano foi estruturado de modo que as ações, medidas e/ou projetos previstos estariam categorizados em 4 prazos temporais: imediato, para medidas de até um ano; curto prazo, até 3 anos; médio prazo, até cinco anos; longo prazo, mais de cinco anos (PMC; UMA; BID, 2005j).

A fim de dar conta do que foi apontado no conjunto de documentos, na Lei de nº 241 de 2008 foram estabelecidas diretrizes e regulamentações.

A referida lei tem vários direcionamentos, como a delimitação de áreas rurais prioritárias para urbanização “[...] equacionando a exploração das oportunidades territoriais de interesse social, econômico e ambiental [...]” (CAIRU, 2008a, p. 1). Para isso, deverão reconhecer:

I - as vocações turísticas em todas as suas vertentes e segmentos; II - o potencial sustentável de desenvolvimento imobiliário; III - as necessidades de conservação e preservação das áreas urbanas e rurais; IV - os ecorenegócios potenciais; V - os meios legais de prevenir ou resolver rapidamente eventuais conflitos; VI - os riscos de criação de favelas e os impactos ambientais derivados; VII - os fluxos migratórios desejáveis e indesejáveis; VIII - a importância da educação para geração de riquezas e eliminação da pobreza. (CAIRU, 2008a, p. 1)

Outro ponto em destaque na lei está presente no Artigo 5:

[...] A visão estratégica municipal estará baseada em ações de planejamento dirigidas no sentido de se atingirem os objetivos de diversificação da economia, da qualificação urbana, ambiental, social e econômica levadas a

efeito de forma abrangente e integrada e a uma conservação e gestão ambiental financeiramente sustentada. (CAIRU, 2008a, p. 2)

No artigo 6 a Lei aponta os desdobramentos no contexto territorial no qual deverá:

[...] a formalização de parcerias público-privadas infra-estruturantes, o combate à informalidade, os zoneamentos ecológicos e econômicos integrados para todo o arquipélago, a superação de pontos fracos e ameaças e, por consequência, a potencialização de pontos fortes e oportunidades identificados no "Plano Cairu 2030", a serem destacados na regulamentação desta Lei. (CAIRU, 2008a, p. 2)

Já em 19 de dezembro de 2008 é regulamentado o Plano Cairu 2030, através do decreto de número 398 o qual:

Define o espectro de regulamentação da Lei nº 241, de 17 de dezembro de 2008, institui o Programa do Modelo Institucional, as bases de referência pública do Plano de Desenvolvimento Estratégico CAIRU 2030 e as diretrizes prioritárias para o planejamento municipal de longo prazo, no âmbito do desenvolvimento territorial e das finanças públicas; determina as providências administrativas diretas, afins e correlatas. (CAIRU, 2008b, p. 1)

Tal decreto toma como base os artigos 1, 4, 5 e 7, da Lei 241, já mencionados.

Reconhecendo:

I) A importância fundamental da educação para a geração de riqueza e eliminação da pobreza; II) As vocações turísticas em todas as suas vertentes; III) O potencial sustentável de desenvolvimento imobiliário; IV) As necessidades de conservação e preservação das áreas urbanas e rurais; V) A ocorrência de fluxos migratórios indesejáveis; VI) Os riscos de criação de favelas e os impactos ambientais consequentes, VII) Os meios legais de prevenir ou resolver rapidamente eventuais conflitos de base patrimonial. (CAIRU, 2008b, p. 2)

Tal regulamentação está de acordo com as ações previstas no Plano:

I) a criação de um modelo institucional; II) o ordenamento territorial, III) a infraestrutura básica do município; IV) a articulação com o Plano de Manejo e Gestão da APA Tinhare-Boipeba; V) a intervenção de qualificação urbana; VI) a intervenção ambiental; VII) a criação de plataforma industrial e logística; VIII) as acessibilidades e os transportes; IX) a pesca, o extrativismo e a diversificação da economia; X) o desenvolvimento do turismo; XI) a criação de micro e pequenas empresas de jovens; XII) as escolas de formação profissional. (CAIRU, 2008b, p. 2)

Tem como princípio dois conceitos-chave que irão dar base à execução do plano.

I) **DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL** — desenvolvimento que supre as necessidades do presente sem comprometa a capacidade das futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades;
 II) **SINERGIA** — ato ou esforço simultâneo na realização de uma função ou propósito comum com base na ideia de que as partes de um conjunto ou sistema, agindo harmoniosa e complementarmente, são muito mais que a simples soma de cada célula ou componente unitário isolado. (CAIRU, 2008b, p. 2)

O Plano ainda atrela ao município uma visão de Campus Universitário:

§ 2º - Tais conceitos estruturantes sustentam a VISÃO do município como a de um Campus Universitário utilizado por universidades objetivando a harmonizar as dinâmicas ambientais, econômicas e sociais, sustentar trabalhos de pesquisa, ensino e extensão, e conseqüentemente, viabilizar os aportes de conhecimentos e recursos financeiros necessários ao desenvolvimento sustentável local. (CAIRU, 2008b, p. 2)

Para o decreto, tal visão, destacada acima, deverá “[...] fomentar a ampla articulação, coordenação e integração das forças estruturantes da iniciativa privada, da academia, do governo e das comunidades para a promoção do desenvolvimento sustentável.” (CAIRU, 2008b, p. 3).

1) [...] apoio coerente do BID - Banco Interamericano de Desenvolvimento, conforme relatório próprio integrado ao dito plano, e a disposição do governo municipal em envidar esforços para antecipar a consecução dos "Objetivos de Desenvolvimento do Milênio", no Arquipélago de Tinharé;

II) [...] parcerias acadêmicas formalizadas por acordos de cooperação técnica e financeira, de cunho público ou privado, que reconheçam a importância das experiências que serão geradas com a criação de um modelo de desenvolvimento sustentável de interesse global no âmbito social, ambiental e econômico - deve resultar na visão do território como espaço sinérgico compartilhado por universidades parceiras, configurando a imagem estruturante de um Campus Universitário Municipal;

III) [...] identificação de fontes nacionais e internacionais de financiamento dos projetos estratégicos e para iniciativa privada com esforços de articulação fluente com os outros níveis de governo, agências de desenvolvimento brasileiras ou estrangeiras, bancos oficiais, agências reguladoras de concessões públicas, parcerias público-privadas, pactos com organizações sociais de interesse público, alianças estratégicas afins e correlatas - deve resultar na constituição de dois FUNDOS DE DESENVOLVIMENTO ESTRATÉGICO complementares (FDE I e FDE2 com governanças, respectivas e complementares. de natureza pública e privada);

IV) [...] fortalecimento das finanças públicas municipais, através de acesso legal ao mercado financeiro e ao mercado de capitais, com base nas potencialidades geradas pela utilização intensiva de tecnologia da informação, doutrina, propaganda, marketing público, contabilidade social, ciências imobiliárias e educação tributária aplicada à universalização das justas contribuições advindas da propriedade rural e urbana, da transmissão de bens inter-vivos, da prestação de serviços de qualquer natureza e da cobrança de taxas de serviços públicos deve resultar a criação de um Observatório tributário. (CAIRU, 2008b, p. 3 - 4)

Com a regulamentação da lei, foram institucionalizados “[...] 5 (cinco) programas prioritários, auto-suficientes e complementares [...]” (CAIRU, 2008b, p. 4) que são, segundo Cairu (2008b), o:

- a. Programa do Modelo Institucional (PMI);
- b. Programa de Ordenamento Territorial (POT);
- c. Programa de Criação de Infraestruturas (PCI);

d. Programa de Intervenção Urbana (PTU);

e. Programa de Segurança Jurídica (PJS);

Programa do Modelo Institucional (PMI) pretende criar um alinhamento nas esferas dentro do aparelho municipal, bem como para a sociedade.

ART. 13 - A porção norte da Ilha de Tinharé, entre o Povoado do Morro de São Paulo e o Distrito do Galeão, passa a configurar zona controlada de expansão urbana de aba prioridade em função da proximidade do continente e dos serviços do aeroporto continental.

Parágrafo Único — A dita porção territorial merece tratamento diferenciado e prioritário porque detém a concentração de mais de 50% (cinquenta por cento) da população residente, também, da maior parte da população flutuante, exigindo, para controle e ordenamento do uso do solo, a aplicação maciça de conhecimentos em turismo, ciências imobiliárias e sustentabilidade. (CAIRU, 2008b, p. 9)

Sendo assim, estabelecem como linha prioritária para estudos e projetos:

- I) Modelo institucional (organização governamental, agência de desenvolvimento, sistema de contabilidade ambiental, plano de marketing público);
- II) Plano de ordenamento (zoneamentos fundamentais, infraestruturas e condicionantes, regulamentos);
- III) Infraestruturas (recursos hídricos, águas residuais, águas pluviais, resíduos sólidos);
- IV) APA Tinharé-Boipeba (integração da Ilha de Cairu, coesão territorial e organização);
- V) Intervenção urbana (recuperação e valorização patrimonial, valorização dos núcleos históricos, monumentos de Cairu e do Morro de São Paulo, recuperação de zonas urbanas degradadas);
- VI) Intervenção ambiental (defesa, proteção e recuperação de áreas degradadas de manguezais, proteção dos corais, criação de parques ecológicos, programas de recuperação e valorização de áreas importantes, fiscalização e educação);
- VII) Plataforma industrial e logística (investimentos de base industrial na Ilha de Cairu, acessos, incentivos e financiamentos, gestão e formação);
- VIII) Acessibilidade e transportes (trem elétrico ligeiro turístico, rede de estruturas de atracação nas hidrovias, vias de ligação ecológica estruturantes, acessos à cidade de Cairu, regulamentação do uso de veículos não poluentes);
- IX) Pesca (pesca desportiva, infraestrutura, dinamização, indústria e comercialização);
- X) Turismo sustentável, plano estratégico, passaporte, parques ecológicos, organização e institucionalizações, sistema de informações turísticas, internacionalização);
- XI) Extrativismo e indústria (energias renováveis, indústria integrando o extrativismo, comercialização, agricultura biológica, fruticultura, oficinas e cultura);
- XII) Empresas (rede de empresas, parcerias, incentivos)
- XIII) Escola de formação profissional (concepção dos cursos, instalação de escolas, parcerias). (CAIRU, 2008b, p. 10)

Estabeleceu também “[...] ações e prioridades governamentais, para o quadriênio 2009 / 2012, no contexto do desenvolvimento territorial e urbanístico de longo prazo [...]” (CAIRU, 2008b, p. 10):

- I) a identificação de alternativas de fortalecimento das finanças públicas;
 - II) a urbanização e a infraestruturação de cunho socialmente inclusivo;
 - III) a atração e qualificação de investimentos sustentáveis;
 - IV) identificação de fontes de financiamentos para os projetos estratégicos prioritários,
 - V) o fomento à operação e à qualificação de bases de apoio náutico na contracosta;
 - VI) a formalização de um pacto comunitário pelo TURISMO DE EXCELÊNCIA
 - VII) a divulgação da imagem do município como destino ambientalmente seguro;
 - VIII) o fomento à transferência de conhecimentos sobre sustentabilidade;
 - IX) o acompanhamento das mudanças climáticas e seus efeitos sobre o litoral brasileiro;
 - X) a cooperação técnica com universidades e instituições educacionais;
 - XI) a promoção da segurança jurídica no âmbito fundiário;
 - XII) os estudos aplicados nas áreas do Turismo e Ciências Imobiliárias (Real Estate);
 - XIII) a permuta de experiências com municípios que produzem gás e/ou petróleo;
 - XIV) a participação no PROJETO AMAZÔNIA AZUL da Marinha do Brasil;
 - XV) as alianças estratégicas com outros arquipélagos e ilhas marítimas;
- (CAIRU, 2008b, p. 11)

Já o Programa de Ordenamento Territorial aponta que o município reconhece “[...] que a perfeita articulação produtiva entre as esferas de governo, a academia, as empresas e a sociedade e a melhor forma de viabilizar a franca atração de investimentos sustentáveis de cunho público e privado e a necessária segurança jurídica” (CAIRU, 2008b, p. 12).

No âmbito do ordenamento territorial e ação do governo municipal

- I) "TERCEIRA ÂNCORA" que objetiva implantar um empreendimento imobiliário modelo, com elevado patamar de sustentabilidade, na Gamboa do Morro de São Paulo, atraindo investimentos de empresas social e ambientalmente responsáveis e qualificando a cadeia produtiva local no âmbito da construção civil;
- II) "CAIRU-INVESTE" que cria um centro voltado à organização de foros de atração e promoção de eventos gualdir-adores de investimentos públicos e privados que possam ser implantados no Arquipélago de Tinharé, com ênfase no potencial turístico, imobiliário e de atração de programas governamentais estruturantes, com o acompanhamento de indicadores sociais, ambientais e económicos do desenvolvimento sustentável. (CAIRU, 2008b, p. 12)

Outro ponto a ser destacado é o zoneamento do município:

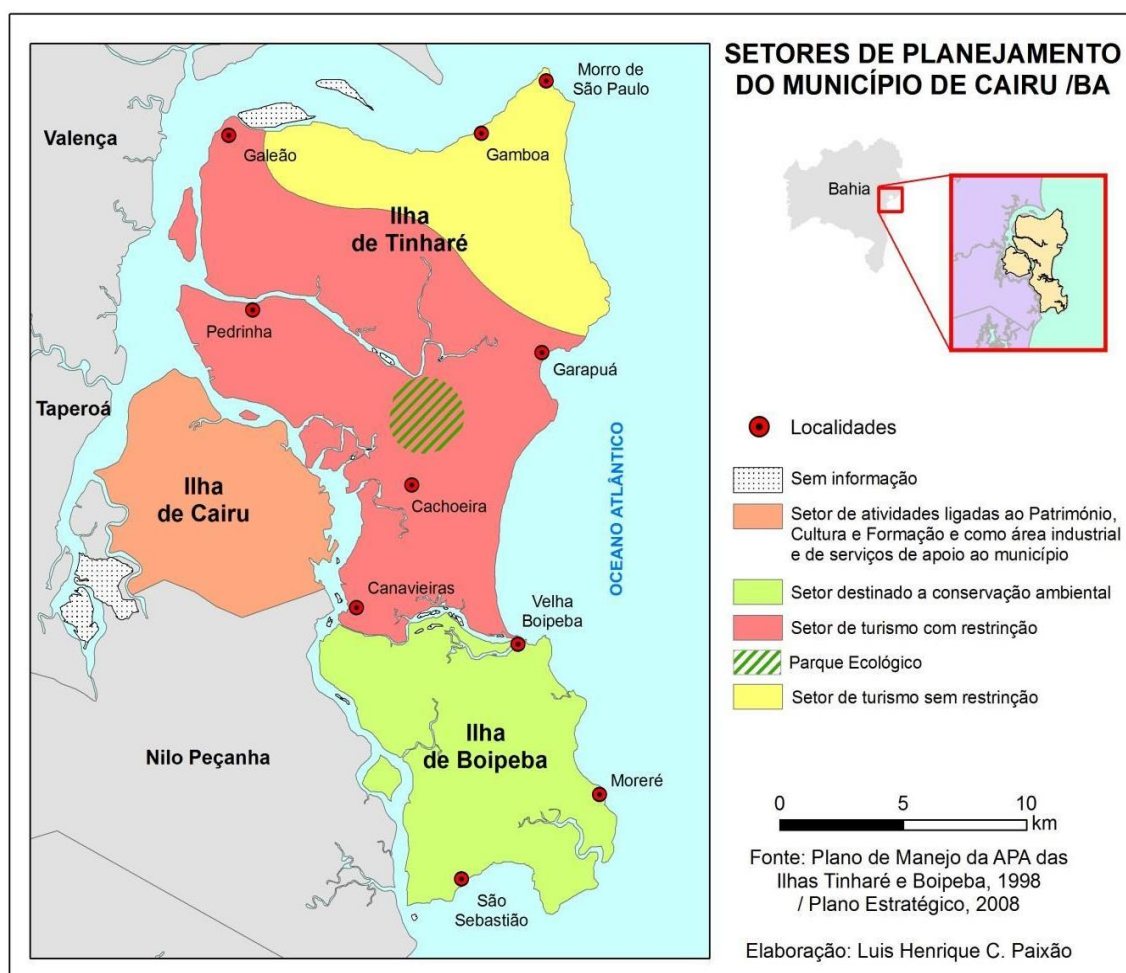
[...] O governo municipal reconhece a proposta de zoneamento vinculada ao Plano Cairu 2030 como insumo indispensável à elaboração ou revisão dos zoneamentos ecológicos e económicos das Áreas de Proteção Ambiental das Ilhas de Cairu. Tinharé e Boipeba no que se refere aos conceitos; de plataforma industrial e logística. criação de parques ecológicos. agricultura

biológica. zona costeira de paisagem protegida. zonas turísticas, soluções viárias. indicações afins e correlata. (CAIRU, 2008b, p. 14)

O Plano também apontou a parceria com Universidades como USP, UNB, UFBA para realização de estudos direcionados ao ordenamento territorial e outras demandas de projetos.

Nesta perspectiva Cairu se estruturará em grandes setores de potencialidades, que são reflexo da divisão do território municipal para o planejamento (Mapa 7). É notório que em Tinharé é onde os investimentos para o turismo são mais aplicados, devido à presença de Gamboa e Morro de São Paulo, e já Boipeba seria mais para a conservação dos recursos naturais.

Mapa 7: setores de planejamento do município de Cairu/BA



Fonte: PMC; UMA; BID (2005a; 2005b; 2005c; 2005d; 2005e; 2005f; 2005g; 2005h; 2005i, 2005j)

Elaboração própria.

Em resumo, o plano estratégico é marcado pela tomada e execução de projetos e ações, as quais têm como objetivo superar os pontos fracos e ameaças identificadas

nos diagnósticos a fim de conseguir uma estabilidade financeira, sobretudo quando os recursos advindos da exploração de petróleo se esgotarem.

4.3 Inserção da pesca artesanal no Plano de Desenvolvimento Estratégico de Cairu

De modo direto, a pesca não está presente no decreto que regulamenta o Plano Cairu 2030.

Compreendem que a pesca é “[...] muito importante para a economia local, mas mais ainda sob o ponto de vista sociocultural, que se mantém artesanal e que, em grande parte dos casos, é uma atividade alternada sazonalmente com trabalhos em ou para o Turismo” (PMC; UMA; BID, 2005j, p. 14, tradução nossa).

O plano vai apontar, através do diagnóstico, os pontos fracos e fortes da pesca (Quadro 9), bem como as ameaças e as oportunidades (Quadro 11). Essa síntese qualificadora é comum aos outros setores econômicos (consideração do Plano).

Quadro 11: Pontos fracos e fortes do setor pesqueiro do município de Cairu /BA

PONTOS FRACOS	PONTOS FORTES
Baixa importância econômica	Elevada importância social e cultural
Baixa produtividade no verão (maior oferta de trabalho no turismo)	Único rendimento para muitas famílias durante o inverno e complemento para outras no verão
Falta de condições de exploração das potencialidades dos recursos pesqueiros	Mariscagem como atividade predominantemente feminina
Características da plataforma continental dificultam a exploração	Facilidade de escoamento dos produtos (Valença ou às unidades turísticas do arquipélago)
Falta de condições (comunicação, detecção e segurança) das embarcações de arrasto de camarão	Desenvolvimento de projetos de cultivo de ostra e de tilápia de forma a potenciar o rendimento das famílias

Baixo poder de compra dos produtos do mar por parte dos locais	Predomínio da pesca artesanal (perspectiva conservacionista)
<i>Déficit</i> de proteína animal na alimentação da maioria da população brasileira	A pesca como âncora para o desenvolvimento.
Falta de condições na extração “da carne” do caranguejo	
Predomínio da pesca artesanal (perspectiva econômica)	
Estado precário de todos os ancoradouros, pontões e barras	
Baixo nível de formação	
Desadequação de artes e embarcações na pesca artesanal	
Degradação das infraestruturas gerais (energia/água/frio)	
Falta de fiscalização: de pesca e de controle de qualidade	
Dificuldades no acesso à reparação naval, equipamento e apetrechos	
Ausência de estruturas de comercialização (lotas) e de informação	
Desconhecimento de dados referentes a espécies alvo de pesca grossa desportiva	

Fonte: PMC; UMA; BID (2005j, p. 15, tradução nossa).

Elaborado pelo autor.

Observa-se claramente que os pontos fracos estão diretamente ligados à concepção de que a pesca é uma atividade econômica de baixa lucratividade para o município, sobretudo pela forte presença da pesca artesanal como destacado: “Predomínio da Pesca Artesanal (perspectiva econômica)”, ainda que a reconheça nos pontos fortes como “Elevada importância social e cultural” e esteja presente em todo o diagnóstico do setor, presente no Plano.

Além disso, observa-se a precária infraestrutura que promova e dê suporte da pesca como atividade econômica, explicitado nos pontos fracos como: “Falta de condições na extração ‘da carne’ do caranguejo”; “Ausência de estruturas de comercialização (lotas) e de informação”; “Estado precário de todos os ancoradouros, pontões e barras”. Ainda que seja claro que esses pontos fracos são determinantes para o desenvolvimento da pesca em moldes industriais, observa-se que a pesca artesanal se reproduziu nos últimos anos sem essas estruturas.

Os pontos fortes deixam explícita a importância social e cultural da pesca, como percebido nos trechos: “Elevada importância social e cultural” e “Predomínio da Pesca Artesanal (perspectiva conservacionista)”, por exemplo. Fica clara também a importância econômica da pesca, nesse caso para as famílias: “Único rendimento para muitas famílias durante o Inverno e complemento para outras no Verão”.

As ameaças (Quadro 12) da pesca estão justamente na relação de uso do espaço municipal com o turismo nos moldes já consolidados e com suas expansões, além da própria infraestrutura deficitária disponível. As pressões nos pesqueiros também são explicitadas como ameaças, sobretudo a de lagosta e de novas espécies nas localidades.

Quadro 12: Oportunidade e ameaça do setor pesqueiro do município de Cairu /BA

AMEAÇAS	OPORTUNIDADES
Elevada pressão de exploração a que o manancial de Lagosta-vermelha está sujeito	Grande procura de produtos do mar na época alta
Predomínio do Turismo como atividade econômica da zona	Crescimento da Pesca desportiva e Caça submarina
Utilização de espécies exóticas nas experiências de aquacultura	Potenciar efeitos multiplicadores na economia
Continuação da degradação de infraestruturas	Desenvolvimento previsto da aquacultura
	Cooperativas em crescimento
	Tendência para Turismo de Qualidade

Fonte: PMC; UMA; BID (2005j, p. 15, tradução nossa).

Elaborado pelo autor.

Quanto aos projetos direcionados ao setor da pesca, o plano se divide em 4 períodos: imediato, curto prazo, médio prazo e longo prazo (Quadro 13). Tais ações são um resultado de informações das quais estão para legitimá-las. Sendo assim, cada ação tem as medidas respectivas a serem adotadas.

Quadro 13: Ações para o projeto de desenvolvimento da pesca

PRAZO	AÇÃO	MEDIDA
Prazo imediato	Incentivo à pesca desportiva de alto mar	Levantamento das espécies existentes ao largo do Arquipélago
	Incentivo para a criação de uma memória de pesca e respectiva divulgação	Exposição da “Memória de Pesca” coletiva
	Criação de um “selo” de produtos de pesca local	Avaliação de produtos “locais”
	Reestruturação do setor	Promover o controle de qualidade
		Recuperar/remodelar ancoradouros, pontões e barras
Curto prazo	Incentivo à Pesca Desportiva de Alto Mar	Levantamento das infraestruturas existentes
	Programa de recuperação do manancial da Lagosta-Vermelha	Estudo do estado atual do manancial
		Medidas de gestão do manancial
	Incentivo para a criação de uma memória de pesca e respectiva divulgação. Papel da mulher na pesca	-
	Criação de um “selo” de produtos da pesca local	Estudo de <i>Marketing</i> para introdução destes produtos no mercado
		Distribuição com uma empresa própria

	Reestruturação do sector	Criar condições de segurança e comunicação dos arrastões de Camarão
Médio Prazo	Aumento da pesca na época alta	-
	Incentivo à pesca desportiva de alto mar	Criação de infraestrutura que complementem as existentes
	Acompanhamento da aquacultura	-
Longo Prazo	Incentivo à pesca desportiva de alto mar	Dinamização de troféus de pesca grossa

Fonte: PMC; UMA; BID (2005j, p. 15, tradução nossa).
Elaborado pelo autor.

Observa-se que não houve ações e nem medidas efetivas para a melhoria da pesca enquanto atividade econômica e nem como modo de vida. Fica claro um direcionamento para a pesca desportiva, evidenciado pela presença de ações com respectivas medidas em todos os prazos estipulados. Tal prática se alia à própria concepção de prática do turismo como âncora de desenvolvimento do município.

Fica claro, então, que a pesca é invisível enquanto modo de vida e atividade, dentro do plano de desenvolvimento, mesmo estando presente nos estudos de diagnóstico presente na elaboração do plano.

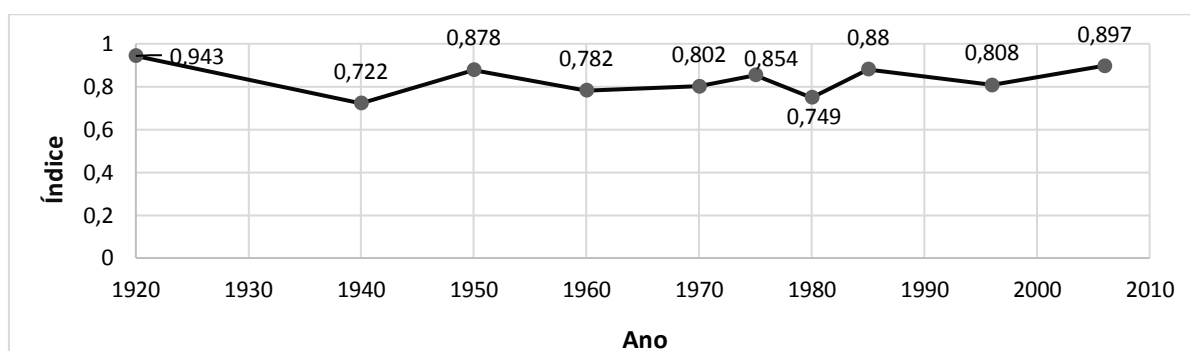
5 TENSIONAMENTOS, CONFLITOS E AMEAÇAS AO MODO DE VIDA PESQUEIRO: RESULTADO DE UM MODELO DE DESENVOLVIMENTO MUNICIPAL INSUSTENTÁVEL

Cairu é marcado pela desigualdade em seu espaço, expresso através da concentração de renda, densidade demográfica e concentração fundiária, demonstrando uma fragilidade, sobretudo do setor social, e, por consequência, dos pescadores artesanais. Esses dados por si só já revelam uma propensão à conflitualidade nesse espaço, marcando a exclusão ou marginalização de alguns setores da sociedade civil deste município, realidade já relatado por Cordel (1989).

5.1 Expressões da desigualdade e vulnerabilidade da população de Cairu

A primeira delas é a estrutura fundiária. Cairu é formado por uma estrutura fundiária desigual, o que reflete em um Índice de Gini altíssimo desde 1920 (Gráfico 2).

Gráfico 2: Gráfico do índice de Gini do município de Cairu/BA – 1920 - 2006



Fonte: Projeto GeografAR (2011). Elaborado pelo autor.

Essa realidade é dada pela quantidade de estabelecimentos agropecuários de grande porte (Tabela 3), em torno de 44 % dos 100 existentes (IBGE) espalhados por todo o espaço municipal. Essa realidade implica nas áreas ocupadas nas localidades, as quais são circundadas por grandes propriedades, gerando uma significativa densidade demográfica nas localidades, já que passam a não ter áreas para expandir as ocupações. Já em uma análise da dinâmica mais recente, observa-se que a estrutura e a forma da configuração ainda permanecem as mesmas.

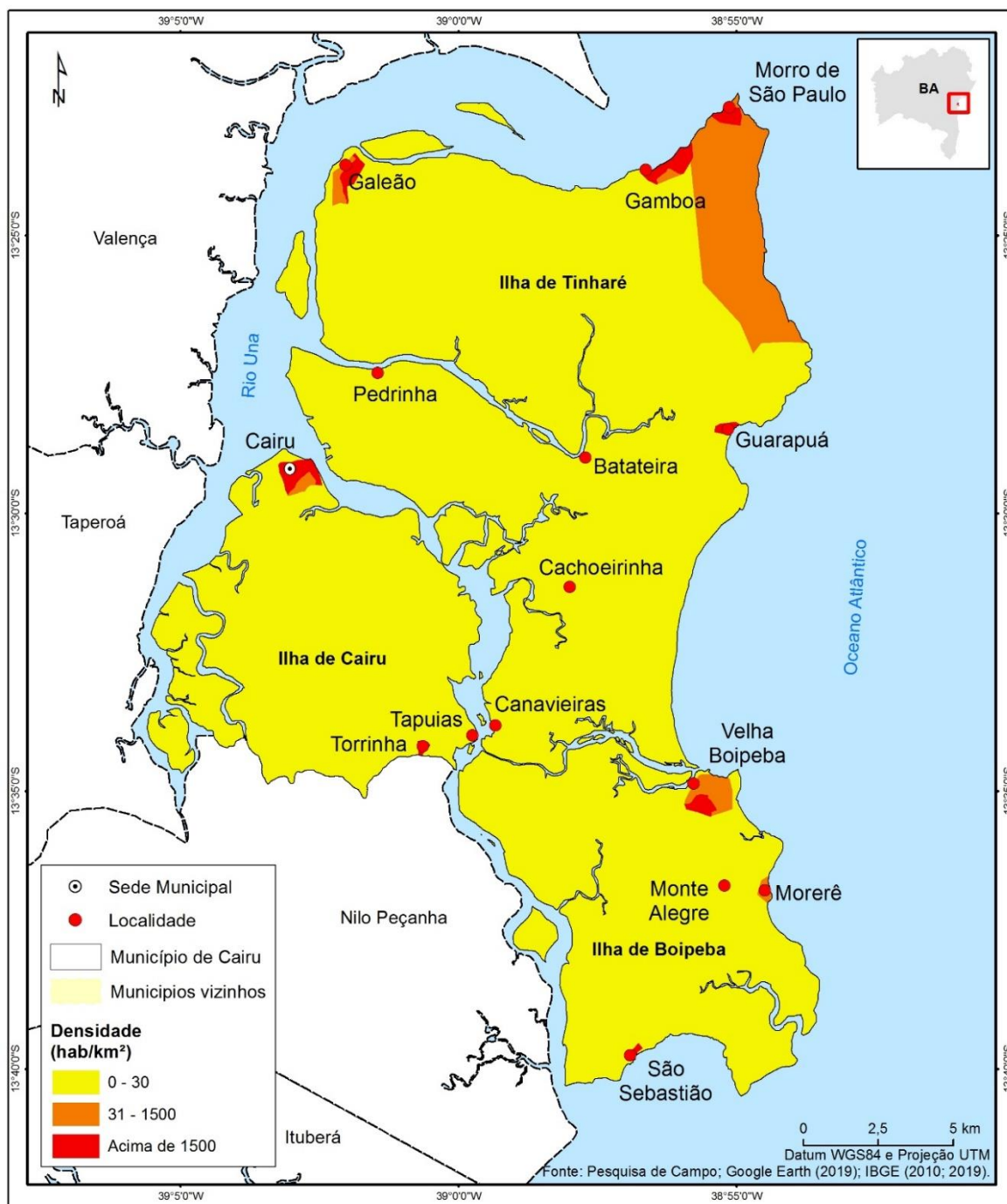
Tabela 3: Comparativo da quantidade de área dos estabelecimentos agropecuários em Cairu – 2006 e 2017

Categoria de área	Porcentagem de número de estabelecimentos	
	2006	2017
De 0 a menos de 2 ha	19	30,8
De 2 a menos de 10ha	33	11,5
De 10 a 2.500ha e mais	44	57,7
Produtor sem área	4	0
Total	100	100

Fonte: IBGE (2014; 2017). Elaborado pelo autor.

Essa realidade impacta diretamente nas formas de ocupação do espaço, as quais são reveladas pela alta densidade demográfica (Mapa 8) das localidades e vistas claramente na cotidianidade. Tal densidade é reflexo das propriedades que circundam as localidades e as impedem de expandir, promovendo um grande adensamento de construções, sobretudo próximos às praias.

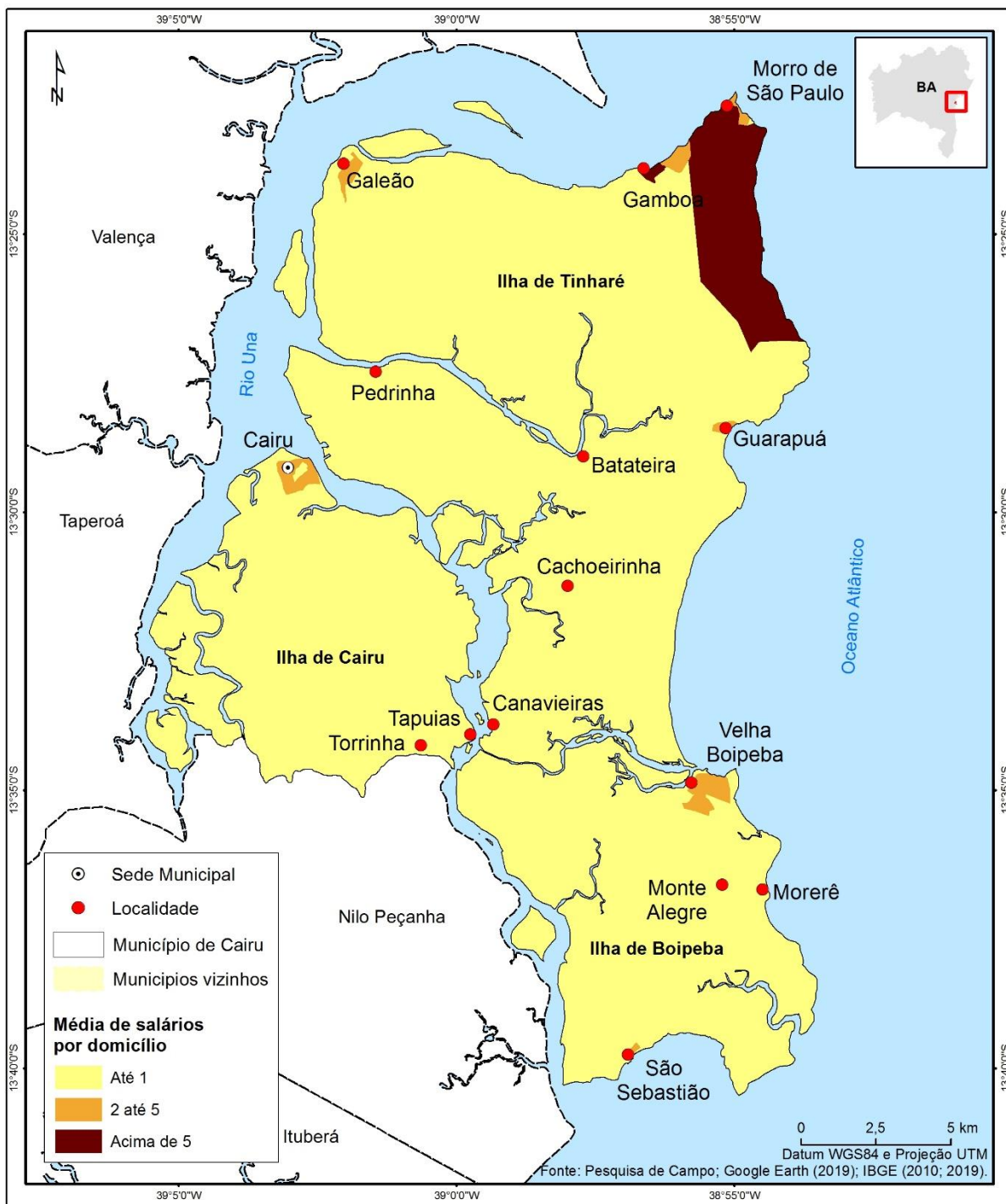
Mapa 8: Mapa de densidade demográfica do município de Cairu/BA – 2010



Fonte: IBGE (2010). Elaborado pelo autor.

Outro ponto a destacar é a desigualdade econômica presente nesses espaços. Se analisarmos a partir do nível médio de renda das localidades, pode ser percebido que as áreas possuem um bom rendimento (Mapa 9).

Mapa 9: Distribuição de renda no município de Cairu/BA – 2010



Fonte: IBGE (2010); CONDER (1998). Elaborado pelo autor.

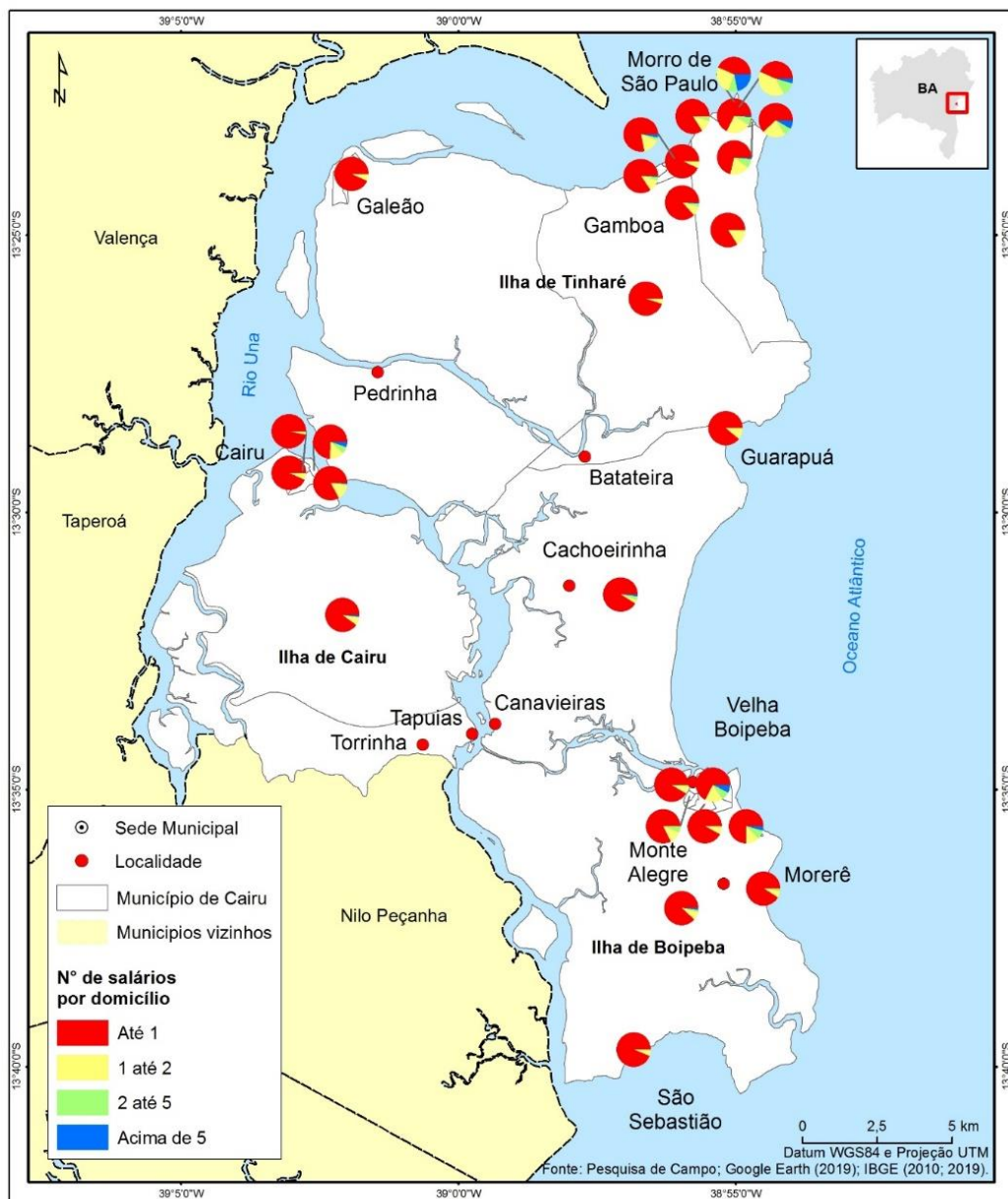
Porém, ao analisar de forma desagregada revela-se que a distribuição de renda é desigual nas localidades (Mapa 10), demonstrando localidades com grandes vulnerabilidades. Na tabela abaixo, observa-se o índice de Gini *per capita* nos últimos anos em Cairu, revelando uma desigualdade acentuada.

Tabela 4: Índice de Gini per capita do município de Cairu/BA – 1991 a 2010

ANO	Índice
1991	0,5806
2000	0,5696
2010	0,5578

Fonte: IBGE (1991; 2000; 2010) apud DATASUS (2017).

Mapa 10 Distribuição de renda no município de Cairu/BA – 2010



Fonte: IBGE,2010; CONDER, 1998. Elaborado pelo autor.

O panorama revelado no mapa anterior é demonstrado também na tabela abaixo, o qual revela que até o ano de 2010, Cairu tem um histórico de um grande contingente populacional com baixo rendimento.

Tabela 5: Porcentagem população com renda menor que $\frac{1}{2}$ salário mínimo no município de Cairu/BA – 1991 a 2010

ANO	%
1991	96,94
2000	81,95
2010	61,73

Fonte: IBGE (1991; 2000; 2010) apud DATASUS (2017).

Essa realidade de desigualdade é um dos elementos tidos como resultado da inserção dessa população no mercado de trabalho, no qual a informalidade, não valorizada, sobretudo a partir das atividades rurais que não são contadas como formais (invisíveis aos levantamentos estatísticos), são, em sua maioria, fonte de renda principal para as populações.

Tabela 6: Pessoas ocupadas na semana de referência que exerciam o trabalho principal no município de Cairu/BA - 2011

GRUPOS DE ATIVIDADES ECONÔMICAS	PESSOAS OCUPADAS	
	ABSOLUTO	RELATIVO
Administração pública, defesa e seguridade social	330	5,05
Água, esgoto, atividades de gestão de resíduos e descontaminação	30	0,46
Artes, cultura, esporte e recreação	45	0,69
Alojamento e alimentação	1.346	20,58
Agricultura, pecuária, produção florestal, pesca e aquicultura	1.413	21,60
Atividades financeiras, de seguros e serviços relacionados	8	0,12

Atividades administrativas e serviços complementares	335	5,12
Atividades imobiliárias	5	0,08
Atividades mal especificadas	742	11,34
Atividades profissionais, científicas e técnicas	11	0,17
Comércio, reparação de veículos automotores e motocicletas	626	9,57
Construção	517	7,90
Educação	271	4,14
Eletricidade e gás	6	0,09
Indústrias de transformação	148	2,26
Informação e comunicação	21	0,32
Outras atividades de serviços	119	1,82
Saúde humana e serviços sociais	92	1,41
Serviços domésticos	333	5,09
Transporte, armazenagem e correio	143	2,19

Fonte: IBGE, 2014. Elaborado pelo autor.

As atividades econômicas associadas à agropecuária municipal, classificadas como formais, estarão associadas às vagas empregatícias nos estabelecimentos agropecuários. A população inserida na categoria “Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca”, exemplo dado na tabela 7, está concentrada como funcionários das fazendas, ou agricultores familiares ou pescadores. Tal realidade de levantamento estatístico, passa a expressar um baixo contingente de trabalhadores rurais, mascarando a realidade municipal.

Tabela 7: Número de pessoas ocupando mercado de trabalho formal em Cairu/BA – 2006-2011

SETOR DE ATIVIDADE ECONÔMICA	ANOS					
	2006	2007	2008	2009	2010	2011
Industria de transformação	2	3	-	6	8	10
Serviços industriais de utilidade pública	-	-	-	8	-	138
Construção civil	2	-	6	3	63	7

Comércio	116	127	150	189	203	216
Serviços	541	578	619	771	885	922
Administração pública	392	422	656	426	485	647
Agropecuária, extrativa vegetal, caça e pesca	62	53	76	80	89	92

Fonte: SEI (2014, 2011). Adaptado pelo autor.

A pesca será desenvolvida em todos os ambientes naturais do Município, para se ter ideia, em termos quantitativos, Cairu, antes do plano estratégico, tinha um quantitativo de 2.196 pescadores cadastrados como registro de pesca. Ou seja, superando os dados oficiais de emprego formal e ocupação destinado à área de agricultura, pesca, produção florestal e aquicultura, no ano de 2010, expressando que as atividades rurais do município, sobretudo as pesqueiras, são de grande importância cultural e econômica no âmbito municipal, mas invisíveis nos estatísticos.

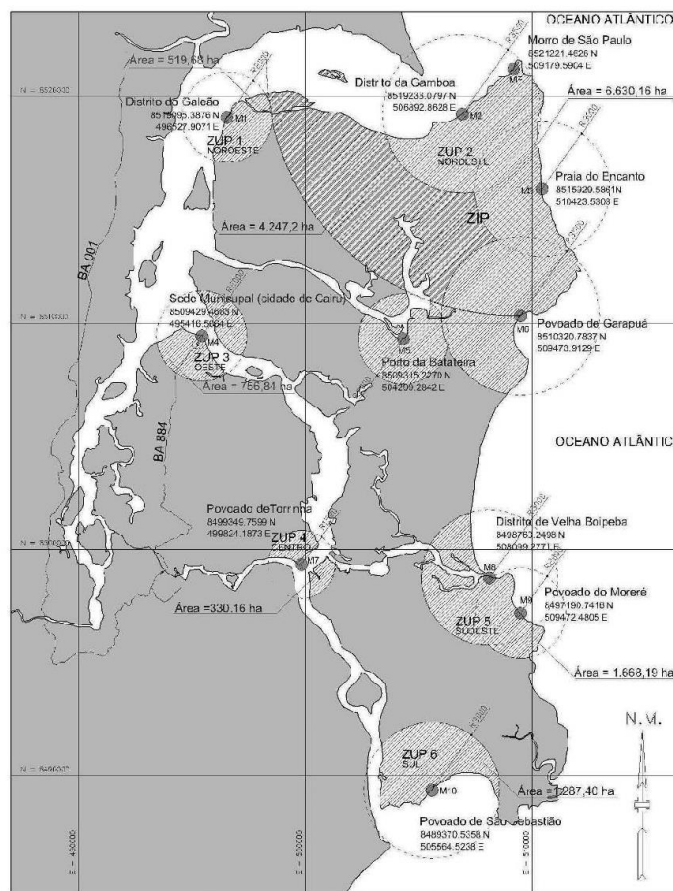
5.2 Dinâmica indutora de desenvolvimento e relação com o modo de vida pesqueiro

Desde a elaboração e divulgação do Plano Cairu 2030, já era expresso qual projeto de desenvolvimento estava se tratando e que o poder público tinha como base as âncoras de promoção de desenvolvimento e o crescimento econômico. Com a adoção do Plano Estratégico, essa dinâmica de situação de desigualdade deveria ser sanada. Porém, ao longo dos 10 anos de execução do Plano, as localidades que compõem o município passaram por algumas poucas transformações em suas infraestruturas, ações efetivas de melhoria da qualidade de vida e respeito às existências.

De fato, o município se configurou como empresa, tomando como base a visão urbana industrial para a construção e execução de um plano visando um desenvolvimento sustentável. Essa configuração fica clara nas formas de transformação do espaço cairuense nos últimos 10 anos, expressando claramente que o turismo é a âncora principal e direcionadora de investimentos e transformações na escala municipal.

Essa visão urbana está não somente na presença do PDDU como documento direcionador das transformações espaciais, mas também no estabelecimento do Plano Estratégico de zonas prioritárias para urbanização (Figura 13). Tais zonas são raios de influência em todas as localidades do município, seja urbana ou rural. Fica evidenciado, assim, que tal modelo invisibiliza os espaços rurais, que por consequência não são reconhecidos como lugares de vida e trabalho.

Figura 13: Zonas prioritárias para urbanização, segundo Plano Cairu 2030



LEGENDA:

- ZUP - ZONA DE URBANIZAÇÃO PRIORITÁRIA (ÁREA DE EXPANSÃO CONTROLADA)
- ZIP - ZONA DE INFRAESTRUTURAÇÃO PRIORITÁRIA (ÁREA DE CONCENTRAÇÃO POPULACIONAL)

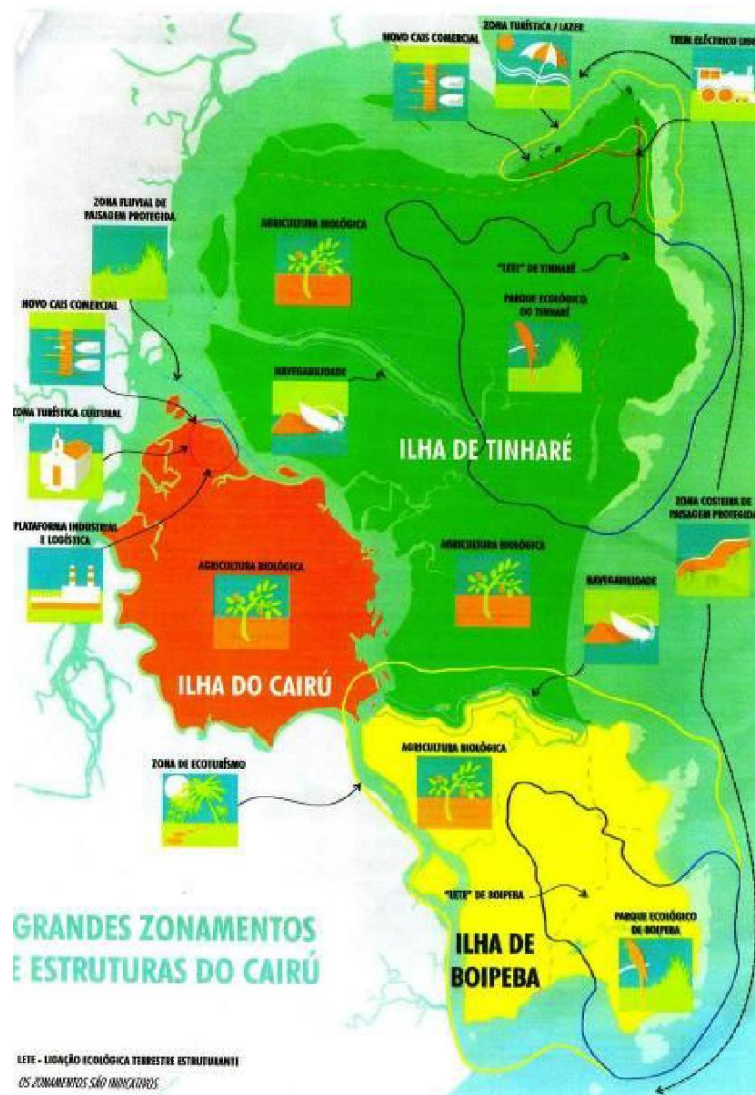
NOME DE CADA ZUP COM RESPECTIVAS DENSIDADES POPULACIONAIS (HABITANTE POR HECTARE)

- ZUP 1 - NOROESTE / GALEÃO (2,08)
- ZUP 2 - NORDESTE / MORRO DE SÃO PAULO (1,05)
- ZUP 3 - OESTE / CAIRU (2,99)
- ZUP 4 - CENTRO / TORRINHA (0,55)
- ZUP 5 - SUDESTE / BOIPEBA (1,29)
- ZUP 6 - SUL / SÃO SEBASTIÃO (0,47)

Fonte: Luz Neto (2013, p. 10).

A invisibilização dos espaços rurais como lugar de trabalho e vida pode ser apreendida no zoneamento estrutural (Figura 14) presente no Plano Cairu 2030, que expressa a importância e o grau de influência que o turismo tem para o modelo proposto.

Figura 14: Mapa de grandes zoneamentos estruturais, segundo o Plano Cairu 2030



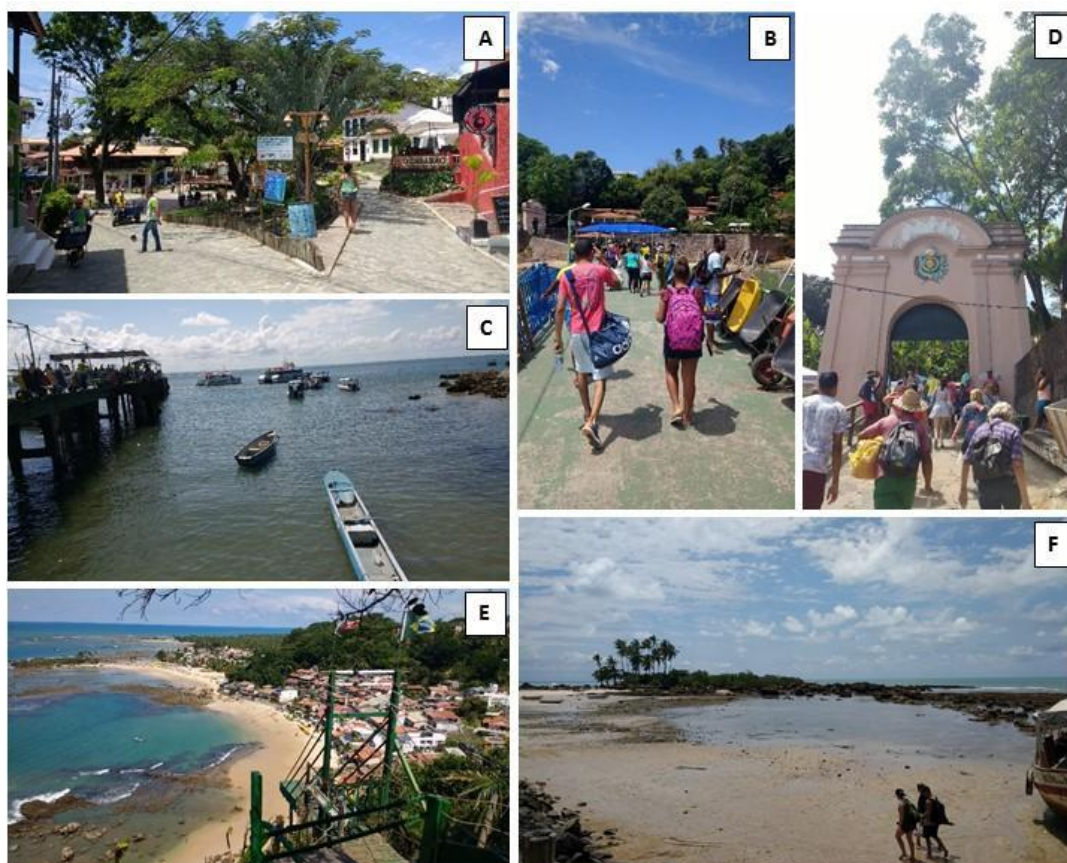
Fonte: Luz Neto (2013, p.10). M

Assim, o turismo se expressa de diversas maneiras nas localidades de Cairu. Tal atividade é mais expressiva nas localidades de Boipeba e Morro de São Paulo, destinos conhecidos internacionalmente e com uma infraestrutura turística consolidada, compostos por um conjunto de pousadas, hotéis, restaurantes, agências de viagem e passeios, casa de câmbio, e rede de transporte terrestre local. É dessas

localidades que saem a maioria dos passeios que visitam as outras localidades de Cairu.

A pesca se camufla em meio à dinâmica de movimentação advinda da atividade turística durante o dia e noite, sendo vista em momentos escassos ou na presença de embarcações no litoral. Observou-se que boa parte desse segmento populacional não mora próximo à praia, situam-se nas áreas mais interiores da localidade. Convivem com pouca infraestrutura e situações de vulnerabilidade.

Figura 15: Relação entre a pesca e turismo em Morro de São Paulo – Cairu/BA



Legenda: (A) Praça principal de Morro de São Paulo. (B) Desembarque de Turistas. (C) Canoa tradicional de pescadores ao lado do terminal de atracação de embarcações de Morro de São Paulo. (D) Entrada de turistas em Morro de São Paulo. (E) Vista panorâmica da primeira praia de Morro de São Paulo e ocupação. (F) Vista da segunda praia com turistas e embarcação utilizada não somente para pesca, mas para carreto.

Fonte: Acervo do autor (2018;2019).

As localidades de Gamboa e Moreré são secundárias ao turismo de Morro de São Paulo e Boipeba, devido à localização próxima e ao conjunto de equipamentos turísticos já estabelecido. Moreré, configurada por uma comunidade basicamente formada por moradores pescadores, interage com a alta circulação de turistas que

procuram refúgio em suas diversas pousadas ou recebem visitantes vindos de passeios para conhecerem seus corais.

Figura 16: Relação entre a pesca e turismo em Moreré – Cairu/BA



Legenda: (A) Tratores e motos utilizados para transporte de turistas. (B) Convívio entre trabalhadores do transporte turístico e pescadores. (C) Chegada de grupo de turistas vindo de Boipeba. (D) Rua principal e sua infraestrutura.
 Fonte: Acervo do autor (2018; 2019).

Gamboá é uma localidade populosa e heterogênea, e por estar maritidamente no caminho entre Valença e Morro de São Paulo, e localizada ao lado de Morro, convive com o grande fluxo de pessoas e expansão da ocupação espacial. No ponto de vista de infraestrutura turística, conta com restaurantes, pousadas, lojas e hotéis, e obras de urbanização na área próxima ao litoral, construídas para atender à demanda turística.

Os pescadores são encontrados no litoral nos mais diversos lugares da localidade, exercendo suas atividades auxiliares da pesca, como o tratar dos peixes (Figura 20), assim como manutenção de petrechos. Sua grande maioria passou a

ocupar outras áreas da localidade, distanciando da proximidade do litoral, agora ocupada pela parte “comercial” da localidade.

Figura 17: Relação entre a pesca e turismo em Gamboa – Cairu/BA



Legenda: (A) Litoral de Gamboa e embarcações ancoradas. (B) Pescadores limpando peixes na beira do mar, após pescaria. (C) Vista do litoral ao lado da ponte e empreendimentos turísticos. (D) Rua principal e sua infraestrutura.

Fonte: Acervo do autor (2015; 2019).

Já as localidades de Galeão, São Sebastião (Cova da Onça) e Garapuá têm características como ponto de apoio às rotas turísticas, recebendo poucos turistas para permanência. Todas elas, predominantemente configuradas como vila de pescadores. São Sebastião conta apenas com 1 pousada e alguns restaurantes que dependem da chegada de lanchas de passeio vindas de outras localidades.

Cova da Onça não conta com ampla infraestrutura para a população e nem para permanência de turistas, reafirmando sua posição apenas como ponto de apoio a passeios. Com isso, as atividades econômicas estão centradas na pesca e suas atividades auxiliares.

Figura 18: Relação entre a pesca e turismo em São Sebastião – Cairu/BA



Legenda: (A) Restaurante. (B) Petrechos no barramar da localidade. (C) Presença de embarcações na enseada da localidade utilizadas para pesca. (D) Peixe secando no quintal de casa de pescador.
Fonte: Acervo do autor (2017; 2018; 2019).

Próximo a São Sebastião localiza-se um ponto turístico bastante visitado por turistas: Ponta dos Castelhanos. Tal local é utilizado como destino de passeios e conta com algumas barracas de praia de moradores de São Sebastião.

Figura 19: Barracas situadas em Ponta dos Castelhanos – Cairu/BA

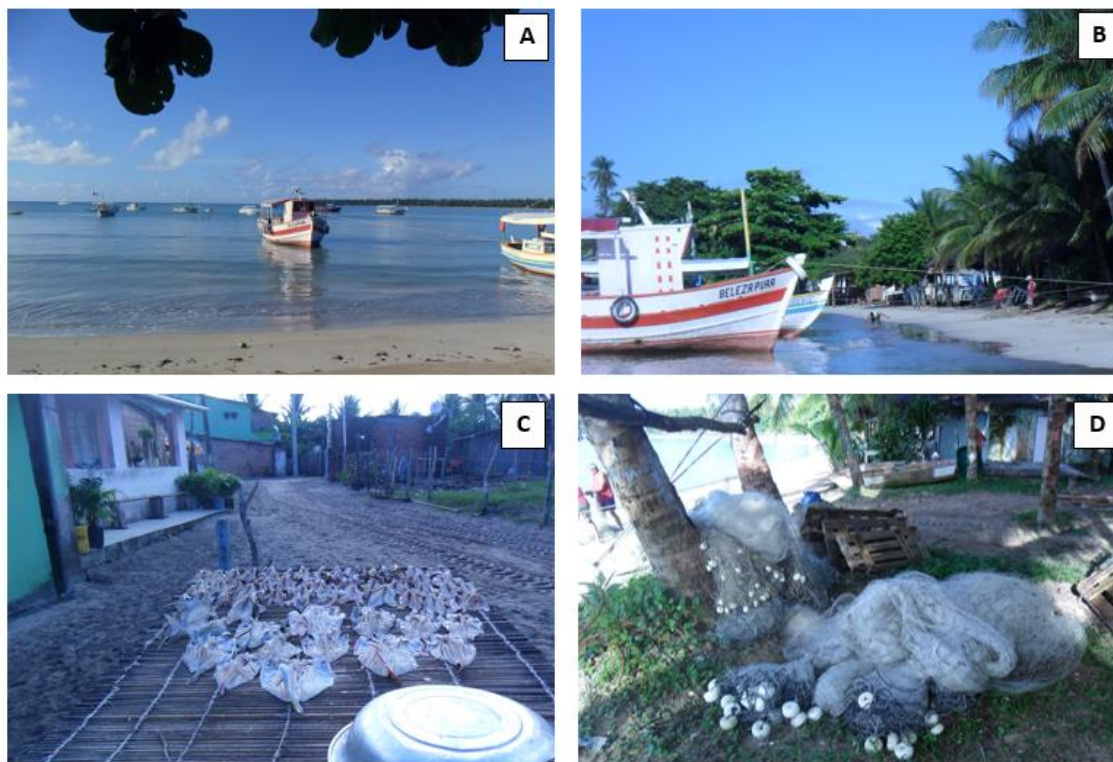


Fonte: Acervo do autor (2019).

Em Garapúá não é diferente, as atividades turísticas são desenvolvidas de forma similar a São Sebastião, mas tem fortes traços de turismo de segunda residência, que se concentram²⁶ na orla da localidade.

²⁶ A forma de ocupação espacial dessa comunidade se dá na parte interior, longe da praia.

Figura 20: Relação entre a pesca e turismo em Garapuá – Cairu/BA



Legenda: (A; B) Presença de grandes embarcações utilizadas para pesca. (C) Peixe secando na porta de casa de pescador. (D) Petrechos armazenado no litoral da localidade.
 Fonte: Acervo do autor (2014; 2016).

Além das localidades relatadas, existem outras que não estão na rota do turismo e recebem poucos investimentos por parte da prefeitura, demonstrando claramente que os investimentos estão associados à exploração do turismo. Pelo contrário, passam por processos de conflitos territoriais devido ao fato de seus territórios estarem em áreas de grande interesse por estabelecimentos agropecuários, como as localidades de Batateira e Torrinhas, por exemplo.

Na medida em que turismo foi se estabelecendo, transformações ocorreram em diversas escalas e setores no município, atingindo diretamente e indiretamente aos pescadores e suas famílias. Em todas essas localidades relatadas aqui há pescadores inseridos nessa dinâmica. Tal grupamento de indivíduos vai desenvolver seus modos de vida em forma de tensionamentos frente aos desdobramentos causados pela atividade vetor de desenvolvimento e reflexo do Plano Estratégico. Os modos de vida se apresentam como parte de um cenário ou são invisíveis a essa dinâmica criada para atender à demanda externa.

5.3 O modo de vida pescueiro tensionado

Pode-se perceber que o espaço de Cairu torna-se propenso à configuração de um espaço baseado em tensionamentos causados por situações de conflitualidade geradas e que ameaçam os modos de viver da comunidade pescueira. Tais tensionamentos estão ligados aos diversos usos da pesca, às situações de invisibilização do modo de vida pescueiro, subalternizado ao turismo como viés principal de indução ao desenvolvimento.

Essa realidade conflitante que se configura no espaço costeiro de Cairu não é uma realidade incomum, pois semelhante acontece em outros trechos do espaço costeiro. Assim, essa realidade se alinha com a existente na costa oceânica do Estado da Bahia, configurada por conflitos que envolvem pescadores artesanais e diversas atividades econômicas desenvolvidas nessas áreas (Figura 21). Tais conflitos têm como centralidade as atividades econômicas ligadas à indústria, como as automobilísticas, química, turística.

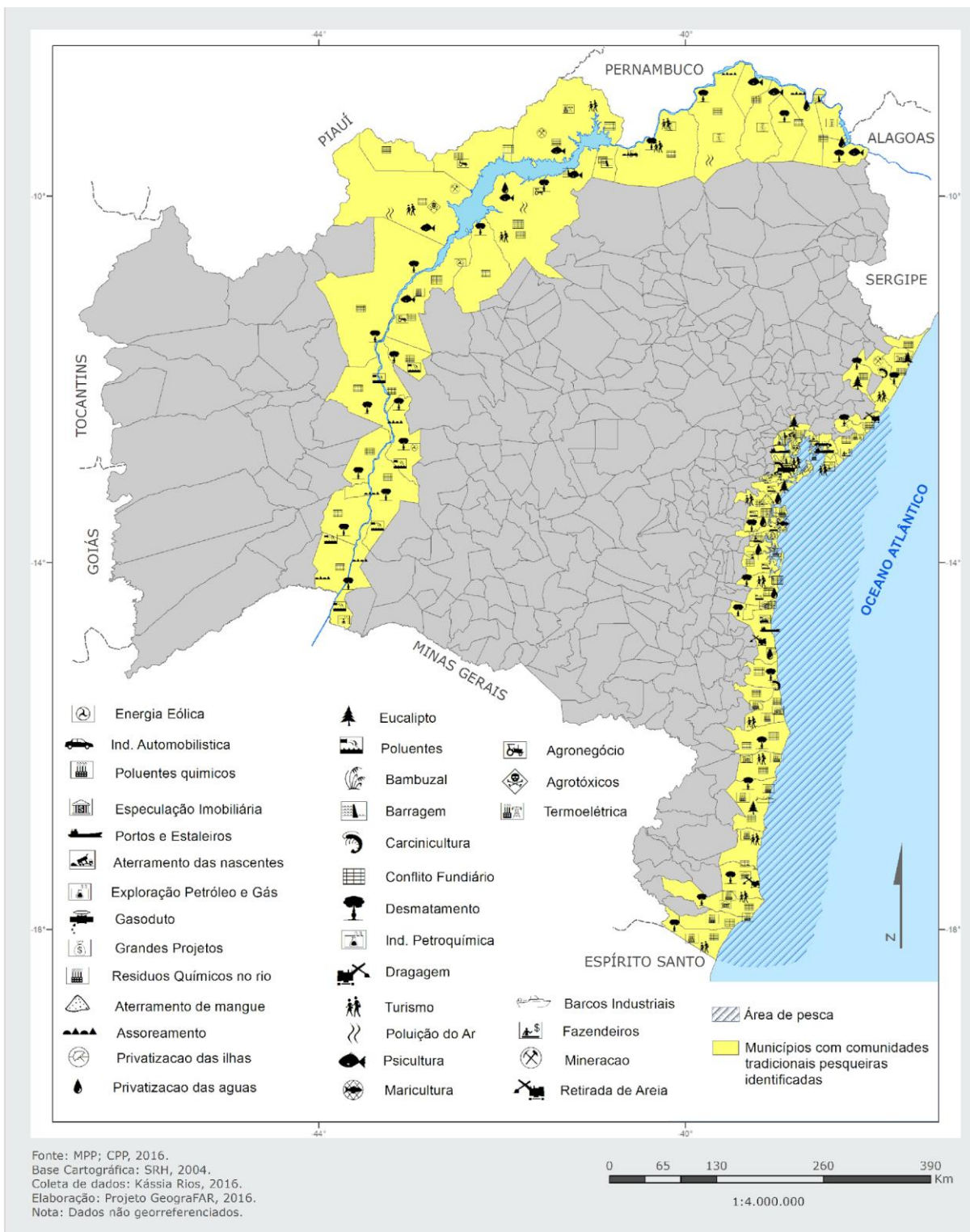
Observa-se que essas atividades estão alinhadas com o próprio modelo de desenvolvimento voltado para essas áreas, com atividades econômicas de interesses local, estadual e federal.

No caso de Cairu, os conflitos estarão baseados na exploração turística, que engloba especulação imobiliária associada à chegada de veranistas de segunda residência, novos moradores, turistas de curto período, festas temáticas e expansão de empreendimentos turísticos; exploração petrolífera, pesca irregular, todos inseridos no contexto do modelo de desenvolvimento em vigor e suas aplicações.

Logo, Cairu alinha-se, sob conflitos, ao modelo de desenvolvimento voltado para os espaços costeiros já relatado neste trabalho²⁷, tendo o turismo como vetor principal. Com isso, nos últimos anos, houve crescimento da oferta de equipamentos turísticos, que expandiram pelo espaço do município atrelado aos investimentos por parte da prefeitura.

²⁷Têm-se como vetores principais de desenvolvimento as atividades ligadas à industrialização (petróleo, gás, complexos industriais e portuários), exploração turística e imobiliária (implantação de loteamentos, condomínios verticais e horizontais para fins de segunda residência, grandes empreendimentos turísticos) e maricultura (em especial a carcinicultura) (MMA, 2002).

Figura 21: Conflitos em comunidades tradicionais de pescadores (as) artesanais na Bahia - 2016



Fonte: Projeto GeografAR (2014).

Diegues afirma, em seus trabalhos (2001, 2000), a figura do pescador como emblemática desses espaços e apropriados para compor um imaginário turístico.

Pode ser encontrado, por exemplo, em uma publicação vinculada ao Plano Cairu 2030:

O Arquipélago de Tinharé tem cerca de 450 Km² (quatrocentos e cinquenta quilômetros quadrados) de área total, 49 Km (quarenta e nove quilômetros) de preciosa costa oceânica, uma contracosta com belas paisagens dos canais internos e uma população residente de 14.000 (catorze mil) habitantes (Censo de 2007). A imagem sobre este espaço geográfico precisa considerar, também, que os apelos naturais integram ecossistemas estuarinos e atlânticos em contexto geológico frágil com notável biodiversidade. Há, por certo, **o charme das comunidades autênticas**, a construção naval artesanal e os apelos do *water front* (potencial náutico). (LUZ NETO, 2010, p. 7, grifo nosso)

Mas ao mesmo tempo em que compõe esse imaginário, gera tensionamentos, como em Boipeba, relatado por Alencar (2011):

Entre pescadores e marisqueiras, registra-se a percepção de que ‘a maior parte dos que vem pra cá só trazem pesadelo para aqui’; muda a qualidade das relações, do momento em que chegam os de fora para se instalar, quando o nativo ou morador estabelecido é considerado importante, para o momento em que, já estando instalados, os de fora secundarizam ou até hostilizam os estabelecidos, que, não dispendo de acumulação inicial de capital, ficam subalternizados na dinâmica econômica e social local. (ALENCAR, 2011, p. 161-162)

A autora ainda destaca a fala de um pescador ao relatar os tensionamentos existentes entre eles e os turistas que visitam Boipeba:

[...] quase um mês sem trabalhar. Porque quem já chegou se instalou aí, antes de se instalar é uma maravilha. [...] depois que se instala o nativo é visto como um plano B. [...] Aqui quem está dominando são os turistas. [...] Aí, não pode falar alto se vai num caruruzinho, ou quando a gente vai trabalhar no loteamento; eles não procuram o encarregado do trabalho ou o trabalhador que está ali, pra resolver o problema entrando num acordo, para [...] resolver sem ter que parar o trabalho. Mas, não, o que está acontecendo é que eles dizem que se não parar vai chamar a polícia. É essa a maneira. Está certo? [...] vai chamar a polícia, a gente entende que como ele quer é guerra vai ter guerra. [...] diz que vai chamar a polícia a gente fica como se fosse bandido. E se acontecer de vir a polícia? [...] A maioria deles faz assim. [...] tem os crentes deles que de 12, 1 até 2 horas da manhã, mas da zoadá deles ninguém fala nada. Quando a gente vai começar a trabalhar pra ganhar o pão aí está falando que não pode. [...] seis horas da manhã não pode. É que o transporte daqui é carroça. Seis horas da manhã tem que sair pra trabalhar porque tem que pegar carroça. [...] Começa na hora que eles querem e se estende até a hora que ele acha que deve trabalhar. [...] Aí na hora que a pousada tá pronta, entendeu, se eu precisar trabalhar aqui, quebrar uma parede minha [...] não pode. Ou seja, a gente vai acordar os clientes dele. Ele quem determina o horário. [...] O dele já está pronto. A coisa está braba aqui. (OFICINA 1, 2010) (ALENCAR, 2011, p. 162)

Tais destaques acima demonstram a apropriação da figura do pescador enquanto objeto que compõe o cenário de paraíso perdido longe das metrópoles, e sua invisibilização enquanto modo de vida e atividade econômica. Percebe-se um claro tensionamento entre pesca e turismo com desdobramentos diretos a essas

populações. Alencar (2011) aponta a reconfiguração da ruralidade existente na ilha de Boipeba, provocada pelo turismo e exploração de petróleo e gás.

Outro ponto de tensionamento ao modo de vida pescador e o turismo é o aumento do trânsito de embarcação turística nas áreas próximas aos pescadores, gerando, nos últimos anos, a desativação de pontos importantes de pesca local. Essa desativação se dá pelo fato de as embarcações, em alta velocidade, afugentarem os peixes da costa e dos pontos em alto mar. Além disso, vem gerando riscos de pequenos acidentes a pescadores de diversas artes, como os mergulhadores, por exemplo. Outro aspecto identificado são os constantes danos aos petrechos utilizados por pescadores, como relatam:

Existe. Pelo desenvolvimento do turismo. O turismo cresceu demais aqui, tou dizendo aqui Morro de São Paulo, [...] e o movimento que tem das pousadas da praia do encanto hoje, era a área que mais dava peixe da manjuba, se chama o carapitangui [...] daqui, para lá de barco, nessa canoa a motor é 20 minutos, 25 minutos ou 30 minutos. Agente pescava direto lá, então lá dava muito cabeçudo, charel, guaricema, sororoca, esses peixes. Hoje não dá, porque quando a gente está na manjuba, que o peixe tá querendo chegar daqui a pouco chega 2, 3 lanchas rápida, por cima da manjuba, mata algumas manjuba, o peixe grande que tava querendo vim pra terra, vai embora, vai de barra fora de novo. Aí eles vêm e pega os passageiros naquelas praias e vai fazer a volta a ilha. Aí a gente fica lá o dia todo com 7, 8, 10 homens, pais de família, sem poder matar o peixe. E naquele tempo não, meu amigo, você chegava lá não tinha esses movimentos que impedisse o pescador do calão. Quando dizia a manjuba tá aí, era certeza de 200, 300, 500, 1000 quilos de peixe, que eu já vi chegar. E hoje não tem. É só a pesca? Não! É a exploração muito de um lado e muito de outro, porque hoje o turismo causa danos, tem o interesse do turista, e os donos de lancha têm direito de ganhar na volta a ilha. Ali ó! Tá vendo aquela balsa lá? [...] Ali é um pescador que nunca mais a gente pode pescar. Agora por quê? Porque do turista, que no caso chega na balsa ali, 10, 12 lancha, 10, 12 lancha não, 30 lancha. Entendeu? Aí pronto, ali pinauna, que o lugar se chama pinauna, onde a gente pescava. Quando os turistas chegam com a lancha, os turistas não, quando o pessoal chega com as lanchas, aí o peixe não fica ali não. A gente já matou muita bicuda ali, peixe galo, nunca mais, tem uns 5 a 6 anos, que nunca mais pegamos um peixe ali. A gente pode até ir pescar, mais o peixe não vem, porque do movimento. Se a gente está num lugar e o movimento já incomoda a gente, imagine um peixe de fundo? (Pescador residente em Garapuá, 2015).

Para os pescadores que utilizam pesqueiros longe da costa, os tensionamentos estão ligados à exploração do mar por parte das grandes embarcações de outros municípios, sobretudo embarcações de pesca profissional, indo de encontro aos princípios de solidariedade e baixo impacto ambiental que caracterizam essa atividade no município. Além disso, relatos indicaram o aumento do número de pescadores em suas diversas formas de pescar e, proporcionalmente, uma diminuição do pescado.

Garapuá, quando eu cheguei praqui (aproximadamente 36 anos), o pescador ele saía daqui para lá pro sul, pro arrecife de lá, [...] você olha daqui pra lá você via 3, 4 pessoas pescando, [...] numa maré dessas ninguém queria ir lá. Hoje, quando é maré boa, quando você olha lá para o sul você vê 30, 40, 50 pessoas na mesma área de pesca. Olha para cá, tem 100, cento e tantos que não tinham, vem gente do Morro, vem gente de Gamboa tudo aqui para o arrecife, antes sempre em pequena quantidade, hoje [...] Se da Gamboa naquela época vinha 10, hoje vêm 50, 60, para aquela mesma área. Então, o povo na verdade continua aquela quantidade, mas o número de gente cresceu, é sinal que a pesca tem que falhar. Porque o número de gente é muito alto. Não é só o pescador sumindo porque não tem, mais também é o número de gente que tá subindo demais. (Pescador residente em Garapuá,, 2015).

A grande distância percorrida no mar para conseguir pescado são relatos constantes nos últimos anos, associado ao número de embarcações (pesca ou turística) circulando no mar, como já relatado, mas também um aumento da quantidade de pescadores. Isto cria dificuldades, pois os pescadores locais não detêm instrumentos e embarcações que possibilitem autonomia para grandes distâncias no mar. O relato de aumento de exploração deixa claro que a atividade ainda é fonte de renda para a população local e que as possíveis possibilidades de ganhos econômicos advindos do turismo não alcançaram a boa parte desses indivíduos.

Outro ponto em destaque para tensionamentos e transformação dos modos de vida frente às modificações do município são os deslocamentos no mar, que passam por adaptações devido a algumas mudanças nas marcações de terra²⁸, sobretudo com o avanço das construções e desmatamento, e a não utilização de ferramentas tecnológicas pelos pescadores, provocando adaptações nas formas de se guiarem no mar.

A especulação imobiliária se mostra presente nessas localidades, sobretudo as próximas a Morro de São Paulo e a Boipeba. Em decorrência disso, formas de ocupação de algumas localidades também mudaram, ocorrendo uma interiorização dos pescadores e moradores locais para áreas mais distantes do fluxo turístico, como já ocorreu em Morro de São Paulo e Gamboa.

²⁸ Técnica tradicional de posicionamento no mar através a visualização de elementos naturais ou construído no continente, facilitando o deslocamento seguro das embarcações dos pescadores artesanais.

Figura 22: Entrada do condomínio em construção na localidade de Morro de São Paulo – Cairu/BA



Fonte: Pesquisa de Campo (2018).

Outro elemento gerador de tensionamento está na expansão espacial da atividade turística e a implantação de um empreendimento turístico na metade da ilha de Boipeba, local, segundo o zoneamento do Plano Estratégico, destinado à conservação da natureza. O projeto de um empreendimento hoteleiro mostra que o mesmo circundará a localidade de São Sebastião e tomará boa parte da ilha de Boipeba.

Figura 23: Área e organização do empreendimento em relação São Sebastião



Fonte: Disponível em: http://www.unaarquitetos.com.br/site/projetos/desenhos/32/plano_ponta_dos_castelhanos#. Acesso em: 25 jun. 2014. Modificado pelo autor.

O empreendimento, que será construído em uma propriedade rural, terá 1.651ha e está em processo de licenciamento ambiental visando construir:

[...] área com 69 lotes para implantação de residências fixas e de veraneio; área no Morro das Mangabas para implantação de 32 casas; área para implantação de duas pousadas com 3.500 m² e mais 25 casas assistidas e operadas por cada unidade hoteleira, totalizando 50 casas; sistema de abastecimento de água e rede de energia; caminhos internos; parque de lazer de uso comum; píer e infraestrutura náutica; aeródromo; área com espaço para implantação de campo de golfe; Reserva Florestal Legal Mangaba, com 346,54 ha, protegendo floresta atlântica, campos de mangaba e outros habitats, a ser gerenciada pelo empreendedor para proteção dos ecossistemas e manejo de mangaba e outras plantas; Habitat de desova de tartarugas marinhas na praia dos Castelhanos, atualmente manejado e protegido pelo empreendedor, operando de acordo com instruções do ICMBio/Projeto TAMAR. (GRAEL, 2014, p. 2)

Observa-se que a comunidade de São Sebastião será impactada diretamente, passando, desde já, a ter sua dinâmica ameaçada, bem como a reprodução de suas atividades profissionais, já que o empreendimento irá provocar mudanças em terra e em alto mar. Foram então apontadas ameaças que tal empreendimento, juntamente com o aumento do fluxo do turismo, poderá causar à localidade.

O primeiro deles é o fluxo intenso de embarcações na enseada local, onde são desenvolvidas diversas artes de pesca, dentre tantas, a prática da pesca de mergulho. Para os pescadores, a rota de embarcações (previstas em mais de 200 viagens diárias) constantes serão capazes de afugentar as espécies de peixes e crustáceos da região, bem como provocar acidentes nas áreas de mergulho de apneia, realizado por alguns pescadores locais.

Outro problema levantado é o possível aumento de construções em áreas de mangue e nas áreas das matas, diminuindo a biodiversidade marinha e terrestre. As futuras construções poderão também retirar as marcas de terra utilizadas para o posicionamento dos pescadores. Outra ameaça é o aumento da incidência de luz nas praias, afugentando peixes de hábitos noturnos.

O empreendimento visa gerar empregos com carteira assinada a alguns moradores locais. Porém, o que pôde ser verificado é que os pescadores ficarão à margem dessas vagas devido à falta de qualificação. Outro ponto levantado é a opção por não mudar de profissão, já que a pesca lhes proporciona renda e qualidade de vida. Segundo os pescadores, uma jornada de trabalho diário de 8 horas em um emprego formal não irá lhe proporcionar qualidade de vida e nem aumento de renda,

já que eles podem ter a mesma renda trabalhando em um período curto e com horários flexíveis enquanto trabalhadores do mar.

Também irá gerar aumento da exploração do meio ambiente local (caso os empreendedores absorvam a produção local), por parte dos pescadores para atender à demanda dos empreendimentos. O aumento do fluxo de pessoas também irá trazer mudanças na localidade, deixando de ser um local com baixo fluxo de pessoas externas.

Outro ponto levantado é a obstrução das trilhas que dão acesso aos pesqueiros, utilizados secularmente pelos pescadores. Tais obstruções passarão a retirar o direito de ir e vir e de exploração do espaço por parte dos pescadores. Vale ressaltar que atualmente já existem conflitos por parte de proibições de comércio em umas das praias que circundam a localidade em detrimento ao fluxo turístico externo.

Essa realidade aqui relatada revela a diferença da ação planejadora do Estado *versus* as formas de viver das populações. Observa-se que impõe desafios ao ser pescador nos dias atuais, frente à busca pelo moderno deslegitimador de tudo o que não está inserido nessa perspectiva. Indivíduos esses que vivem uma temporalidade distinta, e demonstram que querem permanecer nessa temporalidade. Devemos, assim, entendê-lo como parte inserida em um processo maior, e como se estabelecem esses processos dos quais retiram ou não dão as condições mínimas para garantia de sua sobrevivência e reprodução cultural, social e econômica.

Um modo de existir que é invisível em vários aspectos, até mesmo no processo de visibilidade como atividade econômica da extração de peixes e abastecimento alimentar, que não é contabilizado e nem gera estatísticas, torna na perspectiva da inércia econômica que justificou o PE Cairu 2030, mera expressão de falta de opção de sobreviver, o que fundamenta tomadas de decisões que se legitimam pelo entendimento de que qualquer outra atividade econômica pode substituir. Mas, observa-se que o ser pescador é realidade, e está presente em todas as formas nas localidades; são fonte de renda; produziram esses espaços durante anos e ainda produzem.

Estamos falando de como se deu, como está posto e como reverbera nos modos de vida e na cotidianidade desses espaços e de seus indivíduos a forma como é visto e executado o modelo de desenvolvimento proposto pelo PE Cairu 2030.

Claramente, observa-se que o plano não pode atender, ao mesmo tempo, as necessidades do capital e o tempo da comunidade e suas necessidades. O modelo passa a não dar conta da realidade, gerando situações de conflitualidade e tensionamento. Assim, o que centra essa problemática não é apenas questão de planejamento ou gestão ou gerenciamento, mas sim pensar no modelo que vem sendo aplicado nesses espaços, o qual deslegitima as diversidades através da homogeneização e produz as diversas desigualdades.

Assim, o Plano Estratégico é apenas um meio de execução do modelo de desenvolvimento pensado, modelo alinhado com o pensamento neoclássico que possui uma forma de ver o espaço e as relações dos indivíduos que é totalmente diferente das formas de ver dessas populações.

Trata-se de modelo baseado em um imaginário de moderno e de avanço, sobretudo a partir da hegemonia urbana industrial. Tem-se um planejamento que se diz a saída para a solução da inércia econômica, ou seja, o mesmo modelo de aumento de renda e que tem as atividades econômicas vistas como potencialidades econômicas nessa grande visão mercadológica. Sua base não está no bem-estar baseado no respeito pelas diversidades, e sim na homogeneização voltada para segmento de classe média e para industrialização, resultando na invisibilização e conflito. Na prática e na efetividade é um planejamento insustentável e não territorial.

As existências desses indivíduos extrapolam não apenas o pescar como ação, mas envolve todo um conjunto que o define como ser pescador. É entender que a promoção de um aumento de renda ou crescimento econômico não é promoção de um desenvolvimento adequado a essas populações e esse espaço. Retoma-se aqui a argumentação de que essa busca pelo aumento de renda não será promover desenvolvimento de modo que envolva favoravelmente esses indivíduos.

Um exemplo claro é a tentativa da implantação do Resort em Boipeba, confrontando os modos de vida das comunidades e seus usos do espaço, ou seja, suas territorialidades, baseadas nos diversos usos do espaço e entorno de suas comunidades, se estendendo à terra e ao mar, como todas as populações artesanais pesqueiras.

John Cordell (1989) em “Marginalidade Social e Apropriação Territorial Marítima na Bahia” já destacava a situação de marginalidade social vivida pelos

pescadores inseridos na zona costeira dessa porção da Bahia. Observa-se, então, que essa realidade ainda existe e está presente. Faz compreender que os pescadores ainda se mantêm marginalizados enquanto parte integrante de um padrão de desenvolvimento que seja incluyente da diversidade de modos de vida, mas ainda se desenvolve, mostrando não só a existência e resistência, mas a resiliência perante a tantos fatores impeditivos.

Outro ponto a ser levantado é que o que se discute aqui não é a incorporação de elementos e benesses ditas urbanas a esses espaços para determinar modernização, progresso e desenvolvimento, mas, sim, como se dão essas incorporações, induzidas por organismos do Estado através de ferramentas de planejamento e gestão de indução de desenvolvimento. Ou seja, trazem elementos de modernidade, mas que não incluem as populações, sobretudo as rurais pesqueiras, as quais passam a viver sob conflito de uso e subalternização, devido aos usos múltiplos dos mesmos espaços.

Um dos elementos mais importantes a explicar foi o próprio processo de esgarçamento das comunidades pesqueiras ao longo dos anos através da inserção do turismo e das outras ações, como a exploração de petróleo, que geraram enfraquecimento das comunidades, bem como a inserção de novos moradores. Essa realidade é nítida em Morro de São Paulo e Boipeba, onde se tem uma ação de turismo mais intensa, sobretudo pelas localizações estratégicas próximas a Valença e às localidades de Gamboa e Moreré, por serem mais próximas a essas localidades de maior ação do turismo. Nas primeiras, a pesca, enquanto modo de vida e trabalho, se confundem em meio à dinâmica cotidiana do turismo, no qual o pescador torna-se apenas um mero fornecedor de pescado ou mais um elemento da divisão do trabalho. Um enfraquecimento claro das comunidades.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do panorama exposto neste trabalho, observa-se que o modo de vida pesqueiro, ainda configura e qualifica boa parte do espaço municipal cairurense como um rural costeiro. Porém esse modo de vida existente, territorializado e tão expresso no cotidiano de Cairu, passa a existir sob tensionamentos, associado a essa situação de vulnerabilidade no espaço desigual em que se configura o município. Tal tensionamento está centrado na invisibilização e desqualificação do modo de vida pesqueiro e sua redução a apenas ser uma atividade econômica, gerando desdobramentos danosos à existência da pesca como modo de vida, relacionada à sua cultura, às formas de o pescador se relacionar com o espaço onde vive, bem como realização enquanto atividade econômica.

Fica clara, então, a hegemonia do pensamento urbano industrial no direcionamento da gestão municipal, e, por consequência, nos espaços rurais, detentores de dinâmicas específicas e de forte relação de dependência com a natureza. Logo, haverá uma visibilização e valorização de alguns setores e a invisibilização de outros, subalternizados a essa dinâmica, como no caso dos pescadores artesanais. Logo, esse modelo de desenvolvimento, ainda que se autointitule sustentável e territorial, na prática não é, e não cabe mais nos dias atuais, revelando a necessidade da promoção efetiva de um desenvolvimento que abarque as heterogeneidades.

Verificou-se que o poder público municipal decide não intervir na pesca ou na capacidade de indução ao desenvolvimento a partir dos moradores, na tentativa de gerar renda com base na população local, e de fato criar uma imagem da ilha como um espaço único. Escolhe, entretanto, colocar o município à disposição para atrair investimentos externos e se apropriar desse espaço produzido secularmente pela população residente, agindo de fato como uma empresa. Fica claro, então, que o município passa a gerenciar a apropriação da natureza em função de determinados empreendimentos.

Demonstra-se também uma não preocupação com a realidade futura, quando pensado na gestão de forma completa e abrangente aos outros setores da escala local. Essa não preocupação está no entendimento de um processo de gestão

comprometida com a manutenção da vida, claramente, não está incorporada na lógica da administração empresarial, atrelada à municipalidade.

Nos últimos anos, o Plano não conseguiu desenvolver como previa, ainda que tenha atraído algumas empresas para atuarem no modelo proposto, mas foram suficientes para produzir tensionamentos a partir do risco aparente e retirada das condições mínimas para a reprodução social e econômica dessas populações. Com isso, observou-se uma não inclusão no mercado local, sobretudo em Morro de São Paulo e Boipeba, dos cairuenses, uma vez que muitos funcionários são de outros municípios. Logo, tais indivíduos, numa tentativa de suprir as perdas na pesca, exercem atividades econômicas complementares como estratégia de sobrevivência, ainda que continuem pescadores e se reproduzam socialmente e culturalmente como tal.

Essas evidências são reflexos claros da insustentabilidade desse modelo de desenvolvimento, não sendo territorial e nem promotor de um desenvolvimento ambiental. Observa-se um modelo excludente, destruidor de memória, história e construção histórica, através de uma apropriação não controlada, dita como controlada, na tentativa de se criar um outro espaço sem promover melhora de vida significativa para a maioria de seus munícipes. Nesse sentido, em troca de um modelo de modernidade, desconfigura, invisibiliza e destrói o que já é existente e consolidado na dinâmica. Cabendo, assim, pensar padrões alternativos de desenvolvimento, já que o próprio dito sustentável não é mais sustentável.

A hipótese central deste trabalho se confirma por ter sido demonstrado que o Plano Estratégico, como ferramenta de alcance ao desenvolvimento, utilizado pelo município de Cairu como direcionador de ações a longo prazo, não vem promovendo um desenvolvimento territorial e ambiental. Foi demonstrada, através de evidências empíricas, a produção de um espaço marcado pela conflitualidade e deslegitimação dos modos de vida tradicionais inseridos no espaço costeiro e silenciamento da identidade rural nesses espaços, por imposição de dinâmicas exógenas ao local.

Vale ressaltar que ao ter vinculado essa discussão ao contexto do mundo rural, percebe-se também que por isso a resolução das conflitualidades no espaços costeiros não deverá somente estar vinculada ao gerenciamento de espaço físico e os diferentes usos dele, mas sim, visibilização das diversas dimensões que esse

espaço tem ao estar inserido em um contexto urbano e rural, que o torna complexo de forma a viabilizar as condições de sobrevivência das populações que ali se territorializam e promoção de um ambiente efetivamente sustentável em todos os âmbitos.

Assim, a adoção de um planejamento estratégico assume um papel importante na definição, importância e mudança na vida das pessoas naquele espaço, impondo um padrão que não responde às necessidades reais da população e colocando uma situação de conflitualidade no espaço municipal.

Pensar em planejamento e gestão de forma interligada, adequada e adaptada às realidades socioambientais locais significa contribuir para um processo de desenvolvimento socioambiental. Por isso, pensar em um modelo alternativo para incluí-las efetivamente em moldes de desenvolvimento justo, não é retroceder ou ir de encontro ao projeto de desenvolvimento, mas caminhar junto e realmente incluir e visibilizar as potencialidades das populações de forma a contribuir para um desenvolvimento territorial e ambiental. Cabe pensar um modelo de planejamento e gestão que dê conta da realidade.

De fato, observa-se fragilidade ao se pensar em um desenvolvimento territorial capaz de aliar o território como unidade de planejamento apropriada para agregar, integrar e promover a conservação da vida, permitindo assim um desenvolvimento sustentável e territorial. Assume-se claramente uma abordagem que dê conta de se ver o território sob outra ótica, capaz de estar inserida em um modelo de desenvolvimento. O que está em foco não é o interesse das empresas compreendido como crescimento econômico, o que é interesse é a “vida do planeta”, é a vida no sentido irrestrito inserida nesses espaços.

Por outro lado, quais as formas de resistência das comunidades frente a essas modificações? Ou elas não sabem se inserir nesse modelo? Mas a própria existência dessas comunidades nesses espaços é um dado importante, por demonstrar resistência frente a esse modelo e resiliência para permanecer ali, ainda que os caminhos forcem outras ações, construindo alternativas a este desenvolvimento. Então a existência desses pescadores nesses espaços é uma evidência clara do existir da pesca artesanal com seus elementos culturais em um local onde há fortes pressões do capital em se apropriar e acabar com essa dinâmica. O que para eles é

apenas existir, permanecer ali em seus locais de sobrevivência, um existir e sobreviver que configuram outra estratégia, a de ser socialmente identitário, como se é frente àquilo que o governo municipal considera estratégico.

Vale ressaltar que o processo de acumulação do capital ainda é hegemônico no desenvolvimento dessas áreas. Mas, embora ainda seja hegemônico, ele não homogeneiza, devido às outras experiências de desenvolvimento, fazendo força contrária, sustentadas na capacidade de resiliência dessas populações que predominantemente estabelecem relações não capitalistas. Aquilo que é hoje tido como desenvolvimento de forma hegemônica e dominante, é exatamente um padrão insustentável de desenvolver planetariamente. Fica clara a produção de benefícios para uma restrita parcela da população, sobretudo ao setor econômico dentro do modelo, e a partilha das mazelas com a maioria da população, sobretudo os pescadores artesanais.

A estratégia para a sobrevivência diante dos empreendimentos e aspectos que geram impactos é a própria vida daquela maioria. Não existe estratégia para o combate. Sendo assim, para os pescadores é estratégia de existir. Mas vale ressaltar que para os pescadores, só passa a virar estratégico, quando são ameaçados ou atingidos. Até então, é apenas existir. Concluímos, assim, que o município de Cairu configura-se como um espaço essencialmente de/em disputa.

Fica claro, ainda, que embora haja evidências empíricas expressas nos modos de vida e também em produções científicas, as decisões no âmbito do planejamento para a promoção de desenvolvimento continua sendo uma decisão política e econômica, resultado de como é vista a vida e o mundo. Sendo assim, resta encontrar estratégias para enfrentar as ações de promoção ao crescimento econômico e/ou apenas a pura estratégia de ser. Ser pescador no século XXI, diante de avanços científicos e tecnológicos, que não chegam e não permanecem, restando a eles a estratégia de serem como são para sobreviver e resistir frente a essas ações.

REFERÊNCIAS

- ALBAGLI, S. Território e Territorialidade. In: LAGES, Vinícius; BRAGA, Christiano; MORELLI, Gustavo (Orgs). **Territórios em movimento: cultura e identidade como estratégia de inserção competitiva**. Rio de Janeiro: Relume Dumará / Brasília: SEBRAE, 2004. p.23-71.
- ALDAY, H. E. C. O Planejamento Estratégico dentro do Conceito de Administração Estratégica. **Rev. FAE**, Curitiba, v.3, n.2, p.9-16, maio/ago. 2000
- ALENCAR, C. M. M. de. Ruralidade metropolitana na dinâmica territorial local. **Interações**, Campo Grande, v.11, n.1, Jan./Jun, 2010.
- ALENCAR, C. M. M. de. Tensões entre pesca, turismo e exploração de gás reconfigurando ruralidade na ilha de Boipeba/BA. **Desenvolvimento e Meio Ambiente**, Paraná: Editora UFPR, n. 23, p. 149-166, jan./jun. 2011.
- ALENCAR, C. M. M. de; SCHIWEIZER. **Tranformações territotials de rural a metropolitano**. Campinas: Alínea, 2008
- ALENCAR, C. M. M. Ruralidade: ponto em comum para reexaminar o ordenamento metropolitano de Salvador. **Veritati**, Salvador, v. 03, p. 09-42, 2003.
- ALIER, J. M. **O ecologismo dos pobres: conflitos ambientais e linguagens de valorização**. São Paulo: Contexto, 2007
- ALMEIDA, M. I. R., TEIXEIRA, M. L. M., MARTINELLI, D. P. Por que administrar estrategicamente recursos humanos? **Revista de Administração de Empresas**, v. 33, v. 2, p.12-24, 1993.
- ANP. **Sumário Executivo de Uso Externo – Campo de Manati**. Disponível em: www.anp.gov.br/?dw=60931. Acesso em 7 ago. 2014.
- ARANTES, O; VAINER, C. e MARIATO, E (org.). **A Cidade do Pensamento Único**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002.
- BACHELARD, G. **A formação do espírito científico: contribuição para uma psicanálise do conhecimento**. Tradução de Esteia dos Santos Abreu. Rio de Janeiro: Contraponto, 1996.
- BECKER, B. K. **Levantamento e avaliação da Política Federal de Turismo e seu impacto na região Costeira**. Brasília: MMA, 1997. (Séries Gerenciamento Costeiro, v.3.)
- BERGUE, S. T. **Gestão Estratégica e Políticas Públicas: Aproximações Conceituais Possíveis e Distanciamentos Necessários**. In: ENAPAD, 2011.
- BIAZZO, P. P. **Campo e Rural, Cidade e Urbano: distinções necessárias para uma perspectiva crítica em Geografia Agrária**. In: IV Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa, 2008, São Paulo. Anais do IV Encontro Nacional de Grupos de Pesquisa. São Paulo: USP, 2008. v. 1. p. 132-150.

BORJA, J. e CASTELLS, M. As cidades como atores políticos. Traduzido por Omar Ribeiro Thomaz. **Revista Novos Estudos**. São Paulo: Cebrap, n.45, jul. 1996, p.152-166.

BORJA, J.; CASTELLS, M. **Local y Global: la gestión de las ciudades en la era de la información**. Madrid: Santillana S.A. – Taurus, 1997.

BRANDÃO, C. Desenvolvimento, territórios e escalas espaciais. RIBEIRO, Maria Tereza F.; MILANI, Carlos Roberto S. (Orgs.). **Compreendendo a complexidade socioespacial contemporânea: o território como categoria de diálogo interdisciplinar**. Salvador: EDUFBA, 2009.

BRANDÃO, C. **Território e desenvolvimento: as múltiplas escalas entre o local e o global**. Campinas: UNICAMP, 2007.

BRUE, S. **História do Pensamento Econômico**. São Paulo: Pioneira Thomson Learning, 2005.

BUARQUE, S. C. **Construindo o desenvolvimento local sustentável**. Rio de Janeiro: Garamond, 2002.

CAIRU, P.M. **Decreto nº 398**. 2008b.

CAIRU, P.M. **Lei nº 241 de 17 de dezembro de 2008**. 2008a.

CARNEIRO, M. J. **Ruralidade: novas identidades em construção**. 1998. Disponível em:
<http://bibliotecavirtual.clacso.org.ar/ar/libros/brasil/cpda/estudos/onze/zeze11.htm>.
Acesso em: 22 abr. 2018.

CARNEIRO, M. J. (Org.). **Ruralidades contemporâneas: modos de viver e pensar o rural na sociedade brasileira**. Rio de Janeiro: Mauad X; FAPERJ, 2012.

CARNEIRO, M. J. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário dos jovens rurais. In: ILVA, F. C. T (Org.). **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Campus, 1999. p. 97-117.

CASTELLS, M. **A galáxia da Internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2003.

CASTELLS, M. **A sociedade em rede: A era da informação: economia, sociedade e cultura; Volume 1**, São Paulo: Editora Paz e Terra. 2a. ed., 1999.

CASTELLS, M. **O Poder da Identidade**. São Paulo: Ed. Paz e Terra, 1999.

CAVALCANTI, C. **Concepções da economia ecológica: suas relações com a economia dominante e a economia ambiental**. Estudos Avançados, n.24, v.68, p.53-67, 2010.

CECHIN, A. D.; VEIGA, J. E. da. A economia ecológica e evolucionária de Georgescu-Roegen. **Rev. Econ. Polit.**, São Paulo, v. 30, n. 3, p. 438-454, 2010.

CECHIN, A. D.; VEIGA, J. E. da. Introdução. In: VEIGA, J. E. da. **Economia Socioambiental**. São Paulo: Senac, 2009. p. 9-24.

CHIAVENATO, Idalberto, SAPIRO, Arão. **Planejamento Estratégico** 2 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2009.

CHIAVENATO, Idalberto, SAPIRO, Arão. **Planejamento Estratégico: fundamentos e aplicações**. 10 ed. Rio de Janeiro: Elsevier, 2003.

CMCAIRU. **Conheça o Projeto Cairu 2030**. [200-?]. 7:56 min, son., color. Disponível em: <https://www.youtube.com/watch?v=PTm34i-b6Rk>. Acesso em: 15 jan. 2020.

CMMAD - Comissão Mundial sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. 1988. **Nosso Futuro Comum**. Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 430 p.

CONCHEIRO, L. Los Azarosos Caminos. In: GONZÁLEZ, Mario; HUACUJA, Ivonne (Coord.). **Estudios e investigaciones** – nueva ruralidad. Enfoques y propuestas para América Latina. México: CEDRSSA, 2006.p.17-27.

CORDBIN, A. **O território do vazio: a praia e o imaginário ocidental**. Tradução de Paulo Neves. São Paulo: Companhia das letras, 1989.

CORDELL, J. **Marginalidade Social e Apropriação Territorial Marítima na Bahia**. 1989. Disponível em: <http://nupaub.fflch.usp.br/sites/nupaub.fflch.usp.br/files/color/textocordell.pdf>. Acesso em: 15 mai. 2013.

CORNELL, E. **Arquitetura da relação campo e cidade**. Brasília: Editora Alva, 1998.

CORRÊA, R. L. Territorialidade e corporação: um exemplo. In: SANTOS, Milton; SOUZA, Maria Adélia A. de; SILVEIRA, Maria Laura. (Org.). **Território, globalização e fragmentação**. São Paulo: Hucitec, 1998. p. 213-230.

CRUZ, R. L. da. **Conchas valem dinheiro, escravos são como zimbos: a efemeridade da extração do zimbo no Sul da Bahia**. Revista Eletrônica Multidisciplinar Pindorama do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia da Bahia – IFBA Nº 01 – Ano I – Agosto, 2010.

DANTAS, E. W. C. **Maritimidade nos trópicos: por uma Geografia do litoral**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.

DIAS, M. H. A Estrutura fundiária da freguesia de Cairu e Boipeba na Comarca de Ilhéus (BA) 1786-1800 In: GUIMARÃES, Elione Silva e MOTTA, Márcia Maria Menendes. **Campos em Disputas: História Agrária e Companhia**. São Paulo: Anablume, 2007. p.87-111.

DIEGUES, A. C. (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: NAPAUB; USP; PROBIO; MMA; CNPq, 2000.

DIEGUES, A. C. **Ecologia Humana e Planejamento em Áreas Costeiras**. 2 ed. São Paulo: NAPAUB, 2001a.

DIEGUES, A. C. **O mito moderno da natureza intocada**. 3º ed. São Paulo: Hucitec, 2001b.

DIEGUES, A. C. **Pescadores, camponeses e trabalhadores do mar**. São Paulo: Ática, 1983.

DIEGUES, Antonio Carlos (Org.). **Os saberes tradicionais e a biodiversidade no Brasil**. São Paulo: NAPAUB; USP; PROBIO; MMA; CNPq, 2000.

DIEGUES, Antonio Carlos Sant'Ana. **Ilhas e mares: simbolismo e imaginário**. São Paulo: Hucitec, 1998.

DRUCKER, P. F. **Administração: Tarefas, Responsabilidades e Práticas**. São Paulo: Pioneira, 1975.

EMÍDIO, T. **Meio Ambiente & Paisagem**. São Paulo: Editora Senac, 2006.

ESCOBAR, A. **La invención del tercer mundo, construcción y deconstrucción del desarrollo**. Traducción de Diana Ochoa. Caracas: Fundación Editorial el perro y la rana, 2007.

ESTEVA, G. Desarrollo. In: SACHS, W. (ed). **Diccionario del desarrollo: Una guía del conocimiento como poder**. Peru: PRATEC,, 1996. p. 52-79.

FERREIRA, Francisco Whitaker. **Planejamento sim e não: um modo de agir num mundo em permanente mudança**. 4. ed. Rio de Janeiro, Paz e Terra 1983.

FERREIRA, J. P. Cairu. In:_____. **Enciclopédia dos municípios brasileiros**. v. 20. Rio de Janeiro: IBGE, 1958a. p.114-117.

FISCHER, F. (Org.). **Baixo Sul da Bahia, uma proposta de desenvolvimento territorial**. Salvador: CIAGS/UFBA, 2007.

FLEXOR, M. H. M. O. Era uma vez ... a mata. In: VI Seminário Internacional Dinâmica Territorial e Desenvolvimento Socioambiental: Desafios Contemporâneos, 2011, Salvador. **Seminário Internacional Dinâmica Territorial e Desenvolvimento Socioambiental: Desafios Contemporâneos**. 6. Salvador: Programa de Pós-Graduação da UCSal, 2011. v. 1. p. 36-36.

FLEXOR, M. H. O. Evolução histórica do Baixo Sul na formação da economia do Recôncavo Sul da Bahia. In: ODEBRECHT, Norberto. **Desenvolvimento sustentável: a visão e a ação de um empresário: o caso do Baixo Sul da Bahia**. Salvador: CRA, 2004. p. 31-70.

FRANÇA, R. D. **O turismo histórico-cultural como estratégia de sustentabilidade para a cidade de Cairu-BA**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) – Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Católica do salvador, Salvador, 2008.

FREIRE, O.D. da S. (coord.). **Projeto Orla: Subsídios para um projeto de gestão**. Brasília: Ministério do Meio Ambiente, Secretaria de Qualidade Ambiental nos

Assentamentos Humanos / Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Secretaria do Patrimônio da União, 2004.

FURTADO, C. **Introdução ao desenvolvimento**: enfoque histórico estrutural. 3. ed. Rio de Janeiro Paz e Terra, 2000.

FURTADO, C. **Os desafios da nova geração**. 2004. Disponível em: http://www.ie.ufrj.br/celsofurtado/pdfs/os_desafios_da_nova_geracao.pdf Acesso em: 19 mai. 2019.

GÓMEZ, Sergio E. Nueva ruralidad: fundamentos teóricos y necesidad de avances empíricos. In: CORREA, Edelmira Pérez; QUIJANO, María Adelada Farah; GRAMMONT, Hubert Carton de. (Orgs.). **La nueva ruralidad en América Latina**: avances teóricos y evidencias empíricas. ed. 1. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2008. p.45-78.

GRAEL, Ambiental. **Relatório de Impacto Ambiental do Empreendimento Turístico-Imobiliário Ponta dos Castelhanos (BA)**. 2014

GRAJALES, Sergio; ANAGUA, Alex; OCHOA, Karina; CONCHEIRO, Luciano. Nueva ruralidad: em la encrucijada de la globalización neoliberal. In: GONZÁLEZ, Mario; HUACUJA, Ivonne (Coord.). **Estudios e investigaciones** – nueva ruralidad. Enfoques y propuestas para América Latina. México: CEDRSSA, 2006.p.31-69.

GRAMMONT, H. C. de. El concepto de nueva ruralidad. In: CORREA, Edelmira Pérez; QUIJANO, María Adelada Farah; GRAMMONT, Hubert Carton de. (Orgs.). **La nueva ruralidad en América Latina**: avances teóricos y evidencias empíricas. ed. 1. Bogotá: Editorial Pontificia Universidad Javeriana: Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales, 2008. p.23-44.

GÜELL, J. M. F. **Planificación estratégica de ciudades**: nuevos instrumentos y procesos. 2. ed. Barcelona: Editorial Reverté, 2006.

HAESBAERT, R. Concepções de território para entender a desterritorialização. In: SANTOS, M. *et al.* (Orgs.). **Território, territórios**: ensaios sobre o ordenamento territorial. 3. ed. Rio de Janeiro: Lamparina, 2007.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. **Boletim Gaúcho de Geografia**, Porto Alegre, v.29, p. 11–24, 2003.

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: X ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, São Paulo, 2005. **Anais**. São Paulo: USP, 2005.

HAESBAERT, Rogério. **Dos múltiplos territórios á multiterritorialidade**. Porto Alegre, 2004b.

HAESBAERT, Rogério. **O mito da desterritorialização**: do “fim dos territórios” à multi territorialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004a.

HAESBAERT, Rogério; LIMONAD Ester. O território em tempos de globalização. **etc..., espaço, tempo e crítica**. n.2, v. 1, p.39-52, 2007.

HARVEY, D. **O neoliberalismo: história e implicações**. Traduzido por Adail Sobral e Maria Stela Gonçalves. 5. ed. São Paulo: Editora Loyola, 2005.

HARVEY, David. **Condição Pós-Moderna**. 22º Edição. São Paulo: Edições Loyola, 2012.

HARVEY, David. Do gerenciamento ao empresariamento: a transformação da administração urbana no capitalismo tardio. *Espaço & Debates: Revista de Estudos Regionais e Urbanos*, São Paulo, n. 39, p.48-64, 1996.

HENRIQUE, W. **O direito à natureza na cidade**. Salvador: Edufba, 2009.

HERÉDIA, B. M. A. de. **A morada da vida**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

HIDALGO, A. **El pensamiento económico sobre el desarrollo, de los mercantilistas al PNUD**, 1998.

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo demográfico de 2010**. Disponível em < <http://censo2010.ibge.gov.br/resultados>>. Acesso em 29 fev. 2014.

LEMOS, Davi. **Beleza natural e de monumentos eleva Cairu a "principado"**. 2012. Disponível em: <http://atarde.uol.com.br/turismo/noticias/1453722-beleza-natural-e-de-monumentos-eleva-cairu-a-%22principado%22>. Acesso em:10 abr. 2016.

LITTLE, P. E. **Territórios sociais e povos tradicionais no Brasil**: por uma antropologia da territorialidade. SÉRIE ANTROPOLOGIA – 322. Brasília, 2002.

LUZ NETO, M. A. da. **O PDDU (Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano): Instrumento Emergencial de Sustentabilidade Tributária – Cairu – 2007/2013**. In: 13ª Conferência Internacional da LARES Centro Brasileiro Britânico, São Paulo - Brasil 11, 12 e 13 de Setembro de 2013. Disponível em: https://lares.architexturez.net/system/files/LARES_2013_813-999-1-RV.pdf. Acesso em: 10 abr. 2017.

MACEDO, B. M. Considerações sobre o planejamento estratégico de Belo Horizonte e a internacionalização da cidade. **Fronteira**, Belo Horizonte, v. 11, n. 22, p. 170 - 192, 2012.

MALDONADO, Simone. **Pescadores do mar**. São Paulo: Ática, 1986.

MARICATO, E. **Brasil, Cidades**: Alternativas para a crise urbana. Petrópolis: Vozes. p. 47-124, 2001.

MITZBER, H., AHLSTRAND, B, LAMPEL, J. **Safári de Estratégia**. Porto Alegre: Bookman, 2000.

MMA. **Projeto Orla**. Disponível em: http://www.turismo.gov.br/sites/default/turismo/noticias/acontece/download_acontece

/Mxrcia Oliveira MMA ProjetoOrla 65 destinos turisticos 0303 tarde.pdf. Acesso em: 15 mar. 2017.

MORAES, A. C. R. A ocupação da zona costeira do Brasil: uma introdução. In: _____. **Contribuições para a gestão da zona costeira do Brasil**. Elementos para uma geografia do litoral brasileiro. São Paulo: Annablume, 2007. p.29-54.

MOREIRA, R. **Sociedade e espaço geográfico no Brasil**: constituição e problemas de relação. São Paulo: Contexto, 2011.

MOTTA, P. **Gestão Estratégica**. FGV. Apostila Cursos Corporativos. 2006.

MOTTA, P. R. **Gestão contemporânea**: a ciência e a arte de ser dirigente. São Paulo, Record, 1991.

Movimento de Pescadores e Pescadoras Artesanais - MPP. **Cartilha para Trabalho de Base da Campanha pelo Território Pesqueiro**. 2012. Disponível em: <https://geografar.ufba.br/sites/geografar.ufba.br/files/cartilhaterritoriopesqueiro.pdf>. Acesso em: 01 jun. 2019.

NISBERT, R. **A história da ideia de progresso**. Tradução de Leopoldo José Collor Jobim. Brasília: Unb, 1986.

OLIVEIRA, Edgard Otacílio da Silva. **Valença**: dos primórdios à contemporaneidade. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo, 2006.

ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/declaracao-universal-dos-direitos-humanos>. Acesso em: 10 jan. 2017.

PAIXÃO, L. H. C. **Atividade pesqueira no mundo rural contemporâneo do município de Cairu/ Ba**. Dissertação (Mestrado em Planejamento Territorial e Desenvolvimento Social) - Superintendência de Pesquisa e Pós-Graduação, Universidade Católica do Salvador, 2015.

PAIXÃO, L. H. C. **São Sebastião**: análise de um povoado em transformação. 2012. Monografia (Graduação em Geografia) - Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Católica do Salvador, 2012.

PFEIFFER, P. Planejamento Estratégico Municipal no Brasil. **Textos para Discussão ENAP**, Brasília. n. 37. p.1-38, 2000.

PMC; UMA; BID. **Plano de desenvolvimento estratégico do Município de Cairu**: diagnóstico - produto 1. Lisboa: Antonio José de Sá; Agri-Pro Ambiente, 2005a.

PMC; UMA; BID. **Plano de desenvolvimento estratégico do Município de Cairu**: diagnóstico - produto 2. Lisboa: Antonio José de Sá; Agri-Pro Ambiente, 2005b.

PMC; UMA; BID. **Plano de desenvolvimento estratégico do Município de Cairu**: diagnóstico - produto 3. Lisboa: Antonio José de Sá; Agri-Pro Ambiente, 2006c.

PMC; UMA; BID. **Plano de desenvolvimento estratégico do Município de Cairu:** diagnóstico - produto 4. Lisboa: Antonio José de Sá; Agri-Pro Ambiente, 2005d

PMC; UMA; BID. **Plano de desenvolvimento estratégico do Município de Cairu:** estratégia - produto 5. Lisboa: Antonio José de Sá; Agri-Pro Ambiente, 2005e.

PMC; UMA; BID. **Plano de desenvolvimento estratégico do Município de Cairu:** estratégia - produto 6. Lisboa: Antonio José de Sá; Agri-Pro Ambiente, 2005f.

PMC; UMA; BID. **Plano de desenvolvimento estratégico do Município de Cairu:** estratégia - produto 7. Lisboa: Antonio José de Sá; Agri-Pro Ambiente, 2005g.

PMC; UMA; BID. **Plano de desenvolvimento estratégico do Município de Cairu:** estratégia - produto 8. Lisboa: Antonio José de Sá; Agri-Pro Ambiente, 2005h.

PMC; UMA; BID. **Plano de desenvolvimento estratégico do Município de Cairu:** “plano de ação para implementação das estratégias” - produto 9. Lisboa: Antonio José de Sá; Agri-Pro Ambiente, 2005i.

PMC; UMA; BID. **Plano de desenvolvimento estratégico do Município de Cairu:** relatório síntese final. Lisboa: Antonio José de Sá; Agri-Pro Ambiente, 2005j.

PORTO, M. F.; MARTINEZ-ALIER, J. Ecologia política, economia ecológica e saúde coletiva: interfaces para a sustentabilidade do desenvolvimento e para a promoção da saúde. **Cad. Saúde Pública**, Rio de Janeiro, v. 23, supl. 4, p. S503-S512, 2007.

PROST, C. Resex marinha versus polo naval na Baía do Iguape. **Novos Cadernos NAEA**. v. 13, n. 1, p. 47-70, jul. 2010.

RAFFESTIN, C. **Por uma Geografia do poder**. São Paulo: Ática, 1993.

RISÉRIO, Antônio. **Tinharé: História e Cultura no Litoral Sul da Bahia**. Salvador: BYI Projetos Culturais Ltda, 2003.

RISÉRIO, Antônio. **Tinharé: História e Cultura no Litoral Sul da Bahia**. Salvador: BYI Projetos Culturais Ltda, 2003.

SACHS, I. **Caminhos para o desenvolvimento sustentável**. 2. ed. São Paulo: Garamond, 2002.

SANTOS, L. B. D.; SANTOS NETO, A. B. Reflexões em torno à crise do estado de bem-estar social. **R. Fac. Dir. UFG**, v. 32, n. 1, p. 61-75, jan. /jun. 2008.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Espaço: Técnica e Tempo, Razão e Emoção**. São Paulo, Editora da Universidade de São Paulo, 2006.

SANTOS, M. **A natureza do espaço: Técnica e tempo. Razão e emoção**. São Paulo: Hucitec, 1996.

SANTOS, M. A revolução tecnológica e o território: realidades e perspectivas. **Terra Livre**, São Paulo, 1991, n. 9, p. 7-17.

SANTOS, M. M. dos; IVO, I. P. Memória e exploração madeireira na capitania de ilhéus do século XVIII: trabalho e conexões. In: _____. **Colóquio do museu pedagógico**.10. Vitória da Conquista, 2013.

SANTOS, M. **Metamorfoses do Espaço Habitado**: Fundamentos teóricos e Metodológicos da Geografia. 6. ed. São Paulo: Edusp, 2008.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. 5. ed. Rio de Janeiro: Record, 2001.

SANTOS, M. **O país distorcido**: o Brasil, a globalização e a cidadania. São Paulo: Publifolha, 2002.

SANTOS, M. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Record, 2000

SANTOS, Milton. **Pensando o espaço do homem**. 5.ed. São Paulo: Editora USP, 2007.

SEPLAN. **Territórios de Identidade**. 2020. Disponível em: <http://www.seplan.ba.gov.br/modules/conteudo/conteudo.php?conteudo=17>. Acesso em:10 jan. 2020.

SILVA, K. A. da. História da pesca no Brasil (1912-1990) entre as geografias das existências e o território normatizado. In: PROST, C.; SILVA, K. A. da. **Espaços costeiros brasileiros**: Dilemas e desafios geográficos. Rio de Janeiro: Letra Capital, 2016. p.34-50.

SMITH, N. **Desenvolvimento desigual**. Rio de Janeiro: Bertrand, 1988.

SOUSA, G. S. de. **Tratado Descritivo do Brasil em 1587**. Disponível em: < <http://www.novomilenio.inf.br/santos/lendas/h0300a2.pdf>>. Acesso em 19 mai. 2017.

SUNKEL, O. **El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo**. México: Siglo Veintiuno Editores, 1970.

Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia - SEI. **Perfil dos Territórios de Identidade**. Salvador: SEI, 2016. 3 v. p. (Série territórios de identidade da Bahia, v. 2).

SUZUKI, J. C. Por outro desenvolvimento territorial e ambiental em sociedades tradicionais do Estado de São Paulo. **Revista Tocantinense de Geografia**, Araguaína), Ano 06, n. 10, mai./agost. de 2017.

TOMIO, F. R. de L. A criação de municípios aos a Constituição de 1988. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. n.48, v.17, p.61-89, 2002.

VAINER, C. Pátria, empresa e mercadoria: nota sobre a estratégia discursiva do planejamento estratégico urbano. In: ARANTES, O; VAINER, C. e MARIATO, E (org.). **A Cidade do Pensamento Único**. Petrópolis: Editora Vozes, 2002, p. 75-103.

VASCONCELLOS FILHO, P. et al. **Planejamento empresarial: teoria e prática.** Rio de Janeiro: LTC, 1984.

VEIGA, J. E. da; ZATZ, L. **Desenvolvimento sustentável, que bicho é esse?** Campinas: Autores Associados, 2008.

VILLAÇA, F. Uma contribuição para a história do planejamento urbano no Brasil. In: DÉAK, S; SCHIFFER, S. T. R. (Org.) **O processo de urbanização no Brasil.** São Paulo: Ed. Da Universidade de São Paulo, 1999. p.169-243.

VIZEU, Fábio; GONÇALVES, Sandro A. **Pensamento Estratégico: origens, princípios e perspectivas.** São Paulo: Atlas, 2010.

WANDERLEY, M. N. B. **O mundo rural como um espaço de vida: reflexões sobre a propriedade da terra, agricultura familiar e ruralidade.** Porto Alegre: UFRGS, 2009. v. 1.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade na história e na literatura.** Tradução de Paulo Henrique Britto. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WRIGHT, Peter; KROLL, Mark J.; PARNELL, John. **Administração estratégica: conceitos.** São Paulo: Atlas, 2000.

APÊNDICE A – ROTEIRO DE ENTREVISTA: PESCADOR

IDENTIFICAÇÃO	
FICHA N° _____ _____/_____/_____	Data da entrevista:
Hora da entrevista: Início:	Final:
Local da entrevista: (1) Garapuá (2) Gamboa (3) Moreré (4) São Sebastião	
Cód. de gravação de áudio: _____	

BLOCO 1: O PESCADOR E SUA FAMÍLIA					
1. Quantas pessoas moram no domicílio: (1) 1 (2) 2 (3) 3 (4) 4 (0) Acima de 4. Esp.: _____					
2. Todos são nascidos em Cairu? (1) Sim (2) Não. Caso não , quais as origens?_					
3. Qual a ocupação do responsável pela família ?					
4. Ocupação dos componentes da família:					
COMPONENTE	IDADE	OCUPAÇÃO PRINCIPAL		OCUPAÇÃO SECUNDÁRIA	
		PROFISSÃO	DURAÇÃO	PROFISSÃO	DURAÇÃO
1					
2					
3					
4					
5					
6					
7					
5. Qual o ano de construção do domicílio?					
7. No domicílio tem algum tipo de criação de animais? (1) Não passe para a questão 8 (2) Sim Esp.: _____					
* Caso a resposta for sim :					
7.2 Qual o motivo de se ter tal criação?					
7.3 É comercializada a produção?					
(1) Não. (2) Sim					
8. No domicílio tem algum tipo de agricultura? (1) Não. passe para a questão 9 (2) Sim Esp.: _____					

* Caso a resposta for **sim**:

8.2 Qual o motivo de se ter tal cultivo?

8.3 É comercializada a produção?

(1) Não. (2) Sim

BLOCO 2: O PESCADOR E SUAS CARACTERÍSTICAS PESSOAIS

1. Idade: _____

2. Sexo: (1) Masculino (2) Feminino

3. Até que série e grau você estudou, com aprovação, na escola?

(1) NSA (2) Alfabetizado (3) 1º grau (1ª a 8ª série) incompleto (4) 1º grau (1ª a 8ª série) completo (5) 2º grau (colegial) incompleto (6) 2º grau (colegial) completo (7) Superior incompleto (11) Superior completo (10) Pós-graduação (9) Não sabe

4. Atualmente você está estudando? (1) Não (2) Sim

5. Estado civil?

(1) solteiro (2) casado / união estável (3) divorciado (4) separado (5) viúvo (99) outro. Esp: _____

6. Qual a sua origem?

(1) Rural do Município (2) Rural de Outro Município: _____

(3) Urbano do Município (4) Urbano de outro Município: _____

BLOCO 3 : O PESCADOR E SUA RELAÇÃO COM A PESCA

1. Gosta de pescar? (1) Não. (2) Sim

Motivo: _____

2. Aprendeu a pescar com quem? (1) Só (2) curso (3) pai (4) avô (5) outro. Esp.: _____

3. Para você o que a pesca significa para sua localidade?

4. O que a pesca representa para você e sua família?

5. Quando não esta pescando, qual atividade se dedica?

6. A pesca é a única fonte de renda para sua família? (1) Não. (2) Sim

7. Quantas vezes pesca por semana?

(1) 1 (2) 2 (3) 3 (4) 4 (5) Mais de 4. Esp.: _____

8. Houve mudança, nos últimos 5 anos, na quantidade de vezes que se dedica a pesca?

(1) Não. (2) Sim

Motivo: _____

9. Onde normalmente vai pescar? _____
10. Quais instrumentos de pesca você utiliza para pescar? _____
11. Pesca direcionando ao peixe mais rentável? Ou qualquer peixe é peixe? _____
12. Qual a arte de pesca você mais utiliza? _____
13. Antes de sair para pescar, costuma checar: () tabuas de maré () lua () sol () previsão do tempo outro. Especificar: _____
14. Como você localiza o pesqueiro?
15. Possui segredo de locais de pesca? Por quê?
16. Os filhos são inseridos na pesca desde cedo? Por que?
17. Quais os pesqueiros mais visitados por você? O que pesca lá? Em que período do ano visita?
18. Quanto tempo você passa no mar atualmente? () 1 dia/não dorme no mar () 2 dias-1 noite () 3 dias-2 noites () 4 dias-3 noites () 5 dias-4 noites () 6 dias-5 noites () 7 dias-6 noites () mais. Esp: _____
19. Há uma divisão do trabalho que envolve o pescado (tratar, vender) entre os familiares? (1) Não. (2) Sim Esp.: _____
20. Qual o principal destino do seu pescado? (1) Consumo familiar (2) Restaurantes (3) Atravessador (4) venda direta ao consumidor (5) Outro Esp.: _____
21. Qual valor médio em reais que a pesca proporciona a família mensalmente? _____ reais 21.1. É maior ou menor que antigamente? () menor () maior 21.2. Completa a renda com outra atividade? () Não () Sim. Esp.: _____
22. Qual a época do ano que você mais ganha dinheiro com a pesca? Qual o motivo? () produtividade dos peixes () maior procura por peixes () período de alta de preços
23. Seu peixe comercializado muda de preço em épocas do ano? Por quê? Qual período? _____
24. Vende o pescado assim que sai do mar ou armazena?

(1) Vende (2) Armazena

25. Tem embarcação própria?

(1) Não - passe para a questão 26 (2) Sim

25.1. Qual?

(1) barco a motor (2) barco a vela (3) barco a remo (4) canoa a vela (5) canoa a motor (6) Lancha (9) Outro.
Esp.: _____

25.2. Desde que ano? _____

25.3. Foi financiado por algum financiador?

(1) Não. (2) Sim. Qual? _____

25.4. É algum financiamento ligado diretamente a pesca?

(1) Não. (2) Sim. Qual? _____

26. Utiliza a embarcação para outras atividades além da pesca?

(1) Não. (2) Sim/Esp.: _____

26.1. Caso a resposta for **sim**: desde que ano? _____

Motivo: _____

27. Pesca em grupo ou sozinho?

(1) Em grupo (2) Só

- Caso for em grupo, como é feita a partilha do pescado?

Motivo: _____

28. Possui registro na Colônia de Pesca?

(1) Não. (2) Sim

28.1. Há quanto tempo? Em anos: _____

28.2. Qual sede da colônia? _____

29. Possui carteira de pescador? () Não () Sim

29.1. Há quanto tempo tem a carteira de pescador? _____

30. Participa de defeso?

30.1. De que animal? _____

30.2. Qual época do ano? _____

30.3. Quando está no defeso exerce outra atividade de trabalho?

(1) Não. (2) Sim 30.4. Qual? _____
31. Recebe algum apoio financeiro do governo para a prática da pesca? (1) Não. (2) Sim
32. Participa ou participou de algum projeto ligado a pesca? (1) Não. (2) Sim/ Esp.: _____
33. Recebe alguma ajuda financeira? (1) Não. (2) Sim/ Esp.: _____
34. As ajudas do governo interferem nas suas idas a pescar? (1) Não. (2) Sim/Esp.: _____
35. É contatado para fornecer informação de suas produções a alguma empresa estatística? (1) Não passe para a questão 35 (2) Sim <ul style="list-style-type: none"> • <u>Caso foi sim</u>. Qual frequência? (1) Diário (2)semanal (3) mensal (4) semestral (5)anual Última vez que foi contatado? _____
36. Tomou algum curso que ajudou a pesca? (1) Não. (2) Sim/Esp.: _____ 36.1. Alguém financiou? (1) Não. (2) Sim/Esp.: _____ 36.2. Ajudou em algo? (1) Não. (2) Sim/Esp.: _____
37. Tem vontade de sair do local onde mora para morar em outro lugar? (1) Não. (2) Sim Motivo: _____
38. Aparecendo uma vaga de trabalho fora da pesca, você largaria a pesca? (1) Não. Passe para a questão 38 (2) Sim/ Motivo: _____ <ul style="list-style-type: none"> • Caso a resposta for sim: 38.1. Mesmo exercendo outra atividade, você pescaria nas horas vagas? (2) Não. (2) Sim. Por quê? _____
39. Há algum dialogo entre pescadores e comerciantes locais?
40. Tem diferença no preço que você vende o pescado para atravessador, comercio, restaurante ou para o próprio consumidor? (1) Não. (2) Sim Motivo: _____
41. No verão ou em alta estação, aluga a casa para turistas? Por quê? Quem indica?

<p>(1) Não. (2) Sim. Motivo: _____</p>
<p>42. Qual o estabelecimento você e sua família costuma frequentar na comunidade? _____</p>
<p>43. Quais os locais em que os familiares mais frequentam na localidade? _____</p>
<p>44. Quais as causas você atribui a baixa do número de pescado? _____</p>
<p>45. Quais os principais problemas vividos pela pesca aqui na localidade? _____</p>
<p>46. Quais os conflitos existentes na pesca no mar? _____</p>
<p>47. Existem áreas que eram utilizadas pela comunidade, pescadores ou para a passagem para ir pescar, que hoje é proibida? _____</p>
<p>48. Alguma manifestação em prol ou melhoria do território pesqueiro? _____</p>
<p>49. Costuma ir para reuniões da associação e da colônia? () Sim () Não</p> <p>Se a resposta for sim, como participa? _____</p> <p>Se a resposta for não, qual o motivo? _____</p>
<p>50. Já ouviu falar da Campanha pelo Território Pesqueiro? _____</p>
<p>51. Vê problemas na aquicultura? _____</p>
<p>52. Existe algum local que você pescava, e hoje não pesca mais? Qual o motivo? _____</p>
<p>53. Na estação turística você muda seus hábitos de pescaria? Por quê? _____</p>
<p>BLOCO 4: A PESCA E OS JOVENS</p>
<p>1. Em relação aos jovens, você observa o interesse dos mesmos pela profissão? () Sim () Não</p>

2. Quais os motivos que você acha que esta influenciando aos jovens não verem a pescaria com bons olhos? _____
3. Você ver soluções que façam incentivar os jovens a manter o modo de pescar durante as próximas gerações? _____
4. Acha que a pescaria é uma profissão à ser seguida pelos jovens? (1) Sim (2) Não Motivo: _____
BLOCO 5: CONFLITOS NA PESCA
1. Possui algum tipo de conflito no espaço de pesca com outros pescadores? _____
2. Acha ruim outros pescadores irem pescar no espaço marítimo da localidade? (1) Não. (2) Sim/ Motivo: _____
3. Existe algum tipo de proibição na área de pesca, além do defeso? 3.1. Qual? 3.2. Proíbe práticas antigas e que hoje não podem? 3.3. Quais?
4. Existe alguma arte de pesca proibida? Pq? (1) Não. (2) Sim/ Motivo: _____
5. Quais pontos positivos da pesca hoje? _____ _____
6. Quais pontos negativos da pesca hoje? _____ _____
7. O que falta para a pesca melhorar?
8. A Petrobrás causa problemas para a pesca? (1) Não. (2) Sim/ Motivo: _____ _____
9. Para você qual o futuro da pesca, aqui em sua localidade? _____ _____
10. Quando necessitam de alguma ação da prefeitura, colônia ou outra organização, articulam sozinhos ou com outros pescadores? _____ _____

APÊNDICE B - COLETA DE DADOS DOS DOMICÍLIOS

- 1- Quantos moradores pescadores
- 2- Sexo de cada morador pescador
- 3- Idade de cada morador pescador
- 4- É colonizado? Colocar "S" (sim) ou "N" (não)
- 5- Marisqueira ou pescador? Colocar "M" (marisqueira) ou "P" (pescador)
- 6- Realiza outra atividade econômica além da pesca? Colocar "S" (sim) ou "N" (não)
- 7- Possui alguma agricultura ou pecuária: "A" (agricultura) "P" (pecuária) "2" (cria os dois) "N" (não cria)